

# REVISTA

## REVISTAS DE ESTUDOS VALE DO IGUAÇU

Publicação Científica do Centro Universitário Vale do Iguaçu  
União da Vitória



**EXPEDIENTE**

**Editor da R.E.V.I.**

João Vitor Passuello Smaniotto

**Coeditor**

Vilson Rodrigo Diesel Rucinski

**Equipe Editorial**

André Weizmann  
Edson Aires da Silva  
Lina Cláudia Sant`Anna  
Marcos Joaquim Vieira  
Marta Borges Maia  
Mateus Cassol Tagliani  
Hilton Tomal

**Conselho Editorial**

Alexandro Andrade - UDESC  
Ângela Duarte Damaceno Ferreira - UFPR  
Eline Maria de Oliveira Granzotto - UNIGUAÇU  
Ezia Corradi - PUC/PR  
Jane Manfron Budel - UFPR  
Jones Eduardo Agne - UFSM  
Thiago Luiz Moda - UNIGUAÇU  
Candido Simões Pires Neto - UNIGUAÇU  
Márcia do Rocio Duarte - UFPR  
Paulo Vitor Farago - UEPG  
Rita de Cássia Silva Pinto - PUC  
Rudimar Antunes da Rocha - UFSM  
Silvia Ângela Gugelmin - EURJ  
Solange Fernandes - PUC/PR - Faculdade Espirita

**R.E.V.I. – Revista de Estudos Vale do Iguaçu.**

**União da Vitória, nº 35, Janeiro/Julho 2020**

**ISSN 1678-068X**

**QUALIS B4**

**INDEXADA AO LATINDEX**

## ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA UNIGUAÇU

### **Presidente da Mantenedora**

Dr. Wilson Ramos Filho

### **Reitor**

Ms. Edson Aires da Silva

### **Pró-Reitor Acadêmico**

Ms. Mateus Cassol Tagliani

### **Pró-Reitor de Planejamento e Administração**

Ms. Hilton Tomal

### **Pró-Reitor de Pós-graduação e Iniciação à Pesquisa**

Dr. João Vitor Passuello Smaniotto

### **Pró-Reitora de Extensão e Expansão**

Ms. Marta Borges Maia

### **Procurador Institucional**

Ms. Daniel Alberto Machado Gonzales

### **Presidente do Instituto Sul Paranaense de Altos Estudos – ISPAE**

Ms. Dagmar Rhinow

### **Coordenação do Curso de Administração**

Ms. Jonas Elias de Oliveira

### **Coordenação do Curso de Agronomia**

Ms. Mateus Cassol Tagliani

### **Coordenação do Curso de Arquitetura e Urbanismo**

Ms. Paula Toppel

### **Coordenação do Curso de Biomedicina**

Ms. Janaína Ângela Túrmina

### **Coordenação do Curso de Ciências Contábeis**

Nelinho Kukla

### **Coordenação do Curso de Direito**

Esp. Sandro Perotti

### **Coordenação do Curso de Educação Física**

Esp. Rosicler Duarte Barbosa

### **Coordenação do Curso de Enfermagem**

Ms. Marly Terezinha Della Latta

### **Coordenação dos Cursos Engenharia Civil**

Esp. Larissa Yagnes

### **Coordenação do Curso de Engenharia de Produção**

Ms. Camila Matos

### **Engenharia de Software**

Ms. André Weizmann

### **Coordenação do Curso de Engenharia Elétrica**

Ms. Fabio Passos Guimarães

### **Coordenação do Curso de Engenharia Mecânica**

Ms. Thiago Castro Bezerra

### **Coordenação de Estética e Cosmética**

Ms. Janaína Ângela Túrmina

### **Coordenação do Curso de Farmácia**

Ms. Silmara Brietzing Hennrich

### **Coordenação do Curso de Fisioterapia**

Ms. Giovana Simas de Melo Ilkiu

### **Coordenação do Curso de Gastronomia**

Ms. Lina Cláudia Sant'Anna

### **Coordenação do Curso de Medicina Veterinária**

Ms. João Estevão Sebben

### **Coordenação do Curso de Nutrição**

Ms. Lina Cláudia Sant'Anna

### **Coordenação do Curso de Odontologia**

Ms. Adilson Veiga e Souza

### **Coordenação do Curso de Psicologia**

Esp. Guidie Elleine Nedochoetko Rucinski

## SUMÁRIO

<b>A INFLUÊNCIA DAS ARTES MARCIAIS NO CONTROLE DE COMPORTAMENTOS AGRESSIVOS EM ESCOLARES .....</b>	<b>6</b>
THIAGO ANDRÉ FERREIRA .....	6
RAFAEL GEMIN VIDAL .....	6
<b>AUTOCUIDADO DE PORTADORES DE DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS NO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO SUL-PR .....</b>	<b>18</b>
EDIANE BARBOSA KUPZIK.....	18
MARLY TEREZINHA DELLA LATTA.....	18
ELIANDRA APARECIDA PORTELA KMITA.....	18
<b>AVIFAUNA NO CAMPUS DE PONTA GROSSA DA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ: POSSIBILIDADE DE EDUCAÇÃO EM AMBIENTE NÃO FORMAL .....</b>	<b>42</b>
ANDRÉIA DE FÁTIMA OLEGÁRIO,.....	42
SUELEN LINEIRO COLLAÇO,.....	42
DANISLEI BERTONI,.....	42
LIA MARIS ORTH RITTER ANTIQUEIRA .....	42
JÉZILI DIAS .....	42
<b>DIREITO À PRIVACIDADE EM TEMPOS DA PANDEMIA DE COVID-19: A PROTEÇÃO DE DADOS INDIVIDUAIS EM FACE DA CRISE DE SAÚDE PÚBLICA .....</b>	<b>54</b>
JULIANA BIANCHINI.....	54
<b>IMPORTÂNCIA DO COLOSTRO NA IMUNIDADE PASSIVA DOS LEITÕES COM BAIXO PESO AO NASCER E ALTERNATIVAS PARA MANTER SUA SOBREVIVÊNCIA .....</b>	<b>76</b>
ADEMAR ZAHN .....	76
MARÍLIA MARÍLIA METZLER DE OLIVEIRA.....	76
<b>LIBRAS NO ENSINO SUPERIOR: A PERCEPÇÃO DOS GRADUANDOS EM EDUCAÇÃO FÍSICA.....</b>	<b>85</b>
MIRIAM ELIANE OLBERTZ.....	85
<b>O COACHING COMO PROCESSO AUXILIAR DE INTEGRAÇÃO ENTRE DOCENTES E DISCENTES NA COMPREENSÃO CURRICULAR DE DISCIPLINAS NO ENSINO SUPERIOR .....</b>	<b>95</b>
LEONEL DE CASTRO FILHO.....	95
<b>O CRIME DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA TRIBUTÁRIA E O NÃO RECOLHIMENTO DE ICMS PRÓPRIO .....</b>	<b>110</b>
ANDRÉ LUIS ULRICH PINTO .....	110

<b>O DESENVOLVIMENTO DA IDENTIDADE NA TEORIA DE CIAMPA COM AS MULHERES DO CRAS DA CIDADE DE UNIÃO DA VITÓRIA – PR .....</b>	<b>137</b>
MARIA EDUARDA CECCHIN.....	137
AMÁLIA BEATRIZ DIAS MASCARENHAS .....	137
<b>O RELAXAMENTO ATRAVÉS DE IMAGENS DA MENTE .....</b>	<b>151</b>
ALINE CASTRO DE PAULA .....	151
NATALIE DE CASTRO ALMEIDA .....	151
<b>QUALIDADE DE SEMENTES DE FEIJÃO PRODUZIDAS POR AGRICULTORES FAMILIARES NO ESTADO DO PARANÁ.....</b>	<b>161</b>
JHENIFER APARECIDA WONSOVICZ .....	161
SAMARA ALVES TESTONI .....	161

## A INFLUÊNCIA DAS ARTES MARCIAIS NO CONTROLE DE COMPORTAMENTOS AGRESSIVOS EM ESCOLARES

Thiago André Ferreira<sup>1</sup>  
Rafael Gemin Vidal<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente estudo tem como objetivo identificar a influência das Artes Marciais no controle de comportamentos agressivos em escolares. Trata-se de uma pesquisa de campo aplicada, descritiva, quali-quantitativa, transversal e comparativa. Para identificar as características de comportamento nos alunos foi aplicado o Questionário de Comportamentos Agressivos e Reativos entre Pares (Q-CARP) com 20 itens em uma escala do tipo Likert. A amostra do tipo não probabilística contou com 15 alunos do 7º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio, dos quais são nove do sexo feminino e seis são do sexo masculino. A média de idade dos alunos participantes da pesquisa foi de  $14,2 \pm 1,82$  anos. De acordo com os resultados obtidos as Artes Marciais podem auxiliar no controle de comportamentos agressivos em escolares, sendo que os alunos entrevistados se mostraram capazes de não reagir agressivamente diante de situações de conflito após aplicação do conteúdo em ambiente escolar. Entretanto alguns comportamentos agressivos, como deboche ou rir dos colegas tiveram maior incidência após a prática. Observou-se também uma redução na porcentagem das respostas referentes a reportarem para os professores situações de agressão. Notou-se a fascinação dos educandos pelas Artes Marciais se relacionado a assiduidade dos mesmos e respeito pelos preceitos das mesmas.

**Palavras-chave:** Lutas. Artes Marciais. Educação física escolar. Comportamentos agressivos.

**ABSTRACT:** This study aims to identify the influence of martial arts on the control of aggressive behaviors in schoolchildren. It is an applied, descriptive, quali-quantitative, transversal and comparative field research. To identify the behavioral characteristics of the students, the Questionnaire of Aggressive and Reactive Peer Behaviors (Q-CARP) with 20 items on a Likert scale was applied. The non-probabilistic sample included 15 students from the 7th grade of elementary school to the 3rd year of high school, of which nine are female and six are male. The average age of the students participating in the research is  $14.2 \pm 1.82$  years. According to the results obtained Martial Arts can assist in the control of aggressive behaviors in schoolchildren, that's the reason about the students interviewed were unable to react aggressively to conflict situations after applying Martial Arts content. However, some aggressive behaviors such as mocking or laughing at their friends, had a higher incidence after practice. There was also a reduction in the percentage of responses to report aggression to teachers. It was noted the fascination of the students with Martial Arts related to their attendance and respect for the precepts of Martial Arts.

**Keywords:** Fights. Martial Arts. School Physical Education. Aggressive behaviors.

### 1 INTRODUÇÃO

Por muitos anos as Artes Marciais foram vistas como práticas violentas, e que sujeitos que praticam são agressivos, o que pode ter colaborado para que as pessoas tenham uma visão errônea sobre o efeito da prática de Artes Marciais

<sup>1</sup> Graduado em Educação Física – UNIGUAÇU.

<sup>2</sup> Mestre em Desenvolvimento e Sociedade – UNIARP; Especialista em Treinamento Desportivo e Personal Training – UNIGUAÇU; Especialista em Atividade Física e Fisiologia do Exercício – FUNIP; Especialista em EAD e novas tecnologias – FAEL; Graduado em Educação Física – UNIGUAÇU; Professor do Centro Universitário Vale do Iguaçu.

no comportamento de crianças e adolescentes. A falta de estudos sobre o assunto pode significar que para alguns pais seja melhor não correr o risco, assim como para que professores e diretores de escolas deem pouca abertura para que as mesmas sejam praticadas dentro do ambiente escolar.

Porém, a partir do momento em que os alunos começam a prática das Artes Marciais, cai sobre eles a cobrança para que tenham respeito e disciplina no cotidiano, que levam como atletas e também dentro dos tatames, pois durante as aulas aprendem conceitos sociais, como trabalho em equipe, a ter equilíbrio mental e físico. É preciso enfatizar que, durante a vivência das artes marciais os professores comparam condutas importantes como disciplina e respeito, e a melhora comportamental desses alunos tanto na escola quanto em casa é diversas vezes percebida pelas pessoas com quem convivem.

Mudando a visão que as pessoas têm sobre as artes marciais e utilizando dos preceitos das mesmas na educação, pode-se analisar se a prática de artes como Jiu-jitsu, Judô, Kung-fu e outros nas práticas esportivas escolares iriam contribuir para o controle da agressividade dos alunos ou, se podem obter sucesso na melhora do comportamento agressivo dos mesmos. O objetivo principal de tais práticas não é apenas formar atletas, e sim apresentar e ensinar valores morais e éticos aos seres humanos, contribuindo para a formação do cidadão.

A Arte Marcial pode ser considerada de suma importância tanto como defesa pessoal quanto para prática esportiva. Nos últimos anos tais práticas vêm se destacando por colaborar e pelo que podem proporcionar no âmbito escolar, auxiliando no desenvolvimento dos alunos, nas capacidades psicomotoras, afetivas e cognitivas. Segundo Pacheco (2012) ao adentrar em uma modalidade de Arte Marcial, o aluno praticante pode conhecer um mundo completamente diferente, com normas rígidas de conduta e disciplina, que auxiliam na formação moral do indivíduo.

O estudo de Ferreira (2006) nos mostra que além contribuir com a psicomotricidade, lutas trabalhadas de forma lúdica (luta do saci, do sapo ou jacaré) têm contribuído no controle da agressividade de escolares do ensino fundamental.

Considerando a realidade de algumas comunidades, situação disciplinar de alguns alunos, e a necessidade de atenção do profissional de educação física

para ajudar no comportamento, destacando que o sucesso profissional e a evolução do trabalho dos professores da rede pública de ensino dependem de dedicação, comprometimento e da busca por atualização, levanta-se a hipótese sobre os efeitos das Artes Marciais no comportamento de escolares.

Praticar Artes Marciais pode trazer muitos benefícios para os educandos, como por exemplo, no desenvolvimento motor, lateralidade, equilíbrio, noção corporal e espacial entre outros. No aspecto cognitivo, atenção estratégica, raciocínio percepção etc. No que se refere ao sócio afetivo as artes marciais promovem integração social e permitem, ao educando desenvolver determinadas atitudes como respeito, iniciativa, determinação, perseverança entre outros.

Tendo em vista que Artes Marciais podem ser um excelente método de extravasar e também de expressão, o professor tem a opção de utilizar-se das mesmas nessa busca. Sabendo que tal prática é vista como violenta e também são pouco praticadas dentro das escolas mesmo estando previstas como conteúdo da educação física, este estudo tem como objetivo avaliar se as Artes Marciais irão influenciar no comportamento agressivo de alunos, para que a temática possa ser utilizada de forma correta dentro das escolas.

## 2 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de campo, pré-experimental, aplicada e descritiva, quanto aos seus métodos caracteriza-se como longitudinal e comparativa de cunho quali-quantitativo.

A amostra do tipo não probabilística intencional foi constituída por 15 alunos do 7º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio do Colégio Estadual Padre Giuseppe Bugati, no município de União da Vitória- PR, dos quais são nove do sexo feminino e seis são do sexo masculino. A média de idade dos alunos participantes da pesquisa foi de  $14,2 \pm 1,82$  anos. A escolha pela amostra se deu pelos critérios impostos pela pesquisa, que foram: estar devidamente matriculado no Colégio; frequentar assiduamente as aulas de lutas impostas pelo estudo. Portanto não participaram da pesquisa educandos que apresentaram frequência abaixo de 80% nas aulas de lutas; ou alunos que não apresentaram o termo de consentimento livre e esclarecido assinado.

O delineamento do estudo se deu obedecendo o seguinte cronograma:

- 1) Autorização do Colégio para aplicação do estudo;
- 2) Aplicação do questionário de comportamentos agressivos com os alunos;
- 3) Aplicação do conteúdo de lutas, em um momento extracurricular, com frequência de 3 aulas por semana (segundas, quartas e sextas), e duração das aulas de 60 minutos, durante 8 semanas, totalizando 24 sessões.
- 4) Reavaliação dos comportamentos agressivos (aplicação do questionário de comportamentos agressivos).

As aulas ocorreram no período da tarde, das 13h00 às 17h00, com intervalo de 20 minutos, das 14h50 às 15h10. As atividades contaram na primeira parte com técnicas de socos, chutes e quedas de Kung Fu e em um segundo momento com técnicas de finalizações e estrangulamentos do Jiu-Jitsu. Foram trabalhados também atividades lúdicas voltadas para as Artes Marciais, conceitos históricos das mesmas e seus preceitos.

Para identificar as características de comportamento nos alunos foi aplicado o Questionário de Comportamentos Agressivos e Reativos entre Pares (Q-CARP) (BORSA, 2012), em dois momentos: Ao início do projeto e após 24 sessões do conteúdo de lutas no colégio.

O Q-CARP consta de 20 itens, distribuídos em duas escalas independentes. A primeira escala (Escala de Comportamentos Agressivos – ECA) é composta por oito itens e avalia os comportamentos agressivos físicos (ex: chutar ou dar um tapa em colegas) e verbais (ex: gritar com seus colegas). Do total dos itens, cinco referem-se aos comportamentos agressivos e três são itens de controle (contar piadas; ficar alegre; e assistir desenho animado na televisão), os quais não são considerados na pontuação. A segunda escala (Escala de Reação À Agressão – ERA) consiste em 12 itens e tem por objetivo investigar diferentes formas comumente relatadas por crianças e jovens a reagir a agressão de seus pares (ex: quando um colega seu bate ou empurra você, você bate no seu colega?) e, também, a outras formas de reação, como a busca por apoio (ex: contar para a professora) e reações emocionais internalizadas frente a agressão (ex: chorar e ficar emburrado).

O Q-CARP apresenta uma escala do tipo Likert, com 4 pontos, variando de sempre ou acontece todos os dias, até nunca acontece. Aos dados obtidos foi aplicado estatística descritiva, obtendo frequência, média e desvio padrão.

Aos alunos que aceitaram voluntariamente participar de tal estudo fez-se uma explicação verbal sobre os objetivos da pesquisa, bem como foi esclarecido os procedimentos realizados dando-lhes total liberdade e sigilo nas suas respostas, assim como sua privacidade ficou mantida. O estudo, após o processo de qualificação, foi encaminhado e aprovado sobre o protocolo 2019/136 pelo Núcleo de Ética e Bioética (NEB), do Centro Universitário do Vale do Iguaçu, onde após o seu deferimento teve início o seu desenvolvimento com respectiva pesquisa de campo. Para o colégio Estadual Padre Giuseppe Bugati foi enviado um termo de autorização solicitando para que a pesquisa tivesse permissão de ser realizada nas suas dependências e que os dados sejam divulgados, sendo deferidos por seus respectivos diretores. Aos alunos participantes da pesquisa foi solicitado o seu consentimento para o preenchimento do instrumento de coletas de dados através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecidos (TCLE).

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Participaram do estudo 15 alunos com idade média de  $14,2 \pm 1,82$  anos, sendo 40% (6) do sexo masculino e 60% (9) do sexo feminino. A intervenção com o projeto de lutas na prática escolar ocorreu com frequência de três dias semanais e com a duração de oito semanas, totalizando 24 sessões de treinamento.

A aplicação do Q-CARP aconteceu antes do início do projeto e após o término da última aula. O questionário, dividido em duas escalas, avaliou os comportamentos agressivos físicos e verbais, e também a escala de reação a agressão. Os dados obtidos no presente estudos estão expostos nas tabelas 1 e 2.

**Tabela 1 – Escala de Comportamentos Agressivos**

	Pré (%)				Pós(%)			
	TD	AV	PV	NA	TD	AV	PV	NA
Chutar ou dar tapa em seus colegas	6,6	26,6	46,6	20	6,6	13,3	40	40

Contar piadas	26,6	26,6	40	6,66	13,3	33,3	33,3	20
Dizer coisas ruins para seus colegas	6,6	13,3	40	40	0	13,3	73,3	13,3
Ficar alegre	33,3	40	20	6,66	46,6	40	13,3	0
Debochar, rir de seus colegas	13,3	20	46,6	20	20	6,6	46,6	26,6
Gritar com seus colegas	13,3	40	40	6,6	6,6	20	40	33,3
Assistir desenhos animados	26,6	26,6	26,6	20	13,3	40	20	26,6
Empurrar ou arranhar seus colegas	0	6,6	26,6	66,6	0	6,6	26,6	66,6

TD: acontece todos os dias; AV: acontece às vezes; PV acontece poucas vezes; NA: nunca acontece.

Fonte: Os autores, 2019.

Destacam-se os resultados obtidos na primeira questão, que trata sobre chutar ou dar tapas em seus colegas, observando a mudança de comportamento após a prática das Artes Marciais, sendo que na segunda aplicação do questionário a resposta nunca acontece, tem um salto no número de respostas de 20% para 40% dos alunos. Segundo Neira (2011) contrariando as concepções tradicional, tecnicista e crítica, a identidade do sujeito nunca é fixa, com certeza, e os objetivos de formação surgem através das possibilidades. Para Pacheco (2012) As Artes Marciais devem auxiliar na redução de comportamentos agressivos entre os adolescentes, dentro do ambiente escolar e principalmente nas práticas de jogos.

Observou-se que, alguns comportamentos agressivos tiveram maior incidência que outros. Esses dados podem ser visualizados ainda na tabela 1, onde percebe-se que, os comportamentos de deboche, rir dos colegas, mesmo tendo uma melhora de 6,6% na resposta, “nunca acontece” os números aumentaram 6,7%, quando a resposta foi, “acontece todos os dias”. Algumas das perguntas não tiveram mudanças significativas, como no caso da última pergunta, onde os números se mantiveram os mesmos.

Pacheco (2012) acredita que a agressividade em doses moderadas faz parte da aprendizagem humana sobre o desenvolvimento pessoal, conhecimento sobre o mundo, sendo essencial para a sobrevivência, adaptação e defesa.

**Tabela 2 – Escala de Reação a Agressão**

	Pré(%)				Pós(%)			
	TD	AV	PV	NA	TD	AV	PV	NA
Diz coisas ruins, debocha ou ri de você, você grita ou trata mal seu colega?	6,6	26,6	33,3	33,3	0	20	40	40
Bate ou empurra você, você bate no seu colega?	6,6	40	26,6	26,6	6,6	20	6,6	66,6
Pega ou estraga alguma coisa sua você bate no seu colega ou estraga suas coisas	6,6	20	33,3	40	0	13,3	26,6	60
Diz coisas ruins, debocha ou ri de você, você chora ou fica emburrado?	20	20	13,3	46,6	13,3	33,3	20	33,3
Bate ou empurra você, você conta para a professora?	26,6	13,3	13,3	46,6	6,6	33,3	26,6	33,3
Pega ou estraga alguma coisa sua você grita ou trata mal seu colega?	6,6	33,3	40	20	0	20	13,3	66,6
Pega ou estraga uma coisa sua, você conta para a sua professora?	20	13,3	33,3	33,3	6,6	26,6	26,6	40
Bate ou empurra você, você chora ou fica emburrado chateado?	20	13,3	26,6	40	13,3	13,3	26,6	46,6
Diz coisas ruins, debocha ou ri de você, você conta para a professora?	13,3	33,3	13,3	40	0	33,3	13,3	53,3
Diz coisas ruins, debocha ou ri de você, você bate no seu colega?	13,3	26,6	26,6	33,3	0	13,3	33,3	53,3

Pega ou estraga suas coisas, você chora ou fica emburrado chateado?	6,6	26,6	20	46,6	6,6	20	6,6	66,6
Bate ou empurra você, você grita trata mal seu colega?	0	46,6	26,6	26,6	0	6,6	40	53,3

TD: acontece todos os dias; AV: acontece às vezes; PV acontece poucas vezes; NA: nunca acontece.

Fonte: Os autores, 2019.

Podemos observar uma mudança significativa no comportamento dos alunos na Tabela-2, que avalia reações agressivas, indagados se reagiriam gritando ou tratando mal quando um colega os diz coisas ruins ou debocha, a resposta, “acontece todos os dias” reduziu 6,6%, enquanto a resposta, “nunca acontece”, saltou de 33,3% para 40%, totalizando um aumento de 6.7% nas respostas. De acordo com Pacheco (2012) os preceitos e características que as artes marciais carregam e que são sempre demonstrados pelos atletas como obediência às regras e aos mestres, respeito mútuo, nobreza, são bons exemplos a serem dados e artes marciais utilizam da competição interna, em vencer a “guerra interior” contra seus próprios impulsos e desequilíbrios.

Sobre a atitude que tomam na questão que pergunta quando um colega seu bate ou empurra você, você bate no seu colega? Os mesmos responderam no questionário pós aplicação dos conteúdos de Artes Marciais que nunca acontece 66,6%, que demonstrou uma queda de 40% se comparado ao questionário aplicado antes do conteúdo ser introduzido dentro do ambiente escolar.

Segundo Gomilde (2000) comportamentos dos modelos mediados por valores positivos, faz com que o aprendiz copie e se comporte adequadamente no futuro, porém, se o modelo resolve conflitos de forma agressiva e violenta, da mesma forma o aprendiz tende a copiar.

Para perguntas sobre reações, como: ficar emburrado, chorar ou ficar triste, como na pergunta que diz: Quando um colega seu diz coisas ruins, debocha ou ri de você, você chora ou fica emburrado? Notou-se que a resposta, “acontece todos os dias” reduziu de 20% para 13,3%.

Para Borsa (2012), no contexto escolar a interação social entre pares é intensa, contudo, também é neste ambiente que ocorrem com frequência as

dificuldades de interação e os problemas de comportamento. Ainda sobre o autor, os comportamentos Reativos Agressivos Impulsivos (RA) estão associados a experiências sociais negativas e a uma rejeição e vitimização entre pares.

Dentre as mudanças no comportamento após a aplicação do conteúdo de Artes Marciais, chama atenção a redução na porcentagem de respostas referente aos alunos reportarem para os professores alguma situação de agressão, como por exemplo na questão: Quando um colega seu pega ou estraga uma coisa sua, você conta para a sua professora? Houve uma redução de 13.4% na resposta, “acontece todos os dias”, enquanto a resposta “nunca acontece” saltou de 33.3% para 40% das respostas. Ou na questão: Quando um colega seu, bate ou empurra você, você conta para a professora? Que diminuiu a resposta “acontece todos os dias” de 26,6% para 6,6%.

De acordo com Ferreira (2006), referente ao aspecto afetivo e social, pode-se observar alguns pontos significativos nos alunos, como a postura social, reação a determinadas atitudes, a socialização, a perseverança, o respeito, determinação e principalmente a autoconfiança. Então presume-se que, ao perceberem agressão física como disfuncional, os alunos encontram confiança em outras formas de defesa, sem que necessitem reportar-se aos professores, sendo que conforme.

Segundo Borsa (2012), Comportamento agressivo será, então, definido como conduta ou ato que vise causar dano físico ou psicológico a alguém. O Modelo Geral da Agressão (GAAM) propõe que os comportamentos agressivos estão associados as experiências de vida do indivíduo, fatores sociais e ambientais. Existe uma variedade de perspectivas teóricas e fatores envolvidos na compreensão comportamental. O comportamento Agressivo Reativo ou Impulsivo (RA) por exemplo, refere-se a comportamentos associados a sentimentos de frustração e raiva, em resposta a uma provocação, e que em alguns casos pode se apresentar como um recurso de adaptação do indivíduo ao ambiente ou até mesmo para construir um sentimento de segurança interior. Deste Modo podemos perceber que, os alunos após adentrarem ao mundo das Artes Marciais, tendem a diminuir a agressividade física, ou mesmo a responder agressivamente quando provocados, sendo assim, sentem-se mais confiantes.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através destes resultados, pode-se constatar que os profissionais de Educação Física que utilizam as Artes Marciais em escolas, encontram nas mesmas uma possível opção de socialização e educação. Constatado que se tratado de forma correta pelo professor, lutas é um bom tema a ser trabalhado dentro do ambiente escolar e que para uma Educação Física que não sucumba às comodidades das práticas com bola, deve-se fazer cumprir o que se estabelece nos PCN's.

De acordo com os resultados obtidos conclui-se que as artes marciais podem auxiliar no controle de comportamentos agressivos em escolares. Os alunos entrevistados mostraram, em sua maioria, mudanças no comportamento e capazes de se autocontrolar, não reagindo agressivamente diante de situações de conflito após aplicação do conteúdo. Entretanto observou-se que alguns comportamentos agressivos tiveram maior incidência após a prática de Artes Marciais, como de deboche, rir dos colegas e também houve uma redução na porcentagem de respostas referente aos alunos se reportarem para os professores em situação de agressão.

Observou-se a fascinação pelas Artes Marciais se relacionado a melhora do comportamento dos alunos, levando em conta assiduidade dos mesmos e respeito pelos preceitos. No entanto se faz necessário a realização de estudos mais extensos e complexos sobre a relação entre prática das Artes Marciais e controle de agressividade, considerando seus benefícios dentro do ambiente escolar.

#### REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, C.G.S.; PEREIRA, M.I.R.; FARINATTI, P.T.V. Body flexibility profile from childhood to senior. **MedSci Sports Exerc.**, 1998. Disponível em: <<http://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/viewFile/360/412>>. Acessado em 06/03/20.
- BORGES, Eduardo. **O judô e suas simbologias ocidentais**. São Luís, 2005.
- BORSA, Juliane Callegaro. **Adaptação e validação transcultural do Questionário de Comportamentos Agressivos e Reativos entre Pares (Q-CARP)**. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física**, 3o e 4o ciclos. Brasília, 1998. v.7.b.

CAZETTO, F. F. **A influência do Esporte Espetáculo sobre o modelo de competição dos mais jovens no judô**. 2009. 209f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

COSTA, R. M. **Lutas e artes marciais nas aulas de educação física: uma revisão da literatura**. Artigo acadêmico. Universidade Federal. São José, SC. 2017

DEMO, P. **Avaliação Qualitativa**. 3º ed. São Paulo: Cortez, 1991.

DEMO, P. **Pesquisa Participante: Saber pensar e intervir juntos**. Brasília/DF: LiberLivros, 2004. Disponível em: <<http://www.ligadejudo.com.br/pordentro4.htm>>. Acessado em 06/03/19.

FAYAN, DIOGENES. **Jiu-Jitsu: Um Resgate Histórico**. Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de licenciatura plena em Educação Física. Universidade estadual de campinas faculdade de educação física campinas dezembro – 2000.

FERREIRA, H. S. **As lutas na educação física escolar**. Artigo Original. Universidade Estadual do Ceará (UECE) - educação física REVISTA de nº 135 novembro de 2006. Fortaleza - CE - Brasil.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª Ed. Ed. Atlas. São Paulo. 2008.

GOMILDE, Paula. **A influência de filmes violentos em comportamento agressivo de crianças e adolescentes**. Articlein Psicologia Reflexão e Crítica. Universidade Tuiuti do Paraná. 2000.

MATTOS, Mauro Gomes de. **Educação Física infantil: construindo o movimento na escola**. 7. Ed. São Paulo: Ágora, 220p. 2000.

NEIRA, M.G & NUNES, M.L.F. **Pedagogia da cultura corporal: crítica e alternativas**. São Paulo: Phorte, 2006.

NEIRA, M.G.; NUNES, M.L.F. **Educação Física, Currículo e Cultura**. São Paulo: Phorte, 2009a.

NUNES, H.C.B. **Lutas marciais: possibilidades pedagógicas na Educação Física Escolar**. Artigo. Agosto de 2013. Acessado em 15 de março de 2019.

PACHECO, R L. **A influência da prática das artes marciais na redução da agressividade em adolescentes, nas aulas de educação física**. Artigo de revista eletrônica. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Polêmica, v. 11, n. 3, julho/setembro 2012.

PARANÁ, Diretrizes da Educação Básica do Paraná – Educação Física. Governo do Paraná – Secretaria do Estado da Educação do Paraná – Departamento de Educação Básica. 2008.

RUFINO, LUIZ de. **O jiu jitsu brasileiro nas três dimensões dos conteúdos nas aulas de educação física escolar.** 2009. 2009f Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação Física, UNESP/Rio Claro 2009.

SUGAI, V. L. **O caminho do guerreiro II.** São Paulo: Gente, 2000.

TEGNER, Bruce. **Karatê de principiante a faixa-preta.** Editora Record, 3ª Ed, Rio de Janeiro, 1996.

TORRES, Luís R. **Propostas pedagógicas para o ensino de lutas em escolas: uma visão sobre o universo do Kung Fu.** Revista digital. Buenos Aires, ano 15, nº147, 2010.

VIRGÍLIO, S. **A Arte do Judô.** Campinas, Papyrus, 1986.

## AUTOCUIDADO DE PORTADORES DE DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS NO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO SUL-PR

Ediane Barbosa Kupzik<sup>1</sup>  
Marly Terezinha Della Latta<sup>2</sup>  
Eliandra Aparecida Portela Kmita<sup>3</sup>

**RESUMO:** As Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) são, globalmente, as principais causas de mortalidade. A Organização Mundial da Saúde (OMS), define como DCNT as doenças cardiovasculares, cerebrovasculares, diabetes mellitus, doenças respiratórias obstrutivas, asma e neoplasias, que compartilham diversos fatores de risco. Os fatores de risco para desenvolvimento das DCNTs vêm sendo classificados como modificáveis não modificáveis. Para o controle dos fatores de risco e autocuidado se constitui como a prática de um conjunto de atividades realizadas para manter a vida, saúde e bem-estar. O presente trabalho teve como objetivo identificar se os pacientes de DCNT no Município de São Mateus do Sul-PR, realizam o autocuidado. Buscou-se o número de pacientes cadastrados na unidade de Estratégia da Saúde da Família (ESF), e as principais DCNT. A pesquisa possui aspectos teóricos e metodológicos, iniciou pela fase exploratória, de campo, descritiva e explicativa que consiste em uma caracterização do problema de pesquisa. A coleta de dados foi realizada com questionários com perguntas fechadas e abertas, durante a aplicação a autor colaborou com a avaliação, através das técnicas antropométricas, o cálculo do Índice de Massa Corpórea (IMC) e Relação Circunferência Cintura/quadril (RCQ).

**PALAVRAS-CHAVE:** Enfermagem. Autocuidado. Doenças Crônicas Não Transmissíveis.

### ABSTRACT:

Noncommunicable Chronic Diseases (NCDs) are, globally, the leading causes of mortality. The World Health Organization (WHO) defines NCDs as cardiovascular, cerebrovascular diseases, diabetes mellitus, obstructive respiratory diseases, asthma and neoplasias, which share several risk factors. Risk factors for developing NCDs have been classified as modifiable non-modifiable. To control risk factors and self-care is constituted as the practice of a set of activities performed to maintain life, health and well-being. The present study aimed to identify whether NCD patients in the city of São Mateus do Sul-PR, perform self-care. We searched the number of patients registered in the Family Health Strategy (FHS) unit, and the main NCDs. The research has theoretical and methodological aspects, started by the exploratory, field, descriptive and explanatory phase consisting of a characterization of the research problem. Data collection was performed with questionnaires with closed and open questions, during the application the author collaborated with the evaluation, through anthropometric techniques, the calculation of Body Mass Index (BMI) and Waist / Hip Circumference Ratio (WHR).

**KEYWORDS:** Nursing. Self care Noncommunicable Chronic Diseases.

## 1 INTRODUÇÃO

Os processos de transição demográfica, epidemiológica, nutricional, a urbanização e o crescimento econômico e social contribuem para o maior risco de desenvolvimento de doenças crônicas na população. As Doenças Crônicas

<sup>1</sup> Graduada em Enfermagem-Uniguauçu

<sup>2</sup> Mestre em Desenvolvimento Regional-UNC, Mestre em Ciências da Saúde Humana-UNC, Especialista em Didática e Docência do Ensino Superior-Uniguauçu, Especialista em Administração Hospitalar-Faculdade São Camilo, Especialista em Saúde Pública-UPF

<sup>3</sup> Graduanda do último ano de matemática (UNINTER)

Não Transmissíveis (DCNT) são, globalmente, as principais causas de mortalidade (MALTA *et al.*,2013).

Houve um rápido crescimento da mortalidade por DCNT, onde são múltiplos os fatores, incluindo o envelhecimento populacional, a manutenção da pobreza e mudanças no comportamento humano, a disponibilidade crescente de produtos não saudáveis, a globalização do comércio e dos produtos de consumo, alto custo de alimentos saudáveis e a falta de conscientização da população de fatores de riscos e seus efeitos nocivos (OPAS, 2016).

O Sistema Único de Saúde (SUS), no Brasil é um sistema gratuito e universal, onde o custo individual de cada indivíduo que possui uma doença crônica é expressivo, devido a todos os custos envolvidos, o que se torna um fator que contribui para o empobrecimento das famílias (MALTA; NETO; JUNIOR, 2011).

Todo esse forte impacto socioeconômico provocado pelas DCNTs compromete o alcance das Metas de Desenvolvimento do Milênio (MDM) da Organização das Nações Unidas (ONU), incluindo a redução da pobreza, a equidade, a estabilidade econômica e a segurança humana (GOULART, 2011).

Apesar do rápido crescimento das DCNTs, seu impacto pode ser revertido por meio de intervenções amplas e no custo efetivo da promoção de saúde para redução de seus fatores de risco, além de melhoria da atenção à saúde, detecção precoce e tratamento oportuno (BRASIL, 2011).

Diante disso, torna-se evidente a importância do enfermeiro para que tenha autonomia, e liberdade no desenvolvimento de ações para intervenções da prevenção de agravos e promoção da saúde das pessoas com DCNT, aliando responsabilidade e integralidade (SOUZA; HORTA, 2017).

Sabendo-se que a maioria das condições crônicas são evitáveis e muitas de suas complicações previsíveis, os profissionais de saúde mediante a interação com o paciente e sua família, devem orientá-los quanto a adoção de medidas preventivas, estratégias e orientações aos pacientes para o autocuidado (MENDES, 2011).

Para promoção da saúde e busca da qualidade de vida do indivíduo, o enfermeiro deve estimular e motivar habilidades individuais, afim de permitir a tomada de decisão, através de uma abordagem do reconhecimento com a sua

auto responsabilidade frente a doença do “eu doente”, assumir seu papel ativo, e modificar seus comportamentos (PACHECO, 2016).

Segundo Orquiza (2011) o autocuidado é cuidar-se de si mesmo, deve-se buscar quais são as necessidades do corpo e da mente, melhorar o estilo de vida, evitar hábitos nocivos, desenvolver uma alimentação sadia, conhecer e controlar os fatores de risco que levam às doenças e adotar medidas de prevenção.

Afirma Novais *et al.*, (2009) que o autocuidado se constitui como a prática de um conjunto de atividades realizadas para manter a vida, saúde e bem-estar, pressupondo-se então, que a pessoa possui um conjunto de saberes que lhe permitem auto cuidar-se, mesmo perante determinadas limitações como sejam dependência ou incapacidade de dar continuidade aos autocuidados.

## 2 MÉTODO

A pesquisa caracterizada como aplicada, de campo, quantitativa, descritiva e exploratória, investigou as entrevistadas da cidade São Mateus do Sul-PR.

A população participante da pesquisa foi 30 pacientes, inclui pacientes usuários das unidades de ESF Palmeirinha, ESF Bom Jesus e ESF Vila Amaral que estão cadastrados nas mesmas e que possuem algumas das DCNTs, a única questão de exclusão foi o desejo da não participação da pesquisa.

Para a coleta de dados foi aplicado um instrumento de entrevista através de um questionário com 22 perguntas fechadas e abertas (APÊNDICE A). O mesmo foi validado por três professores do colegiado. No questionário possui avaliação do cálculo do IMC e dos parâmetros do RCQ, os quais foram realizadas através da técnica da antropometria.

Após o processo de qualificação o projeto de pesquisa foi aprovado pelo Núcleo de Ética e Bioética (NEB) do Centro Universitário – UNIGUAÇU deferido pelo protocolo número 2019/46, após seu deferimento iniciou o seu desenvolvimento e início da coleta de dados.

A Secretaria Municipal de Saúde do município de São Mateus do Sul, concedeu a autorização, para realização da pesquisa nas unidades de saúde e para que os dados possam ser divulgados.

Para cada participante da pesquisa foi disponibilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), demonstrando não apresentar risco aos participantes, bem como garantir o sigilo de sua identidade.

O questionário de coleta de dados foi elaborado pela autora e professora orientadora, sendo avaliado e aprovado por um núcleo composto por três professores do colegiado da Uniguauçu.

O questionário teve a participação do autor diante as questões das medidas antropométricas, onde realizou através da técnica da mensuração da circunferência abdominal, circunferência do quadril, pesagem do paciente e altura para obter o cálculo do IMC e do RCQ.

### **3 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

As unidades de Estratégias da Saúde da Família totalizam no município de São Mateus do Sul (n=6), as escolhidas para coleta de dados foram a ESF Palmeirinha, ESF Amaral e ESF Bom Jesus. Foi possível conhecer as principais doenças crônicas e o número de cadastrados através dos dados da ACS, que totalizou (n=4.920) pessoas e relacionadas as principais doenças a hipertensão (HAS), diabetes (DM) e neoplasia/câncer.

Analisando o quadro 1, apresenta a classificação do número de pacientes com a seguintes doenças, hipertensos totalizou (n=542) 11 %, pacientes com diabetes (n=147) 2,9%. O número de pacientes em tratamento de câncer (n=10) 0,2 %. Estes dados baseados no número total de cadastrados.

Em relação as análises e discussão dos dados elaborada através dos participantes da pesquisa, totalizaram 30 pacientes, estes cadastrados em uma das Estratégias da Saúde e da Família, Palmeirinha Amaral e Bom Jesus. Foram incluídos na pesquisa portadores de doenças crônicas aqueles que responderam afirmativamente à presença de pelo menos uma das doenças investigadas. Mediante o questionário contendo 22 questões, conforme Apêndice A, contendo questões fechadas e abertas de múltipla escolha, com opções com mais de uma resposta, obteve-se a análise seguinte.

De acordo com a tabela 1, onde se caracterizou os sujeitos da pesquisa que totalizou 30 portadores de DCNT, observou-se as seguintes considerações, 63% (n=19) são pacientes do sexo feminino e 37% (n= 11) do sexo masculino.

Com relação a faixa etária dos entrevistados, destaca-se mulheres de 50 a 60 anos com 20% (n=6), 60 a 70 anos 17 % (n=5), mais de 70 anos 17% (n=5), 40 a 50 anos 10% (n=3), os participantes do sexo masculino, a faixa etária apresenta a idade menor de 30 anos 3% (n=1), 50 a 60 anos 10% (n=3), 60 a 70 anos 13% (n=4), mais de 70 anos 10% (n=3). Considerando o estado civil dos participantes, 52% (n=16) são casados (as) ou união estável, 20 % (n=6) são viúvos (as), 17% (n=5) separados (as), e 10% (n=3) solteiros (as).

De acordo com Goulart (2011), a idade é um fator a ser considerado, os idosos são considerados como grande grupo, mais não estão sozinhos, existe evidências no mundo que a um expressivo número de jovens e pessoas de meia idade com alguma doença crônica (GOULART, 2011).

De acordo com a tabela 2, com relação a escolaridade dos participantes, observa-se ensino fundamental incompleto 40% (n=12), ensino médio completo 10% (n=3), ensino superior completo 10% (n=3), ensino fundamental completo 7% (n=2), ensino médio incompleto 10% (n=3), ensino superior incompleto 3% (n=10), sabe ler e escrever 3% (n=1), sem escolaridade 13% (n=4), e com o curso técnico 3% (n=1).

Ao comparar os estudos realizados por Ortolani (2015), o presente estudo aponta que a escolaridade dos entrevistados apresentou baixa, isto é, menos de oito anos de estudo, e pacientes que são analfabetos. Este fator torna-se uma dificuldade para que estes pacientes tenham acesso a informações, e maiores dificuldades de interpretações das orientações.

De acordo com a tabela 3, a situação profissional dos entrevistados indica que os pacientes, 50% (n=15) aposentados, 7% (n=2) autônomos, 3% (n=1) encontram-se desempregados há mais de um ano, 7% (n=2) são donas de casa, e 33% (n=10) encontram-se empregados.

Mesmo não sendo questionado a renda dos participantes, estudos demonstram, que as DCNTs trazem impactos negativos no que diz respeito à oferta e à produtividade do trabalho, percebe-se que menos pessoas são incluídas no mercado de trabalho, acarretando redução nesta força de trabalho,

resultado em maior rotatividade de empregos e aposentadorias precoces, assim como o comprometimento de salários (GOULART, 2011).

Analisando o gráfico 1, referente as principais DCNT, nota-se maior incidência dos participantes com hipertensão arterial 83% (n=25), diabetes 43% (n=13), obesidade 13% (n=4), doenças cardiovasculares 16% (n=5), doenças respiratórias 10% (n=3), câncer 3 % (n=1), depressão 16% (n=5).

Em comparação com os resultados do Ministério da Saúde de 21,27% da população que vive nas capitais brasileiras afirma ter diagnóstico de hipertensão arterial. Os novos dados Vigitel 2018, mostram que a parcela mais afetada é os idosos, 60,9 % dos entrevistados com idade acima de 65 anos disseram ser hipertensos, assim como 49,5 % na faixa de 55 a 64 anos (BRASIL, 2019).

As DCNTs analisadas neste estudo representaram significativamente mais prevalência em mulheres, inclusive a presença de mais de uma doença. E identifica que os que possuem mais comorbidades são os pacientes com idade a partir de 50 anos em ambos os sexos.

Analisando a tabela 4, os pacientes relataram o número de vezes que estiveram internados em decorrência de alguma das DCNTs. Verificou-se que 50 % (n=15) relatam somente 1 vez internado, 20% (n=6) duas vezes 10% (n=3), três vezes 10% (n=3), cinco vezes 3% (n=1), mais de cinco vezes 7%(n=2).

Em relação as hospitalizações decorrentes de DCNT, verificou-se pequena tendência de redução na última década. Entretanto, os custos com as hospitalizações têm aumentado de maneira expressiva, o que pode ser explicado pela maior complexidade nas intervenções e no aumento das incorporações tecnológicas que foram realizadas nos últimos dez anos. Cada vez mais o custo com as hospitalizações decorrentes de DCNT passa a ter um impacto importante na rede assistencial do SUS (BRASIL, 2018). No presente estudo os pacientes que já estiveram internados por algumas das DCNT, demonstram que os custos elevados com a saúde possuem tendência de permanecerem aumentados.

A análise da tabela 5, caracteriza a quanto tempo o paciente está em tratamento, apresentaram o tempo de 1 a dois anos 13% (n=4), mais de dois anos 7% (n=2), mais de quatro anos 73%, (n=22), menos de 4 anos 7% (n=2). A caracterização de início que o paciente levou para iniciar o tratamento foi de 1 a

3 meses 3% (n=1), depois de 1 mês 1% (n=1), imediatamente 80% (n=24), mais de 6 meses 10% (n=3), não foi definido o tratamento 3% (n=1).

Nota-se no presente estudo um fator importante que foi a adesão ao tratamento, visto que os pacientes iniciaram imediatamente o tratamento assim que foram diagnosticados com alguma das DCNT. Possibilitando assim acompanhamento e monitoramento e manutenção da doença.

Analisando a tabela 6, caracteriza em quanto tempo os pacientes realizam os exames de rotina, de seis meses 43%(n=13), a menos de três meses 30% (n=9), a cada um ano 27% (n=8).

O rastreamento é definido como estratégia, onde é realizado testes ou exames diagnósticos na população, ou pessoas assintomáticas, tem como finalidade o diagnóstico precoce ou identificação e controle de riscos, como objetivo final de reduzir a mortalidade e morbidade da doença (BRASIL, 2010).

O rastreamento é definido como estratégia, onde é realizado testes ou exames diagnósticos na população, ou pessoas assintomáticas, tem como finalidade o diagnóstico precoce ou identificação e controle de riscos, como objetivo final de reduzir a mortalidade e morbidade da doença (BRASIL, 2010). Em comparação a literatura e o presente estudo, as atribuições da equipe do ESF, quando estratificam os pacientes, acompanham a rotina de exames e as consultas agendadas, possibilitando assim, melhora no rastreamento dos pacientes.

Analisando a tabela 7, caracteriza as visitas domiciliares, totalizou 57% (n=17) relatos de não receberem visita domiciliar, os 43% que receberam visitas descrevem que foi do agente comunitário 43% (n=12), do enfermeiro 3% (n=1).

Nota-se que o acompanhamento domiciliar acontece, e estas visitas domiciliares são programadas pela equipe. Observa-se que atenção primária encontra barreiras para fazer o acompanhamento necessário a população assistida, existe um número de profissionais insuficiente nas unidades. E estes realizam papéis administrativos nas unidades, reduzindo o tempo para que possam atender as famílias, sendo assim a atenção voltada aos pacientes mais vulneráveis e com maiores dificuldades para o acesso a unidade.

O gráfico 2, caracteriza a avaliação nutricional, conforme classificação do Índice de massa corporal (IMC) do Ministério da Saúde dos participantes com idade de 20 a 50 anos e idade maior ou igual a 60 anos.

Classificando a idade dos participantes com 20 a 50 anos totalizou 43% (n=13), apresentaram baixo peso 3% (n=1), o peso adequado (eutrofia) 3% (n=1). Com sobrepeso ou excesso de peso 13% (n=4), os participantes idosos, isto é, com idade de 60 anos ou mais, totalizam (n= 17) 57%, representaram baixo peso 7% (n=2), peso adequado (eutrofia) 23% (n=7), com sobrepeso ou excesso de peso 27% (n=8).

Em relação ao grau da obesidade foi observado, entre os pacientes com idade de 20 a 50 anos. Os dados apresentaram pacientes com grau I (n=3) 10%, obesidade grau II (n=3) 15, e obesidade grau III (n=1) 3%.

Prevaleceu com sobrepeso em ambas as idades, o sexo feminino com 33% (n=10), e do sexo masculino (n=6) 20%, entretendo o número de entrevistados foi maior de mulheres totalizando (n=19).

Para o gráfico 3 a classificação para o cálculo do Circunferência Abdominal, foi realizada com critérios da Sociedade Brasileira de Obesidade (2016), sendo aumentado quando  $\geq 80$ cm para mulheres e  $\geq 94$  para homens e substancialmente aumentado quando  $\geq 88$ cm e  $\geq 102$ cm, mulheres e homens (ABESO, 2016).

Ao analisar o gráfico 3, na classificação da circunferência abdominal entre os sexos, nos resultados em participantes mulheres observa-se 13% (n=4) risco substancialmente aumentado, 13% (n=4) risco aumentado, e 1 (3%) circunferência abaixo de 88 cm. Nos homens a classificação de risco substancialmente aumentado foi 50% (n=15), risco aumentado 3% (n=1), e 10% (n=1) com parâmetros de menos de 88 cm de circunferência abdominal.

Analisando o gráfico 4, observou-se que a classificação de risco de doenças cardiovasculares através do RCQ, realizou-se com os pacientes através dos parâmetros antropométricos totalizou 77% (n=23) de risco muito elevado, risco moderado 7% (n=2), baixo risco 7% (n=2), representando por sexo o feminino obteve maior risco obtendo 16 % (n=16), e o sexo masculino 23 % (n=7).

A RCQ é um método antropométrico que tem sido utilizado com frequência como indicador de gordura na região abdominal, e através desse método pode-se verificar o risco que o paciente predispõe a sofrer alguma doença cardiovascular, pois o excesso de gordura abdominal aumenta o risco de problemas com as DCNTs (BRASIL, 2014). No presente estudo nota-se que as mulheres apresentaram maior risco de desenvolvimento de doenças cardiovasculares.

Em análise ao gráfico 5, caracteriza os sintomas referidos, ansiedade (n=9) 30%, depressão (n=4) 13%, dor de cabeça (n=21) 70%, dor no peito (n=3) 10%, edema nos pés (n=3) 10%, falta de ar (n=4) 13%, fraqueza, náuseas (n=1) 3%, tonturas (n= 1) 3 %, urina em excesso (n=1) 3%, visão turva (n=2) 6%, e pacientes que referiram outros sintomas foram (n=7) 23%, e pacientes que relataram não possuir nenhum sintoma foram (n=3) 10%.

As condições crônicas antes de ser diagnosticadas são muitas vezes assintomáticas. O estudo realizado demonstra que os sintomas necessitam ser manejados no autocuidado. Cada sintoma deve ser analisado individualmente, caracterizando a doença que apresenta, e qual a manutenção que a mesma realiza, pois, cada sintoma pode levar a outros, num ciclo vicioso de sintomas.

A presença de antecedentes familiares para pacientes com DM, HAS e doenças cardiovasculares tem prevalência, visto que o histórico familiar é indicador precoce das doenças crônicas não transmissíveis. Resultados similares apresentaram a presença de DCNT na família 88,6%. No estudo Silva et al; (2014) realizado em Goiânia (GO) com objetivo de avaliar fatores de riscos de DCNT na população de adultos e adolescentes, totalizou 79 sujeitos, o relato da existência de uma ou mais enfermidades em 88,2%. Nota-se no presente estudo que o histórico familiar, isto é, a hereditariedade, apresentam influências como fatores de risco que não são modificáveis.

Analisando a tabela 10, representa um fator de risco o tabagismo 20% (n=6), a média de 17 cigarros ao dia, outro fator de risco é o uso de álcool 7% (n=2), os pacientes relataram 10% (n=1) uso diariamente e uma vez por semana 10% (n=1).

Na ESF devem ser ofertadas intervenções preventivas e de tratamento do uso excessivo do álcool, com três objetivos: enfoque humanitário para redução

do sofrimento humano, método de redução do consumo na população, e como reduzir danos sanitários e econômicos do consumo de álcool (MENDES, 2012).

O gráfico 6, descreve a preferência de alimentos relatados pelos pacientes, doces (n=7) 23%, frutas e verduras (n=21) 70%, gorduras e derivados de leite (n=7) 23%, massas (n=14) 47% e outros alimentos (n=11) 37%.

No presente estudo constata-se que os pacientes descrevem a preferência um número alto de frutas e verduras. E um número de alimentos como gorduras e derivados de leites e também massas. Verificando com os estudos que a alimentação é uma condição que precisa ser equilibrada, e este hábito deve começar no início da vida, desde a amamentação. E ao longo da vida, reduz o risco de excesso de peso e obesidade. Propostas para resgate de hábitos alimentares saudáveis são necessários, para que os pacientes identifiquem os alimentos, a quantidade que devem ser consumidos.

Em análise do gráfico 7, o uso descrito de medicamentos utilizados pelos pacientes foi de anti-hipertensivos (n=20) 67%, antidepressivo (n=12) 40%, insulina (n=5) 17%, medicamentos para diabetes (n=7) 23%, para o colesterol (n=11), outros medicamentos (n=9) 30%, se enquadra nos outros medicamentos para problemas tireoidianos, ansiolítico, asmáticos (inaladores e aerossóis).

O presente estudo apresenta que os portadores de DCNT fazem o uso de medicamentos para o tratamento, demonstram que os sistemas de saúde disponibilizam estes medicamentos e os pacientes possuem acesso ao tratamento dessas doenças.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Após conhecer as principais doenças crônicas que acometem os pacientes e o número dos mesmos cadastrados nas unidades de ESF investigadas. O levantamento dos dados realizado através do questionário, obteve as respostas dos objetivos, que foram analisar e avaliar o autocuidado, e os fatores de riscos.

Na pesquisa participaram 30 pacientes cadastrados nas ESF, caracterizaram 63% mulheres e 37% homens, e a idade prevaleceu participantes idosos com mais de 60 anos totalizando (n=17) 57%. Em relação a escolaridade nota-se que (n=18) 60% possuem baixa escolaridade, isto é, menos de 8 anos

de estudo, incluindo pacientes analfabetos. A situação profissional apresentou (n=50) 50% aposentados.

Ao analisar as principais DCNT, notou-se que há um número elevado de pacientes com hipertensão arterial 83 %, e com diabetes 43 %, neoplasia 3%. A associação de mais de uma doença em cada paciente se faz presente na maioria dos participantes.

A classificação do IMC e RCQ, auxiliou na avaliação do autocuidado, conforme das medidas antropométricas, concluiu que os pacientes de ambos os sexos e manifestaram sobrepeso e obesidade (n=11) 37%. E a circunferência abdominal apresentou (n=16) 5% substancialmente aumentado. Estes dados de obesidade, excesso de peso, circunferência aumentam, pode estar correlacionado com o sedentarismo, consequência do resultado (n=16) 63% de inatividade física dos participantes.

Analisando o autocuidado dos pacientes, proporcionou identificar a importância do desenvolvimento de estratégias de prevenção, promoção e recuperação à saúde, assim será possível propor melhores condições para a qualidade de vida das pessoas, possibilitando a redução da morbimortalidade e diminuição de custos no sistema de saúde.

Para sensibilizar o autocuidado foi realizado ações de saúde com publicações ilustrativas, banners, folders sobre as DCNT, os principais fatores de riscos, e orientações para os cuidados dessas doenças. Estimulando todos os envolvidos no autocuidado, o próprio paciente, os familiares e os cuidadores.

A pesquisa contribuiu para enfatizar que o profissional de saúde tem papel no autocuidado, através da avaliação do estado de saúde do paciente, possibilitando o incentivo e encorajamento para que os pacientes realizem mudanças de hábitos para efetivas redução dos fatores de riscos.

Desta forma o presente estudo, fica aberto para estudantes, que tenham interesse de aprofundar o tema, encontrem uma base para que várias temáticas sejam desenvolvidas.

## REFERÊNCIAS

ABESO. **Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica Diretrizes Brasileiras de Obesidade**. 4.ed. São Paulo. 2016

ABESO. **Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia - SBEM** Consultoria da Dra. Maria Edna de Melo, presidente do Departamento de Obesidade. 2016. Disponível em: <https://www.endocrino.org.br/10-coisas-que-voce-precisa-saber-sobre-obesidade>. Acesso: 20 de ago. 2019.

ANGELITA.H. **Guia de Saúde do Homem para Agente Comunitário de Saúde (ACS)**. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 2016.

ARAÚJO, C.G.S. et al. **Exercício Aeróbico e Coração: Discutindo Doses**. Arq. Bras. Cardiol., São Paulo, v. 108, n. 3, p. 271-275. 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0066-782X2017000300271&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0066-782X2017000300271&lng=en&nrm=iso). access on 23 Oct. 2019. <http://dx.doi.org/10.5935/abc.20170020>. Acesso em: 16 de jul. 2019.

ARAÚJO F.A.L.V, ALMEIDA M. I., BASTOS V.C. **Aspectos Alimentares e Nutricionais dos Usuários do Restaurante Popular Mesa do Povo**. Saúde Soc. 2007; 16(1):117-133.

ALMEIDA de A. et al.,. **Associação Brasileira de Nutrologia. ABRAN - XXI Congresso Brasileiro de Nutrologia**. São Paulo. 2017.

ANS. Agência Nacional de Saúde Suplementar (Brasil). **Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos. Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos**. Gerência-Geralde Regulação Assistencial. Gerência de Monitoramento Assistencial. Coordenadoria de Informações Assistenciais. Rio de Janeiro: ANS, 2017

BARBOSA, E. F. **Enciclopédia do educador: drogas**. 1.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Eureka, 2016.

BECKER; R.M. et al;. **Práticas de cuidado dos enfermeiros a pessoa com Doenças Crônicas Não Transmissíveis**. Bras Enferm, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0799>. Acesso em: 16 de jul. 2019.

BORGES, D. F. **A atuação do enfermeiro da atenção primária na promoção de saúde e prevenção das complicações das doenças crônicas não transmissíveis**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Enfermagem) – Faculdade de Ciências da Educação e Saúde, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2019.

BOURBON, M. et al. **Repositório Científico do Instituto Nacional de Saúde Departamento de Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças Não Transmissíveis DPSPDNT - Documentos de orientação técnica**: Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, IP. 2016. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.18/3447>>. Acesso em: 04 mar. 2019.

BOUSQUET, J.; KHALTAEV, N. **Vigilância global, prevenção e controle das doenças respiratórias crônicas: uma abordagem integradora**. Lisboa: Direção-Geral da Saúde, 2007. Disponível em: [https://www.who.int/gard/publications/GARD\\_Portuguese.pdf](https://www.who.int/gard/publications/GARD_Portuguese.pdf). Acesso em: 04 de mar. 2019

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância à Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Diretrizes e recomendações para o cuidado integral de doenças crônicas não-transmissíveis: promoção da saúde, vigilância, prevenção e assistência**. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Doenças respiratórias crônicas** / Ministério da Saúde. Brasília: Ministério da

Saúde.. (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Cadernos de Atenção Básica, n. 25). 2010.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Atenção à Saúde. **Departamento de Atenção Básica. Rastreamento** / Brasília: Ministério da Saúde, 95 p. (Cadernos de Atenção Primária, n. 29). 2010.

\_\_\_\_\_. **Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) no Brasil 2011-2022.** 2011.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Diretrizes para o cuidado das pessoas com doenças crônicas nas redes de atenção à saúde e nas linhas de cuidado prioritárias.** Brasília. Ministério da Saúde, 2013.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: obesidade.** Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 212 p. il. – (Cadernos de Atenção Básica, n. 38)

\_\_\_\_\_. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: o cuidado da pessoa tabagista.** Brasília: Ministério da Saúde, 2015. 154 p. il. (Cadernos da Atenção Básica, n. 40)

\_\_\_\_\_. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde. **Relatório do III Fórum de Monitoramento do Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas não Transmissíveis no Brasil.** Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Atenção à Saúde. **Ações e Programas; Estratégia Saúde da Família. 2019.** Disponível em: <http://www.saude.gov.br/acoes-e-programas/saude-da-familia/sobre-o-programa>. Acesso: 18 de out. de 2019.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Vigilância em Saúde Vigitel Brasil 2017: **vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico: estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal em 2017.** Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/vigitel\\_brasil\\_2017\\_vigilancia\\_fatores\\_riscos.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/vigitel_brasil_2017_vigilancia_fatores_riscos.pdf). Acesso: 13 out. de 2019.

BRASIL, VIGITEL. **Hábitos dos brasileiros impactam no crescimento da obesidade e aumenta prevalência de diabetes e hipertensão.** Brasília. 2017. Disponível em: <http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2017/abril/17/Vigitel.pdf>. Acesso em: 13 de out. de 2019.

\_\_\_\_\_. **Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico.** Brasília. 2016. Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/images/pdf/2015/abril/15/PPT-Vigitel-2014-.pdf>, v. 19, n. 05, p. 2016, 2014. Acesso: 19 de out. de 2019.

BRUNSTEIN, A. SILVA ; M. , BASSO, P. M.; **Saúde, bem-estar e qualidade de vida.** 1.ed. São Paulo: Eureka, 2015

CARVALHO; J. C. **Diagnósticos e intervenções de enfermagem familiar da pessoa com esquizofrenia.** Rev. Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental [S/N] , 2012. Disponível em:< [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S164721602012000200008](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S164721602012000200008)>. Acesso em: 13 abr. 2019.

CAVALCANTE A.M.C., OLIVEIRA, A.C. **Autocuidado apoiado: manual do profissional de saúde.** Secretaria Municipal de saúde. Curitiba. PR. 92mp, 2012.

CASADO, L.; VIANNA, L. M.; THULER, L. C. S. **Fatores de risco para doenças crônicas não transmissíveis no Brasil: uma revisão sistemática.** Rev. bras. cancerol, v. 55, n. 4, p. 379-388, 2009.

DIAS, P C. et al.; **Obesidade e políticas públicas: concepções e estratégias adotadas pelo governo brasileiro.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 33, n. 7, e00006016, 2017. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102311X2017000705001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102311X2017000705001&lng=en&nrm=iso)>. Epub July 27, 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00006016>. Acesso: 06 de out. de 2019.

DIAS, R.B. **Diretrizes de intervenção quanto à mudança de comportamento.** A Entrevista Motivacional. Diretrizes clínicas para atuação em saúde mental na Atenção Básica à Saúde. São Paulo. Série Nescon de Informes Técnicos, n. 3, 2009.

ELSEN, I. et al. **O cuidado profissional às famílias que vivenciam a doença crônica em seu cotidiano.** Maringá. Ciência, Cuidado e Saúde, v. 8, p. 11-22, 2009.

FARIA, H. T. G. et al ;. **Adesão ao tratamento em diabetes mellitus em unidades da Estratégia Saúde da Família.** Rev. esc. enferm. USP, São Paulo, v. 48, n. 2, p 257-263, Apr. 2014. Disponível em: .  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0080-62342014000200257&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342014000200257&lng=en&nrm=iso)>. <http://dx.doi.org/10.1590/S0080-623420140000200009>. Acesso: 5 de out. de 2019.

FIGUEIREDO, N. M A, TONINI, T .**SUS e Saude da família: Praticas para o cuidado em saúde coletiva.** São Caetano do Sul, SP: Yendis Editora. 2011.

FERREIRA, A. P. de S.; SZWARCOWALD, C. L.; DAMACENA, G. N.

**Prevalência e fatores associados da obesidade na população brasileira: estudo com dados aferidos da Pesquisa Nacional de Saúde, 2013.** Revista Brasileira de Epidemiologia, v. 22, p.190024, 2019.

FREITAS G.F, OGUISSO T, FERNANDES M.F.P. **Fundamentos éticos e morais na prática de enfermagem.** Enfermagem em Foco 2010. Revista oficial do conselho federal de enfermagem. 1(3):104-108. Disponível em: <http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/37/37>. Acesso: 15 de out. de 2019.

GALVÃO, M. T. dos R. L. et al. **O autocuidado em enfermagem: autogestão, automonitorização e gestão sintomática como conceitos relacionados.** Revista Mineira de Enfermagem, v. 17, n. 1, p. 226-236, 2013.

GEORGE, J. B. **Teorias de enfermagem: fundamentos à prática profissional.** 4.<sup>a</sup> ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5<sup>a</sup> ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOULART, F. A.de A; **Doenças crônicas não transmissíveis estratégias de controle e desafios e para os sistemas de saúde.** Brasília. 2011. 92 p

HYEDA, A. et al. **A aplicação da arquitetura de informação na gestão dos riscos das doenças crônicas em trabalhadores: uma análise preliminar.** Rev Bras Med. v. 14, n. 1, p. 29-36, 2016.

INCA. Instituto Nacional de Câncer. Estimativa 2018: **incidência de câncer no Brasil.** Instituto Nacional de Câncer. Coordenação de Prevenção e Vigilância. Rio de Janeiro: INCA, 2018.

IPARDES. **Caderno Estatístico Município de São Mateus do Sul-Pr** - 2019.

Disponível em:

<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=83900>.

Acesso em: 25 de out. de 2019.

LIMA, N. S. et al. **Prevalência de Doenças Crônicas Não Transmissíveis em população no assentamento da reforma agrária no Pontal do Triângulo Mineiro**. Revista de Medicina e Saúde de Brasília, v. 7, n. 1, 2018.

LOPES, A. P. A. T. et al. **Abuso de bebida alcoólica e sua relação no contexto familiar**. Estud. psicol., Natal, v. 20, n. 1, p. 22-30, Mar. 2015.

Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-294X2015000100022&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2015000100022&lng=en&nrm=iso)>. <http://dx.doi.org/10.5935/1678-4669.20150004>. Acesso em: 07 de nov. de 2019.

MALTA, D. C.; M. NETO, O. L.; S JUNIOR, J. B. da. **Apresentação do plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis no Brasil, 2011 a 2022**. Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília, v. 20, n. 4, p. 425-438, dez. 2011. Disponível em <[http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S167949742011000400002&lng=pt&nrm=iso](http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167949742011000400002&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 05 mar. 2019.

MALTA, D. C.; SILVA JR, J. B.da. **O Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis no Brasil e a definição das metas globais para o enfrentamento dessas doenças até 2025: uma revisão**. Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília, v. 22, n. 1, p. 151-164, mar. 2013. Disponível em:

<[http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-49742013000100016&lng=pt&nrm=iso](http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742013000100016&lng=pt&nrm=iso)>. <http://dx.doi.org/10.5123/S1679-49742013000100016>. Acesso em: 05 mar. 2019

MALTA, D. C.; et al. **A vigilância e o monitoramento das principais doenças crônicas não transmissíveis no Brasil-Pesquisa Nacional de Saúde**. 2013. Revista Brasileira de Epidemiologia, v. 18, p. 3-16, 2015.

MANCINI, M. C. **Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica Diretrizes brasileiras de obesidade 2016. ABESO - Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica**. 4.ed. São Paulo, SP.2016.

MATOS, N. B. P. **A importância do diagnóstico precoce para cura do câncer infanto-juvenil**. São Paulo, 2017.

MALAQUIAS MVB, et al. **7ª Diretriz Brasileira de Hipertensão Arterial**. Arq. Bras. Cardiol. 107(3Supl.3):1-83, 2016.

MENDES, E. V.; **As redes de atenção à saúde**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 549 p.: il. 2011.

\_\_\_\_\_. **O cuidado das condições crônicas na atenção primária à saúde: o imperativo da consolidação da estratégia da saúde da família**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 512 p.: il. 2012.

MURTA, F. G. **Saberes e Práticas: guia de ensino e aprendizado de enfermagem**. 4. ed.<sup>a</sup> Ver e amp. São Caetano do Sul, SP: Difusão editora, 2008.

NOVAIS, E. M.et al.;. **O Saber da Pessoa com Doença Crônica no Auto-Cuidado**. Clinical & Biomedical Research, [S.l.], v. 29, n. 1, apr. 2009. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/hcpa/article/view/7376/4964>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

O'KEEFE, J. H.; BELL, D. S. H.; WYNE, K. L. **Fundamentos em diabetes**. Tradução Paulo Henrique Machado. 4.<sup>a</sup> ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

OLIVEIRA, S. L. de. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisa**, TGI, monografias, dissertações e teses. São Paulo, Pioneira, 2002.

OLIVEIRA A. E. F et al;. **Redes de Atenção à Saúde: Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas no Âmbito do Sistema Único de Saúde**. São Luís: EDUFMA, 2017.

ORQUIZA, S. M. C. **Qualidade de vida e AutoCuidado**, 2011. Disponível em: <http://www.orientacoesmedicas.com.br/autocuidado.asp>. Acesso em: 20 de abr. 2019.

OPAS. Organização Pan-Americana da Saúde. **Fatores de risco para doenças crônicas não transmissíveis nas Américas**: Considerações sobre o fortalecimento da capacidade regulatória. Documento de Referência Técnica REGULA. Washington, DC ; OPAS, 2016.

ORTOLANI, F.P.B. **Doenças cardiovasculares e estado nutricional no envelhecimento**: produção científica sobre o tema. Revista Kairós Gerontologia, 18 (1), pp. 307-324. São Paulo, Brasil: 2015.

PACHECO, A. E. **Motivação para o auto-cuidado na atenção primária em saúde**. 2016. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/3235.pdf>. Acesso em: 22 de out. de 2019.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Saúde do Paraná. Superintendência de Vigilância em Saúde. **Caderno temático de vigilância de doenças crônicas não transmissíveis no Paraná**. Curitiba: SESA/SVS, 2017.

PEREIRA, D.S, et al. **A atividade física na prevenção das doenças crônicas não transmissíveis**. RGS. 2017 nov; 17 (Supl 1): 1-9 Revista Gestão & Saúde. Disponível em:

<http://www.herrero.com.br/files/revista/file8cc56abaabcfe454ac583fee7422f441.pdf>

Acesso: 15 de outubro de 2019.

PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE 2018/2021. Município de São Mateus do Sul. Secretaria Municipal de Saúde. **Gestão Plena da Atenção Ampliada**. 2017  
Disponível em:

[www.saomateusdosul.pr.gov.br/wp-content/uploads./plano-municipal-de-saude.pdf](http://www.saomateusdosul.pr.gov.br/wp-content/uploads./plano-municipal-de-saude.pdf)

Acesso em: 25 abr. de 2019.

PRODANOV C. C.; DE FREITAS E. C. **Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA. **Rev. Saúde Pública**. São Paulo, v. 34, n. 3, p. 316-319, June 2000. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-89102000000300018&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102000000300018&lng=en&nrm=iso). <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102000000300018>. Acesso em: 17 out. 2019.

REIS, J.; DELGADO, S.; MONTEIRO, V. **Promoção do Autocuidado da pessoa com Diabetes Mellitus: da hospitalização ao domicílio**. 64 f, monografia (Título de Licenciatura em Enfermagem), Universidade do Mindelo, Mindelo, 2013.

REZENDE A K. L. V. **Avaliação de qualidade de vida e custos na saúde suplementar baseada no plano de cuidado multidisciplinar de pacientes com doenças crônicas não transmissíveis**. Fundação José Bonifácio Lafayette de Andrada, Faculdade de Medicina de Barbacena – FAME. Barbacena, MG – Brasil. *Rev Med Minas Gerais* 2017; 27 (Supl 1): S23-S29

ROCHA-BRISCHILIARI, S. C. et al. **Doenças crônicas não transmissíveis e associação com fatores de risco.** Rev Bras Cardiol, v. 27, n. 1, p. 35-42, 2014.

SANTOS, MBPS; DE SOUSA F., D. M.; VIEIRA, G. C. **Medicina preventiva: a promoção do autocuidado como ferramenta para a prevenção do surgimento do pé diabético.** Rev. Ciênc. Saúde Nova Esperança, v. 11, p. 50-59, 2013.

SCHMIDT, M. I. et al. **Doenças crônicas não-transmissíveis no Brasil: carga e desafios atuais.** 2011. Disponível em:  
[http://dms.ufpel.edu.br/ares/bitstream/handle/123456789/222/1%20%202011%20Doen%  
c3%a7as%20cr%  
c3%b4nicas%20n%  
c3%a3o%20transmiss%  
c3%adv eis%20no%20Brasil.pdf?sequence=1](http://dms.ufpel.edu.br/ares/bitstream/handle/123456789/222/1%20%202011%20Doen%c3%a7as%20cr%c3%b4nicas%20n%c3%a3o%20transmiss%c3%adv eis%20no%20Brasil.pdf?sequence=1). Acesso em: 10 de out. 2019.

SILVA, L. C. C. da et al. **Controle do tabagismo: desafios e conquistas.** J. bras. pneumol., São Paulo, v. 42, n. 4, p. 290-298, Aug. 2016. Disponível em:  
Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1806-37132016000400290&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-37132016000400290&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 11 de mar. de 2019.  
<http://dx.doi.org/10.1590/s1806-37562016000000145>.

SILVA, L. D. et al. **O enfermeiro e a educação em saúde: um estudo bibliográfico.** Revista de Enfermagem da UFSM, v. 2, n. 2, p. 412-419, São Paulo, 2012.

SILVA, M. S. et al. **Risco de doenças crônicas não transmissíveis na população atendida em Programa de Educação Nutricional em Goiânia (GO), Brasil.** Ciência & Saúde Coletiva, v. 19, p. 1409-1418, 2014.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PNEUMOLOGIA E TISIOLOGIA et al. **Tabagismo: parte I.** Rev. Assoc. Med. Bras. [online]. 2010, vol.56, n.2 [cited 2019-03-20], pp.134-134. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-)

42302010000200005&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0104-4230.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-42302010000200005>. Acesso em: 11 de mar. 2019.

SOUZA, M. C.; HORTA, N;. **Enfermagem e saúde coletiva teoria e prática**. 2.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogab, 2017, p. 396.

TAVARES, N.U.L. et al. **Uso de medicamentos para tratamento de doenças crônicas não transmissíveis no Brasil: resultados da Pesquisa Nacional de Saúde**, 2013. Epidemiologia e Serviços de Saúde, v. 24, p. 315-323.

TAVARES, R. **Proposta de intervenção para a promoção do autocuidado em idosos e seus cuidadores quanto ao uso de benzodiazepínicos na Unidade Básica de Saúde Centro II, em Campo Belo - MG**. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Medicina. Núcleo de Educação em Saúde Coletiva. Belo Horizonte, 36f. Monografia (Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família). 2018

THEME, M. M. Filha et al. **Prevalência de doenças crônicas não transmissíveis e associação com auto avaliação de saúde: Pesquisa Nacional de Saúde**, 2013. Rev. bras. epidemiol., São Paulo, v. 18, supl. 2, p. 83-96. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-790X2015000600083&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2015000600083&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 05 de mar. de 2019.

TORRES, H. de C.; MONTEIRO, Márcia R. P. **Educação em saúde sobre doenças crônicas não-transmissíveis no Programa Saúde da Família em Belo Horizonte/MG**. Revista Mineira de Enfermagem, v. 10, n. 4, p. 402-406, 2006.

STEFANELLI, M.C.; FUKUDA, I.MK, ARANTES.E.C, **Enfermagem psiquiátrica em suas dimensões assistenciais**. Barueri, SP: Manole, 2018.

VAISBERG, M.; MELLO, M. T. de. **Exercícios na saúde e na doença.**  
**Barueri, SP:** Manole, 2010.

VIANA, M. M. L.; DE FIGUEIREDO, M. S. B. R.; FERREIRA, D. **Parâmetros cardiovasculares em idosos institucionalizados: identificar, monitorar e prevenir.** **Centro Universitário de João Pessoa/UNIPÊ.** Disponível em:  
[https://editorarealize.com.br/revistas/cieh/trabalhos/TRABALHO\\_EV075\\_MD2\\_SA4\\_ID2359\\_03102017141919.pdf](https://editorarealize.com.br/revistas/cieh/trabalhos/TRABALHO_EV075_MD2_SA4_ID2359_03102017141919.pdf). Acesso em: 01 de out. de 2019.

VICENTE M.;MIRANDA A.; BOURBON, M. N. **História de Saúde Familiar.**  
2016.

WILLRICH, N.; CORRÊA; L. B. **Perfil do consumo de bebidas alcoólicas em curitiba pesquisa vigitel 2006-2017.**Prefeitura Municipal de Curitiba  
**Secretaria Municipal da Saúde - Centro de Epidemiologia coordenação de diagnóstico em saúde doenças e agravos não transmissíveis,** 2018.

XAVIER et al; Sociedade Brasileira de Cardiologia. **V Diretriz Brasileira de Dislipidemias e Prevenção da Aterosclerose.** Aeq Bras Cardiol. 2013.

## AVIFAUNA NO *CAMPUS* DE PONTA GROSSA DA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ: POSSIBILIDADE DE EDUCAÇÃO EM AMBIENTE NÃO FORMAL

Andréia de Fátima Olegário<sup>1,2</sup>,  
Suelen Lineiro Collaço<sup>1,3</sup>,  
Danislei Bertoni<sup>1,4</sup>,  
Lia Maris Orth Ritter Antikeira<sup>1,5</sup>  
Jézili Dias<sup>1,6</sup>

**RESUMO:** Buscou-se identificar as aves existentes na Universidade Tecnológica Federal do Paraná, *campus* de Ponta Grossa (UTFPR/PG) e propõe-se utilizá-las como ferramenta para o ensino da educação ambiental em ambiente não formal, para os alunos e professores da região. Foram registradas 64 espécies divididas em 29 famílias, onde as que apresentaram maior número de espécies foram Tyrannidae, seguida por Thraupidae e Picidae. Destaca-se ainda a presença de papagaios (*Amazona aestiva*), tucanos (*Ramphastos dicolorus*), tiribas (*Pyrrhura frontalis*), maria-faceira (*Syrigma sibilatrix*) e falcões (*Falco sparverius*).

**Palavras-chave:** Educação Ambiental, Ensino, Inventário Ornitológico.

**ABSTRACT:** We identified local birds at the Federal Technological University of Paraná (UTFPR), Ponta Grossa campus, Brazil, in order to use them as a tool for environmental education in a non-formal context for local students and teachers. A total of 64 species were registered as part of 29 families, the most frequent being Tyrannidae, followed by Thraupidae and Picidae. Also noteworthy is the presence of parrots (*Amazona aestiva*), toucans (*Ramphastos dicolorus*), "tiribas" (*Pyrrhura frontalis*), "marias-faceiras" (*Syrigma sibilatrix*) and hawks (*Falco sparverius*).

**Keywords:** Environmental Education, Teaching, Ornithological Inventory.

### 1 INTRODUÇÃO

A Mata Atlântica no Brasil apresenta atualmente 15% de sua cobertura original, destes, 12,5% de formações florestais e o restante representado por formações naturais não florestais (campos de altitude, refúgios vegetacionais, áreas de várzea e dunas). Quanto ao estado do Paraná, há somente 13% da cobertura original, sendo que desta, 11,8% corresponde a formações florestais (INPE 2014), e cada remanescente, mesmo que esteja em processo de

<sup>1</sup> Universidade Tecnológica Federal do Paraná, *Campus* Ponta Grossa.

<sup>2</sup> Graduanda da Licenciatura em Ciências Biológicas.

<sup>3</sup> Graduada na Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Naturais.

<sup>4</sup> Professor Doutor em Educação e Docente da Licenciatura em Ciências Biológicas.

<sup>5</sup> Professora Doutora em Ciências e Docente da Licenciatura em Ciências Biológicas.

<sup>6</sup> Professora Doutora em Ciências Biológicas e Docente da Licenciatura em Ciências Biológicas. Endereço para correspondência: *Campus* Ponta Grossa Av. Monteiro Lobato, s/n - Km 04 - Ponta Grossa - PR – Brasil. Telefone Geral +55 (42) 3220-4800. E-mail: [diasj@utfpr.edu.br](mailto:diasj@utfpr.edu.br)

sucessão natural é importante para a conservação da biodiversidade e manutenção da avifauna.

Lopes e Anjos (2006) em estudo realizado no *Campus* da Universidade Estadual de Londrina, no Paraná, encontraram que mesmo um remanescente florestal com pressão antrópica moderada é capaz de manter uma comunidade de aves semelhante ao que ocorre em remanescente florestal de tamanho similar localizado próximo a uma floresta contínua. Para Andrade (1993) as aves servem como indicadoras de um ambiente funcional e saudável, pois contribuem no controle biológico de pragas e nos processos de polinização e dispersão de sementes.

Matos (2011) considera que a grande facilidade de identificar espécies de aves torna viável sua utilização como bioindicadoras da qualidade ambiental e do grau de perturbação de ecossistemas naturais, devido principalmente aos métodos para identificação, que são pouco invasivos, como a fotografia em campo.

Nas últimas décadas surge a observação de aves, que tem sido intensificada nos últimos anos como prática de lazer entre as pessoas, graças ao desenvolvimento de câmeras potentes e com valores acessíveis no mercado. Esta prática não apresenta restrições, onde crianças com a ajuda de adultos podem realizá-la.

Atualmente a observação de aves é uma excelente ferramenta que pode ser utilizada como subsídio para a educação ambiental (ALLENSPACH & ZUIN 2013, OLIVEIRA *et al.* 2017).

Tratando-se de educação ambiental, esta pode ser realizada em locais públicos, como os *campi* de universidades, principalmente no tocante aos processos de ensino-aprendizagem, em ambientes não-formais. Lembrando que, tratando-se da aprendizagem, para buscar a aprendizagem significativa deve ser o foco do processo educacional e adotar novas metodologias de ensino para alcançar esse objetivo é primordial no ambiente (MOREIRA, 2006).

Diante deste contexto, este trabalho objetivou identificar espécies da avifauna presente na Universidade Tecnológica Federal do Paraná no *campus* de Ponta Grossa com o fim de utilizá-las como possibilidade para o ensino de educação ambiental para alunos do ensino fundamental e médio, bem como

capacitação de professores da educação básica, em um ambiente não formal de ensino.

## 2 MATERIAL E MÉTODOS

Este trabalho foi realizado na Universidade Tecnológica Federal do Paraná, *campus* de Ponta Grossa (25°03'05.8"S, 50°07'54.8"W). O *campus* apresenta um mosaico entre áreas construídas, áreas de lazer com espécies vegetais ornamentais e dois pequenos fragmentos florestais em processo de sucessão secundária, sendo que um deles apresenta o dossel com eucaliptos e o sobosque é manejado com roçadas continuamente.

Para o registro da avifauna foi utilizada uma máquina fotográfica Nikon P500 com distância focal de 22.5-810 mm. Com o auxílio das fotos, as aves foram identificadas através de bibliografia e em comparação aos registros do *site* WikiAves ([www.wikiaves.com.br](http://www.wikiaves.com.br)).

A periodicidade dos registros se deu semanalmente sempre nos horários do início da manhã e fim de tarde, quando as aves apresentam maior atividade, percorrendo-se toda a extensão da área de estudo. A sequência dos grupos taxonômicos e nomenclatura científica foram baseadas no CBRO-Comitê Brasileiro de Registros Ornitológicos (PIACENTINI et al. 2015), em conjunto com a literatura específica.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram registradas 64 espécies (Tabela 1) divididas em 29 famílias, sendo Tyrannidae, Thraupidae, Picidae e Columbidae as famílias com maior número de espécies.

Conhecer as espécies de um determinado local é o primeiro passo para entender as possíveis relações destas com o ambiente. No entanto, no que se refere à educação ambiental, muitas vezes há uma barreira entre o conhecimento científico, como as espécies conhecidas e as abordagens realizadas em sala de aula. Em constatação verificada por Oliveira e Soares (2013), raramente os professores de Ciências realizam saídas a campo para a

observação de aves, sendo utilizadas na maioria das vezes as figuras trazidas nos livros didáticos para estudo deste grupo.

**Tabela 1.** Espécies vistas na Universidade Tecnológica Federal do Paraná, *campus* Ponta Grossa.

TAXON NAME STATUS	PORTUGUESE/ENGLISH NAME	
<b>Accipitridae Vigors, 1824</b>		
<b>Rupornis Kaup, 1844</b>		
<i>Rupornis magnirostris</i> (Gmelin, 1788)	Gavião-carijó; Roadside Hawk	R
<b>Apodidae Olphe-Galliard, 1887</b>		
<b>Chaetura Stephens, 1826</b>		
<i>Chaetura meridionalis</i> Hellmayr, 1907	Andorinhão-do-temporal; Sick's Swift	R
<b>Ardeídea Leach, 1820</b>		
<b>Syrigma Ridgway, 1878</b>		
<i>Syrigma sibilatrix</i> (Temminck, 1824)	Maria-faceira; Whistling Heron	R
<b>Charadriidae Leach, 1820</b>		
<b>Vanellus Brisson, 1760</b>		
<i>Vanellus chilensis</i> Molina, 1782	quero-quero; Southern Lapwing	R
<b>Caprimulgidae Vigors, 1825</b>		
<b>Nyctidromus Gould, 1938</b>		
<i>Nyctidromus albicollis</i> Gmelin, 1789	Bacurau; Common Pauraque	R
<b>Cathartidae Lafresnaye, 1839</b>		
<b>Coragyps Le Maout, 1853</b>		
<i>Coragyps atratus</i> Bechstein, 1793	Urubu; Black Vulture	R
<b>Columbidae Leach, 1820</b>		
<b>Columba Linnaeus 1758</b>		
<i>Columba livia</i> Gmelin, 1789	Pombo – doméstico; Rock Pigeon	R
<b>Patagioenas Reichenbach, 1853</b>		
<i>Patagioenas cayennensis</i> (Bonnaterre, 1792)	Pomba – galega; Pale-vented Pigeon	R
<i>Patagioenas plumbea</i> (Vieillot, 1818)	Pomba-amargosa; Plumbeous Pigeon	R
<i>Patagioenas picazuro</i> Temminck, 1813	Asa-branca; Picazuro Pigeon	R
<b>Zenaida Bonaparte, 1838</b>		
<i>Zenaida auriculata</i> (Des Murs, 1847)	Avoante; Eared Dove	R
<b>Corvidae Leach, 1820</b>		
<b>Cyanocorax Boie, 1826</b>		
<i>Cyanocorax chrysops</i> (Vieillot, 1818)	Gralha - picaça; Plush-crested Jay	R
<b>Cracidae Rafinesque, 1815</b>		
<b>Penélope Merrem, 1786</b>		
<i>Penelope obscura</i> Temminck, 1815	Jacuaçu; Dusky-legged Guan	R
<b>Cuculidae Leach, 1820</b>		
<b>Crotophaga Linnaeus, 1758</b>		
<i>Crotophaga ani</i> Linnaeus, 1758	Anu-preto; Smooth-billed Ani	R
<b>Guira Lesson, 1830</b>		
<i>Guira guira</i> (Gmelin, 1788)	Anu-branco; Guira Cuckoo	R
<b>Falconidae Leach, 1820</b>		
<b>Caracara Merrem, 1826</b>		
<i>Caracara plancus</i> (Miller, 1777)	Carcará; Southern Caracara	R
<b>Falco Linnaeus, 1758</b>		
<i>Falco sparverius</i> Linnaeus, 1758	Quiriquiri; American Kestrel	R
<b>Milvago Spix, 1824</b>		
<i>Milvago chimango</i> (Vieillot, 1816)	Chimango; Chimango Caracara	R
<b>Fringillidae Leach, 1820</b>		



<b>Spinus Koch, 1816</b>		
<i>Spinus magellanicus</i> (Vieillot, 1805)	Pintassilgo; Hooded Siskin	R
<b>Continue...</b>		
<b>TAXON NAME</b>	<b>PORTUGUESE/ENGLISH NAME</b>	
<b>STATUS</b>		
<b>Euphonia Desmarest, 1806</b>		
<i>Euphonia chalybea</i> (Mikan, 1825)	Cais-cais; Green-throated Euphonia	R
<b>Furnariidae Gray, 1840</b>		
<b>Furnarius Vieillot, 1816</b>		
<i>Furnarius rufus</i> (Gmelin, 1788)	João-de-barro; Rufous Hornero	R
<b>Leptasthenura Reichenbach, 1853</b>		
<i>Leptasthenura striolata</i> (Pelzeln, 1856)	Grimpeirinho; Striolated Tit-Spinetail	R
<b>Hirundinidae Rafinesque, 1815</b>		
<b>Progne Boie, 1826</b>		
<i>Progne tapera</i> (Vieillot, 1817)	Andorinha-do-campo; Brown-chested Martin	R
<b>Pygochelidon Baird, 1865</b>		
<i>Pygochelidon cyanoleuca</i> (Vieillot, 1817)	Andorinha-pequena-de-casa; Blue-and-white Swallow	R
<b>Icteridae Vigors, 1825</b>		
<b>Cacicus Lacépède, 1799</b>		
<i>Cacicus chrysopterus</i> (Vigors, 1825)	Japuira; Golden-winged Cacique	R
<i>Cacicus haemorrhous</i> (Linnaeus, 1766)	Guaxe; Red-rumped Cacique	R
<b>Molothrus Swainson, 1832</b>		
<i>Molothrus bonariensis</i> (Gmelin, 1789)	Chupim; Shiny Cowbird	R
<b>Mimidae Bonaparte, 1853</b>		
<b>Mimus Boie, 1826</b>		
<i>Mimus saturninus</i> (Lichtenstein, 1823)	Sabiá-do-campo; Chalk-browed Mockingbird	R
<b>Parulidae Wetmore, Friedmann, Lincoln, Miller, Peters, van Rossem, Van Tyne &amp; Zimmer 1947</b>		
<b>Setophaga Swainson, 1827</b>		
<i>Setophaga pitayumi</i> (Vieillot, 1817)	Mariquita; Tropical Parula	R
<b>Passeridae Rafinesque, 1815</b>		
<b>Passer Brisson, 1760</b>		
<i>Passer domesticus</i> (Linnaeus, 1758)	Pardal; House Sparrow	R
<b>Passerellidae Cabanis &amp; Heine, 1850</b>		
<b>Zonotrichia Swainson, 1832</b>		
<i>Zonotrichia capensis</i> (Statius Muller, 1776)	Tico-tico; Rufous-collared Sparrow	R
<b>Picidae Leach, 1820</b>		
<b>Campephilus Gray, 1840</b>		
<i>Campephilus robustus</i> (Lichtenstein, 1818)	Pica-pau-rei; Robust Woodpecker	R
<b>Colaptes Vigors, 1825</b>		
<i>Colaptes campestris</i> (Vieillot, 1818)	Pica-pau-do-campo; Campo Flicker	R
<b>Melanerpes Swainson, 1832</b>		
<i>Melanerpes flavifrons</i> (Vieillot, 1818)	Benedito-de-testa-amarela; Yellow-fronted Woodpecker	R
<b>Piculus Spix, 1824</b>		
<i>Piculus aurulentus</i> (Temminck, 1821)	Pica-pau-dourado; White-browed Woodpecker	R
<b>Veniliornis Bonaparte, 1854</b>		
<i>Veniliornis spilogaster</i> (Wagler, 1827)	Picapauzinho-verde-carijó; White-spotted Woodpecker	R
<b>Psittacidae Rafinesque, 1815</b>		
<b>Amazona Lesson, 1830</b>		
<i>Amazona aestiva</i> (Linnaeus, 1758)	Papagaio; Turquoise-fronted Parrot	R
<b>Pionus Wagler, 1832</b>		
<i>Pionus maximiliani</i> (Kuhl, 1820)	Maitaca; Scaly-headed Parrot	R



<b>Pyrrhura Bonaparte, 1856</b>		
<i>Pyrrhura frontalis</i> (Vieillot, 1817)	Tiriba; Maroon-bellied Parakeet	R
<b>Ramphastidae Vigors, 1825</b>		
<b>Ramphastos Linnaeus, 1758</b>		
<i>Ramphastos dicolorus</i> Linnaeus, 1766	Tucano-de-bico-verde; Red-breasted Toucan	R
<b>Strigidae Leach, 1820</b>		
<b>Athene Boie, 1822</b>		
<i>Athene cunicularia</i> (Molina, 1782)	Coruja-buraqueira; Burrowing Owl	R
Continue...		
<b>TAXON NAME</b>	<b>PORTUGUESE/ENGLISH NAME</b>	
<b>STATUS</b>		
<b>Thraupidae Cabanis, 1847</b>		
<b>Pipraeidea Swainson, 1827</b>		
<i>Pipraeidea bonariensis</i> (Gmelin, 1789)	Sanhaço-papa-laranja; Blue-and-yellow Tanager	R
<i>Pipraeidea melanonota</i> (Vieillot, 1819)	Saíra-viúva; Fawn-breasted Tanager	R
<b>Saltator Vieillot, 1816</b>		
<i>Saltator similis</i> d'Orbigny & Lafresnaye, 1837	Trinca-ferro; Green-winged Saltator	
<b>Sicalis Boie, 1828</b>		
<i>Sicalis flaveola</i> (Linnaeus, 1766)	Canário-da-terra; Saffron Finch	R
<b>Tangara Brisson, 1760</b>		
<i>Tangara sayaca</i> (Linnaeus, 1766)	Sanhaço-cinzento ; Sayaca Tanager	R
<b>Threskiornithidae Poche, 1904</b>		
<b>Theristicus Wagler, 1832</b>		
<i>Theristicus caudatus</i> (Boddaert, 1783)	Curicaca; Buff-necked Ibis	R
<b>Trochilidae Vigors, 1825</b>		
<b>Anthracothorax Boie, 1831</b>		
<i>Anthracothorax nigricollis</i> (Vieillot, 1817)	Beija-flor-de-veste-preta; Black-throated Mango	R
<b>Eupetomena Gould, 1853</b>		
<i>Eupetomena macroura</i> (Gmelin, 1788)	Beija-flor-tesoura; Swallow-tailed Hummingbird	R
<b>Leucochloris Reichenbach, 1854</b>		
<i>Leucochloris albicollis</i> (Vieillot, 1818)	Beija-flor-de-papo-branco; White-throated Hummingbird	R
<b>Thalurania Gould, 1848</b>		
<i>Thalurania glaucopsis</i> (Gmelin, 1788)	Beija-flor-de-fronte-violeta; Violet-capped Woodnymph	R
<b>Troglodytidae Swainson, 1831</b>		
<b>Troglodytes Vieillot, 1809</b>		
<i>Troglodytes musculus</i> Naumann, 1823	Corruíra; Southern House Wren	R
<b>Turdidae Rafinesque, 1815</b>		
<b>Turdus Linnaeus, 1758</b>		
<i>Turdus amaurochalinus</i> Cabanis, 1850	Sabiá-poca; Creamy-bellied Thrush	R
<i>Turdus leucomelas</i> Vieillot, 1818	Sabiá-branco; Pale-breasted Thrush	R
<i>Turdus rufiventris</i> Vieillot, 1818	Sabiá-laranjeira; Rufous-bellied Thrush	R
<b>Tyrannidae Vigors, 1825</b>		
<b>Hirundinea d'Orbigny &amp; Lafresnaye, 1837</b>		
<i>Hirundinea ferruginea</i> (Gmelin, 1788)	Gibão-de-couro; Cliff Flycatcher	R
<b>Machetornis Gray, 1841</b>		
<i>Machetornis rixosa</i> (Vieillot, 1819)	Suiriri-cavaleiro; Cattle Tyrant	R
<b>Myiodynastes Bonaparte, 1857</b>		
<i>Myiodynastes maculatus</i> (Statius Muller, 1776)	Bem-te-vi-rajado; Streaked Flycatcher	R
<b>Pitangus Swainson, 1827</b>		
<i>Pitangus sulphuratus</i> (Linnaeus, 1766)	Bem-te-vi; Great Kiskadee	R

<b>Pyrocephalus Gould, 1839</b>		
<i>Pyrocephalus rubinus</i> (Boddaert, 1783)	Príncipe; Vermilion Flycatcher	R
<b>Satrapa Strickland, 1844</b>		
<i>Satrapa icterophrys</i> (Vieillot, 1818)	Suiriri-pequeno; Yellow-browed Tyrant	R
<b>Tyrannus Lacépède, 1799</b>		
<i>Tyrannus melancholicus</i> Vieillot, 1819	Suiriri; Tropical Kingbird	R
<i>Tyrannus savana</i> Daudin, 1802	Tesourinha; Fork-tailed Flycatcher	R
<b>Xolmis Boie, 1826</b>		
<i>Xolmis cinereus</i> (Vieillot, 1816)	Primavera; Gray Monjita	R

**Fonte:** os autores. Lista seguindo Piacenti et al. (2015), onde: R: residente e E: espécie endêmica da região onde esta foi localizada.

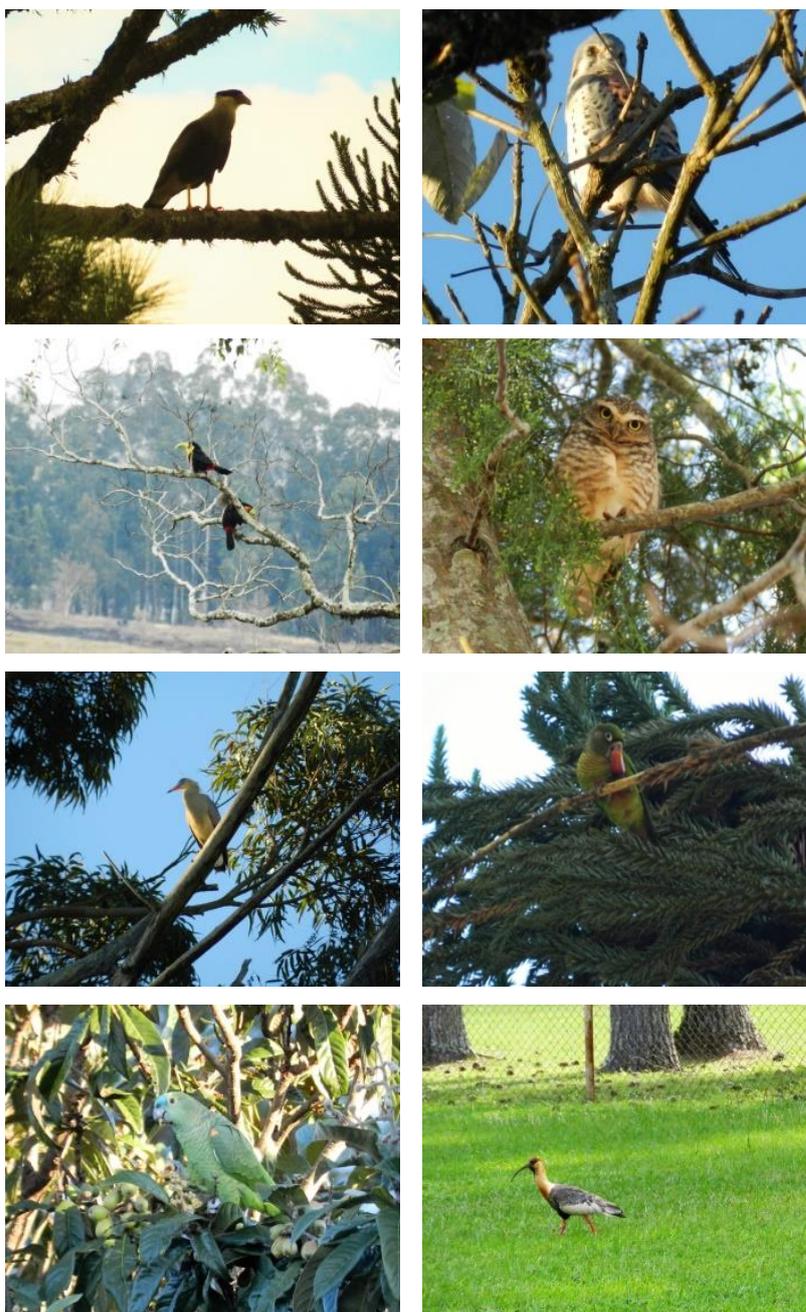
No entanto, para o que docente possa mudar esta realidade e planejar uma aula em um ambiente não formal para o ensino de Ciências e Biologia, além de passos essenciais no planejamento de qualquer saída para campo, faz-se necessário previamente, o conhecimento do docente sobre as possíveis espécies que poderão ser visualizadas em campo. A consulta de materiais especializados e artigos acadêmicos que tragam listas de aves que possam ocorrer na área a ser visitada são essenciais e devem ser realizada pelo docente, a exemplo da presente lista de espécies deste trabalho. Neste trabalho algumas espécies foram avistadas muitas vezes durante a amostragem (Figura 1).

Além do conhecimento prévio sobre as espécies, é de extrema importância a contextualização sobre o grupo das aves, como as características principais e caracteres que poderão ser observados nestes indivíduos, quando em campo. O estudo das características morfológicas que podem ser observadas nos indivíduos desse grupo pode ser realizado em sala de aula, com o auxílio do material didático disponível nas escolas.

Para completar os passos anteriores, o docente deve executar atividades educativas prévias de acordo com o desenvolvimento e série escolar que o aluno se encontra. Para este momento, sugere-se a busca por exercícios que instiguem os alunos a buscar conhecimentos cotidianos sobre espécies já conhecidas por estes, como nomes populares, formatos do corpo (Figura 2) entre outras características, buscando desta forma, envolver a realidade do aluno para que possa ocorrer um aprendizado significativo, como proposto por Ferreira e Pasa (2015).

No decorrer da coleta dos dados, muitas aves foram registradas utilizando recursos alimentares de árvores presentes no *campus*, entre elas, espécies

arbóreas nativas e exóticas. Dentre as espécies nativas onde houve um grande número de observações em *Plinia trunciflora* (O. Berg) Kause (Jabuticaba) e *Eugenia involucrata* DC. (Cerejeira). Quanto aos registros nas espécies exóticas, mesmo algumas sendo consideradas exóticas e invasoras, como a nêspera (*Eriobotrya japonica* (Thunb.) Lind), santa-bárbara, (*Melia azedarach* L. e uva-do-japão, *Hovenia dulcis* Thunb., neste contexto, se fazem importantes quando em época de frutificação, pois fornecem alimentos para a avifauna deste local.



**Figura 1.** Alguns exemplares da avifauna da UTFPR/PG. A. *Caracara plancus*; B. *Falco sparverius*; C. *Ramphastos dicolorus*; D. *Athene cunicularia*; E. *Syrigma sibilatrix*; F. *Pyrhura frontalis*; G. *Amazona aestiva*; H. *Theristicus caudatus*. Fotos: Andréia de Fátima Olegário dos Santos e Jézili Dias.



Figura 2. Formato do corpo de algumas aves. Fonte: <http://www.ornithos.com.br/escola/guia-do-observador/o-que-observar/>.

Embora as espécies não tenham sido agrupadas de acordo com as guildas alimentares, é possível identificar o modo de obtenção de alimento de acordo com a morfologia do bico da ave que está sendo observada, a exemplo de um quadro de referência, que os alunos possam ter em mãos (Figura 3). Em relação às espécies encontradas no *campus* da Universidade Tecnológica Federal do Paraná em Ponta Grossa e que poderão ser facilmente visualizadas e correlacionadas com o quadro sobre os tipos de bicos e alimentação, estão os papagaios (*Amazona aestiva*), tucanos (*Ramphastos dicolorus*), tiribas (*Pyrrhura frontalis*), maria-faceira (*Syrigma sibilatrix*), curicacas (*Theristicus caudatus*), corujas-buraqueiras (*Athene cunicularia*) e falcões (*Caracara plancus* e *Falco sparverius*) (Figura 1).

Para Allenspach e Zuin (2013) projetos com a observação de aves trabalham predominantemente com o público escolar e, devido à dificuldade de realizar atividades em áreas consideradas preservadas, as espécies utilizadas são em sua maior parte urbanas, embora se tenha uma preferência por espécies menos comuns, mais raras ou ameaçadas. Ainda, independente da espécie observada, Almeida (2009) destaca um efeito colateral da observação de aves, como a compreensão da natureza, favorecendo o desejo de preservação do ambiente pelos participantes desta atividade.

As espécies de aves registradas no *campus* da UTFPR/PG são de fácil visualização e podem ser utilizadas em aulas para o Ensino Fundamental II e Ensino Médio, desde que sejam tomados alguns cuidados pelo docente, a exemplo do conhecimento de características básicas deste grupo, bem como o uso de uma lista adequada para identificação em campo dos indivíduos que poderão ser vistos pelos alunos.



Fora de escala

**Figura 3.** Quadro de referências para as adaptações do bico de acordo com a alimentação das aves. Fonte: adaptado de <https://www.studyadda.com/notes/3rd-class/science/animals/birds/6297>.

Considerando ainda neste contexto, Molin e Rocha (2008) propõem a aceitação da observação de aves como ferramenta didática no ensino formal e sugerem a criação de núcleos escolares para observação de aves, comemorações a dias alusivos como o “Dia das Aves” (5 de outubro) e atividades interdisciplinares que agreguem conhecimentos em diferentes áreas, partindo desta ferramenta. Atividades estas que poderiam ser desenvolvidas na UTFPR/PR a fim de estreitar as relações entre os cursos de licenciaturas do ensino superior disponíveis na instituição, sendo estes, Ciências Biológicas e Licenciatura Interdisciplinar em Ciências e o ensino fundamental e médio das escolas regionais do Núcleo de Ponta Grossa, Paraná.

#### 4 CONCLUSÃO

É possível que atividades educacionais no ensino básico possam ser realizadas em ambientes não formais como na Universidade Tecnológica do

Paraná, *campus* de Ponta Grossa, desde que ocorra o planejamento destas. No entanto, para que essa possa resultar em um aprendizado significativo por parte do aluno, é necessário que o docente contextualize a ação e realize atividades prévias, bem como conheça a lista de espécies de aves possíveis de visualização na área, como a lista proposta, neste trabalho.

## 5 AGRADECIMENTOS

Aos participantes do projeto Biodiversidade da Fauna e Flora nos Fragmentos Florestais na UTFPR/PG, ao grupo de Conservação da Natureza e Educação Ambiental (CONEA – UTFPR/PG) e aos integrantes do Laboratório de Botânica e Conservação da Natureza (LBCN – UTFPR/PG)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLENSPACH, N. & P.B. ZUIN (2013). Aves como subsídio para a Educação Ambiental: perfil das iniciativas brasileiras. **Atual. Ornitol. On-line** 176: 50-57.

ALMEIDA, S. (2009). A Observação de Aves. **Atual. Ornitol.** Disponível em: <<http://www.ao.com.br/observac.htm>>. Acesso em: 6 fevereiro 2009.

ANDRADE, M.A. (1993). **A vida das Aves, Introdução à Ecologia e Conservação.** Belo Horizonte.

BISSOLI, L.B., M.M. SOUZA & J.J. ROPER (2014). Espécies da família Tyrannidae partilham espaço de forrageio em um fragmento de Mata Atlântica, Brasil. **Natureza on line** 12(5): 235-239.

LOPES, E.V. & L. ANJOS (2006). A composição da avifauna do campus da Universidade Estadual de Londrina, norte do Paraná, Brasil. **Rev. Bras. Zool.** 23(1): 145-156.

MOLIN, T. & M.C.V. ROCHA (2008). A aceitação da observação de aves como ferramenta didática no ensino formal. **Atual. Ornitol. On-line** 146: 33-37.

OLIVEIRA, D.K. & B.M. SOARES (2013). Aves como ferramenta sensibilizadora e formadora em experiências educativas. **Vivências** 9(16): 89-99.

ORNITHOS ESCOLA. Disponível em <<http://www.ornithos.com.br/escola/guia-do-observador/o-que-observar/>>. Acesso em 30/3/2018.

[PIACENTINI, V.Q., A. ALEIXO, C.E. AGNE, G.N. MAURICIO, J.F. PACHECO, G.A. BRAVO, G.R.R. BRITO, L.N. NAKA, F. OLMOS, S. POSSO, L.F. SILVEIRA,](#)

[G.S. BETINI, E. CARRANO, I. FRANZ, A.C. LEES, L.M. LIMA, D. PIOLI, F. SCHUNCK, F.R. AMARAL, G.A. BENCKE, M. COHN-HAFT, L.F.A. FIGUEIREDO, F.C. STRAUBE & E. CESARI \(2015\). Annotated checklist of the birds of Brazil by the Brazilian Ornithological Records Committee / Lista comentada das aves do Brasil pelo Comitê Brasileiro de Registros Ornitológicos. \*Rev. Bras. Ornitol.\* 23\(2\): 91-298.](#)

PHILIPPSSEN, J.S., E. BENEDITO & C.E. ZAWADZKI (2010). Species composition and richness of avifauna in an urban area of southern Brazil. *Acta Scientiarum*, Biological Sciences 32(1): 55-62.

SIGRIST, T. (2009). **Avifauna Brasileira**. São Paulo: Avis Brasilis. Study Add. Disponível em: < <https://www.studyadda.com/notes/3rd-class/science/animals/birds/6297>>. Acesso em 30/3/2018.

WIKIAVES (2008). Disponível em <<http://www.wikiaves.com.br/>>. Acesso em 30/3/2018.

## DIREITO À PRIVACIDADE EM TEMPOS DA PANDEMIA DE COVID-19: A PROTEÇÃO DE DADOS INDIVIDUAIS EM FACE DA CRISE DE SAÚDE PÚBLICA

Juliana Bianchini<sup>1</sup>

**RESUMO:** O artigo propõe uma análise do direito à privacidade no Brasil no início da Pandemia causada pelo Novo Coronavírus (SARS-CoV-2), que causa a doença COVID-19, em razão da adoção de medidas de defesa da saúde pública. Considerando a rigorosidade para limitação dos direitos fundamentais, as medidas de monitoramento estatal para proteção da coletividade em tempos de pandemia renovam a urgência da discussão da proteção de dados individuais. Para tanto, em um primeiro momento, aborda-se breves aspectos sanitários da pandemia, passando-se em seguida para a abordagem do direito à privacidade em tempos tecnológicos e de análise de dados, para, por fim, discutir a mitigação deste direito fundamental em tempos de crise sanitária. O método utilizado foi o dialético, a partir da revisão bibliográfica.

**Palavras-Chave:** Direitos Fundamentais. Direito à privacidade. Pandemia. COVID-19.

**RESUMÉN:** El artículo propone un análisis del derecho a la privacidad en Brasil al comienzo de la Pandemia causada por el Nuevo Coronavirus (SARS-CoV-2), que causa la enfermedad COVID-19, debido a la adopción de medidas para defender la salud pública. Teniendo en cuenta el rigor para limitar los derechos fundamentales, las medidas estatales de monitoramiento para proteger a la comunidad en tiempos de Pandemia renuevan la urgencia de discutir la protección de datos individuales. Para tanto, al principio, se abordan los aspectos sanitarios de la Pandemia, pasando al enfoque del derecho a la privacidad en los tiempos tecnológicos y al análisis de datos, para finalmente discutir la mitigación de este derecho fundamental en tiempos de crisis de salud. El método utilizado fue la dialéctica, basada en la revisión bibliográfica.

**Palabras-clave:** Derechos fundamentales. Derecho a la privacidad. Pandemia. COVID-19.

### 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A pandemia gerada pela COVID-19 trouxe desafios nas áreas de saúde pública, assistência social, economia e política, assim como no direito, especialmente no campo dos direitos fundamentais, resgatando debates acerca da limitação destes.

Há anos é afirmado que o conceito de privacidade está em crise. O avanço da velocidade com que as informações pessoais são transmitidas inviabiliza o controle dos dados disseminados, sendo possível no máximo conhecer a quem são transmitidos. Embora os avanços tecnológicos que causam a obstrução da proteção de intimidade gerem melhora da qualidade de vida, a mitigação do direito à privacidade não pode ser considerado o preço a ser pago, pois possui

<sup>1</sup> Mestranda em Direitos Fundamentais e Democracia pela UniBrasil (Minter Uniguauçu). Bacharela em Direito pelo Centro Universitário Vale do Iguaçu (Uniguauçu). Professora no Centro Universitário Vale do Iguaçu (Uniguauçu).

importância ímpar para o desenvolvimento humano: seria insuportável viver em um mundo em que todas as pessoas pudessem ter acesso aos pensamentos, sentimentos, sonhos, ações e omissões das demais.

A intimidade é redesenhada na sociedade em rede globalizada, na qual os aspectos culturais alteram cotidianamente e reiteradamente as definições de privacidade de acordo com as relações humanas, de consumo e de trabalho. As modificações da tessitura social desencadeadas pela sociedade em rede demandam a reconfiguração de conceitos que se atenham à realidade material.

Entender como direitos fundamentais têm se desdobrado em momentos de crises e rupturas é se atentar a necessidade de revisitar seus conceitos, percebendo o caminho sem volta que o fenômeno da globalização trilhou. Em relação ao direito à privacidade e à intimidade, Lazaretti e Maisonnnet asseveram que “a sociedade informacional em rede fez emergir uma nova forma de pensar esses direitos”, fazendo com que a intimidade abranja o sigilo das informações pessoais e a defesa da preservação de um âmbito íntimo da pessoa humana.<sup>2</sup>

Durante a crise de saúde pública mundial ocasionada pela pandemia de COVID-19, o direito à privacidade é colocado em pauta, questionando-se seus limites, eis que a última pandemia que assolou a humanidade em níveis próximos ao enfrentado atualmente foi a Gripe Espanhola<sup>3</sup>, ocorrida em 1918, época em que a comunicação, a transmissão de dados pessoais e a própria noção de indivíduos diferia em muito das compreensões atuais.

A pandemia contemporânea acelerou aspectos relativos à diminuição marcante da privacidade em razão da implantação de necessárias medidas de vigilância e monitoramento da população, quais devem, contudo, serem analisados sobre o crivo dos princípios constitucionais, considerando que os efeitos destas ações ecoarão após a superação da crise sanitária global.

## 2 A PANDEMIA DE COVID-19

<sup>2</sup> LAZARETTI, Isadora K.; MAISONNETT, Luiz H. O direito humano à intimidade na contemporaneidade e seus desafios na sociedade globalizada em rede. Florianópolis: CONPEDI, 2018. Disponível em <http://conpedi.danilolr.info/publicacoes/34q12098/15d3698u/xtCWRA0cA44Not62.pdf>. Acesso aos 3 de maio de 2020.

<sup>3</sup> SILVA, Antônio A. M. Sobre a possibilidade de interrupção da epidemia pelo coronavírus (COVID-19) com base nas melhores evidências científicas disponíveis. Revista Brasileira de Epidemiologia, 16 de março de 2020 (Publicação online). Disponível em <https://www.scielo.org/article/rbepid/2020.v23/e200021/>. Acesso aos 3 de maio de 2020.

No dia 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi informada da existência de diversos casos de pneumonia diagnosticados na cidade de Wuhan, localizada na província de Hubei, na República Popular da China, identificando que se tratava de um novo tipo de coronavírus, não identificado antes em seres humanos. Aos 7 de janeiro de 2020, as autoridades chinesas confirmaram que haviam identificado um novo coronavírus, segundo principal vírus responsável pelo resfriado comum (após o rinovírus), e que até as últimas décadas não causava doenças graves em humanos. De acordo com a Organização Pan-Americana de Saúde, há sete coronavírus humanos (HCoVs) conhecidos, sendo eles o SARS-CoV, responsável pela síndrome respiratória aguda-grave, o MERS-COV, que causa a síndrome respiratória aguda do Oriente Médio, e o SARS-CoV-2, vírus que causa a “doença de coronavírus” – COVID-19.<sup>4</sup>

O intenso fluxo de pessoas infectadas e não diagnosticadas que saíram da China, fez com que aos 7 de janeiro de 2020 o SARS-CoV-2 houvesse se espalhado pelo mundo, infectando e matando milhares de pessoas, quadro agravado pela forma como a doença se manifesta: pessoas infectadas podem ser assintomáticos ou apresentar sintomas clínicos leves a graves, como pneumonia, insuficiência respiratória e evolução para morte.<sup>5</sup>

Aos 30 de janeiro de 2020, a OMS declarou que o surto do novo coronavírus era uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, a sexta vez<sup>6</sup> na história em que é declarada. A emergência de saúde pública de interesse internacional é definida pelo Regulamento Sanitário Internacional da OMS como um evento extraordinário, em que a propagação internacional de uma enfermidade constitui um risco para a saúde pública de

<sup>4</sup> Organização Pan-Americana de Saúde. Folha Informativa – COVID-19. Disponível em [https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875). Acesso aos 3 de maio de 2020.

<sup>5</sup> Borges do Nascimento, IJ; Cacic, N.; Abdulazeem, HM; de Groote, TC; Jayarajah, U.; Weerasekara, I.; Eshfahani, MA; Civile, VT; Marusic, A.; Jeroncic, A.; Carvas Junior, N.; Pericic, TP; Zakarija-Grkovic, I.; Meirelles Guimarães, SM; Luigi Bragazzi, N.; Bjorklund, M.; Sofi-Mahmudi, A.; Altujjar, M.; Tian, M.; Arcani, DMC; O'Mathúna, DP; Marcolino, MS. Nova infecção por coronavírus (COVID-19) em seres humanos: uma revisão de escopo e metanálise. *Journal of Clinical Medicine*: 2020, nº 9, 941. Disponível em <https://www.mdpi.com/2077-0383/9/4/941/htm>. Acesso aos 3 de maio de 2020.

<sup>6</sup> Aos 25 de abril de 2009, com a pandemia de H1N1; aos 5 de maio de 2014, com a disseminação internacional de poliovírus; aos 8 de agosto de 2014, com o surto de ebola na África Ocidental; aos 1 de fevereiro de 2016, com o vírus zika e aumento de casos de microcefalia e outras malformações congênitas; e aos 18 de maio de 2018, com o surto de ebola na República Democrática do Congo. Organização Pan-Americana de Saúde. Folha Informativa – COVID-19. Disponível em [https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875). Acesso aos 3 de maio de 2020

outros Estados, e que poderia exigir uma resposta internacional coordenada.<sup>7</sup> Para a OMS, esta definição implica dizer que a situação é séria, repentina, incomum ou inesperada, carregando implicações para a saúde pública além da fronteira nacional do Estado afetado, e pode exigir a adoção de ações internacionais imediatas.<sup>8</sup>

Aos 11 de março de 2020, a OMS caracterizou a COVID-19 como uma pandemia, reconhecendo a distribuição da doença em vários países e regiões do mundo, em razão da alta taxa de transmissão do vírus, eis que na data existiam mais de 118 mil casos em 114 países, com 4.291 mortes. Esta definição, de acordo com o Regulamento Sanitário Internacional da OMS, não implica em afirmar a gravidade da doença, apenas o reconhecimento de sua distribuição geográfica.<sup>9</sup>

Os estudos sobre a COVID-19 são ainda incipientes no Brasil e no mundo, muito em razão da rapidez com que o surto da doença ocorreu, dificultando a elaboração de análises esgotantes. De acordo com Maeyama *et. al.*, o vírus não apresenta barreiras etárias ou sexuais, mas se acredita que os grupos de maior risco, com desenvolvimento mais severo e índice mais elevado de mortalidade, são pessoas idosas e com condições médicas prévias, principalmente imunocomprometidos. Os autores afirmam que aproximadamente 20% dos casos detectados demandam atendimento hospitalar devido à dispneia, e 5% destes podem necessitar de suporte ventilatório.<sup>10</sup>

Nascimento *et. al.* afirmam a COVID-19 é “uma doença que não possui sintomas específicos, o que a torna clinicamente indistinguível de outras doenças respiratórias virais”. Para os autores, a febre é uma manifestação comum, além de tosse, dores musculares e/ou fadiga, dispinéia, dor de cabeça, dor de garganta e sintomas gastrointestinais, além de existirem pessoas

<sup>7</sup> Organización Mundial de la Salud. Reglamento Sanitario Internacional. OMS: Ginebra, 2016. Disponível em <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/246186/9789243580494-spa.pdf;jsessionid=3717C10BDB52E1D4E13A658DFFC9F8B2?sequence=1>. Acesso aos 3 de maio de 2020.

<sup>8</sup> Organização Mundial da Saúde. O que são os regulamentos internacionais de saúde os comitês de emergência? Disponível em <https://www.who.int/news-room/q-a-detail/what-are-the-international-health-regulations-and-emergency-committees>. Acesso aos 3 de maio de 2020.

<sup>9</sup> Organização Pan-Americana de Saúde. Folha Informativa – COVID-19. Disponível em [https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875). Acesso aos 3 de maio de 2020.

<sup>10</sup> MAEYAMA, M. A.; RAIMANN, B. W.; GAIKI, R. S.; CHIQUETTI, M. E.; SCHNORRENBERGER, B. L.; SCHUCHMANN, A. Z. Isolamento social vertical X Isolamento social horizontal: os dilemas sanitários e sociais no enfrentamento da pandemia de COVID-19. Revista Brazilian Journal of health Review. Curitiba: 2020, volume 3, nº 2, p. 3556-3576, março-abril. Disponível em <http://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/view/9128/7738>. Acesso aos 3 de maio de 2020.

infectadas que não apresentam sinais clínicos, alertando que a maioria dos sintomas relatados e achados laboratoriais relacionados à infecção por SARS-CoV-2 são inespecíficos.<sup>11</sup>

O SARS-CoV-2 pode ser transmitido de pessoa para pessoa, geralmente após contato próximo com um paciente infectado, através de pequenas gotículas do nariz ou da boca que se espalham quando a pessoa infectada pelo vírus tosse ou espirra, e que podem pousar em objetos e superfícies (como roupa, mesa, celular, etc). Ao tocar estes objetos com as mãos ou outras partes do corpo e em seguida tocar os olhos, nariz ou boca, ocorre a infecção. Cabe ressaltar, contudo, que ainda estão em curso estudos sobre outras formas possíveis de infecção, como por meio de contato com fezes de pessoas infectadas.<sup>12</sup>

Ainda não foram desenvolvidas vacinas ou tratamentos medicamentosos específicos, estando em curso testes através de ensaios clínicos, estimando-se que cerca de 80% dos infectados se recuperam sem precisar de tratamento especial.<sup>13</sup> De acordo com o estudo desenvolvido no Brasil por Nascimento *et. al.*, em uma análise feita com 1.686 pacientes infectados com COVID-19, apenas 8,3% dos pacientes necessitaram de tratamento em unidade de terapia intensiva, mas que “a gravidade real da doença não pode ser conhecida nesses casos”.

Em se tratando de uma doença respiratória, a forma como é transmitida define as medidas para prevenção ao contágio que devem ser seguidas. Maeyama *et. al.* afirmam que em saúde pública existem diversas intervenções possíveis para controlar o surto de uma doença infecciosa, como isolamento de pacientes, quarentena e contenção comunitária (isolamento social): o primeiro compreende separação das pessoas sabidamente contaminadas, o que demonstra sucesso quando ocorre antes do período de transmissão; o segundo compreende restrição de atividades ou separação de pessoas não doentes, mas

<sup>11</sup> Borges do Nascimento, IJ; Cacic, N.; Abdulazeem, HM; de Groote, TC; Jayarajah, U.; Weerasekara, I.; Esfahani, MA; Civile, VT; Marusic, A.; Jeroncic, A.; Carvas Junior, N.; Pericic, TP; Zakarija-Grkovic, I.; Meirelles Guimarães, SM; Luigi Bragazzi, N.; Bjorklund, M.; Sofi-Mahmudi, A.; Altujjar, M.; Tian, M.; Arcani, DMC; O'Mathúna, DP; Marcolino, MS. Nova infecção por coronavírus (COVID-19) em seres humanos: uma revisão de escopo e metanálise. *Journal of Clinical Medicine*: 2020, nº 9, 941. Disponível em <https://www.mdpi.com/2077-0383/9/4/941/htm>. Acesso aos 3 de maio de 2020.

<sup>12</sup> Organização Pan-Americana de Saúde. Folha Informativa – COVID-19. Disponível em [https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875). Acesso aos 3 de maio de 2020.

<sup>13</sup> Idem.

que podem ter sido expostas ao agente infeccioso, a fim de assegurar a observação de sintomas e detecção precoce da doença; e o último, utilizado principalmente em situações na qual não existem tratamentos e/ou vacinas, tem o intuito de reduzir ao mínimo as interações e movimentos sociais, tão somente para que seja possível garantir suprimentos básicos, envolvendo medidas de distanciamento social como fechamento de escolas, cancelamento de eventos públicos, até o bloqueio completo de atividades em uma cidade ou região, o que coloca em conflito a proteção da população e direitos individuais, além de desencadear consequências econômicas e psicossociais.<sup>14</sup>

Em relação à COVID-19, Wilder-Smith e Freedman afirmam que em razão da alta taxa de transmissibilidade identificada na China, a medida mais drástica de saúde pública, consistente em contenção comunitária com distanciamento social, uso comunitário de máscaras faciais em todos os momentos e o trancamento da cidade de Wuhan, foi o passo mais lógico para a tentativa de contenção da doença no país.<sup>15</sup>

No Brasil, de acordo com o Ministério da Saúde, o primeiro caso de COVID-19 foi identificado aos 26 de fevereiro de 2020, sendo que a pessoa contaminada se tratava de um homem, de 61 anos de idade, que havia viajado para a Itália recentemente.<sup>16</sup> Após vinte dias, já havia sido identificada a transmissão comunitária no país, não sendo mais possível rastrear a origem da transmissão, sendo adotadas estratégias de contenção da doença inicialmente pelos estados de Rio de Janeiro e São Paulo.<sup>17</sup> Aos 18 de março de 2020, o Congresso Nacional reconheceu estado de calamidade pública até 31 de dezembro de 2020, considerando a emergência de saúde pública de importância

<sup>14</sup> MAEYAMA, M. A.; RAIMANN, B. W.; GAIKI, R. S.; CHIQUETTI, M. E.; SCHNORREBERGER, B. L.; SCHUCHMANN, A. Z. Isolamento social vertical X Isolamento social horizontal: os dilemas sanitários e sociais no enfrentamento da pandemia de COVID-19. Revista Brazilian Journal of health Review. Curitiba: 2020, volume 3, nº 2, p. 3556-3576, março-abril. Disponível em <http://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/view/9128/7738>. Acesso aos 3 de maio de 2020.

<sup>15</sup> WILDER-SMITH, A.; FREEDMAN, D. Isolamento, quarentena, distanciamento social e contenção da comunidade: papel central das medidas de saúde pública à moda antiga no novo surto de coronavírus (2019-nCoV). Journal of Travel Medicine: imprensa da Universidade de Oxford. Publicado online aos 13 de fevereiro de 2020. Disponível em <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7107565/>. Acesso aos 3 de maio de 2020.

<sup>16</sup> BRASIL, Ministério da Saúde. Painel Coronavírus. Disponível em <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso aos 3 de maio de 2020.

<sup>17</sup> MAEYAMA, M. A.; RAIMANN, B. W.; GAIKI, R. S.; CHIQUETTI, M. E.; SCHNORREBERGER, B. L.; SCHUCHMANN, A. Z. Isolamento social vertical X Isolamento social horizontal: os dilemas sanitários e sociais no enfrentamento da pandemia de COVID-19. Revista Brazilian Journal of health Review. Curitiba: 2020, volume 3, nº 2, p. 3556-3576, março-abril. Disponível em <http://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/view/9128/7738>. Acesso aos 3 de maio de 2020.

internacional da COVID-19.<sup>18</sup> A partir de então, os Ministérios da Saúde e da Justiça e Segurança Pública orientaram a forma como deveria ocorrer o isolamento social no país, considerando as hipóteses os casos suspeitos ou diagnosticados.<sup>19</sup>

Até 10 de agosto de 2020, haviam sido diagnosticados no mundo 20.011.186 casos confirmados de COVID-19, e 733.929 mortes pela doença.<sup>20</sup> No Brasil, aos 10 de agosto haviam 3.057.470 casos confirmados, e 101.752 mortes, de acordo com dados divulgados pelo Ministério da Saúde.<sup>21</sup> No entanto, a estimativa para o Brasil, em razão da forma de testagem realizada, é de que o número de casos reais positivos seja 15 vezes o número de casos confirmados, sendo que a própria mortalidade por COVID-19 tem sido considerada subnotificada.<sup>22</sup>

Bittencourt assevera que a pandemia de COVID-19, além de ser uma crise global de saúde pública, é um evento “que exige a problematização de nossa configuração hegemônica de Estado sob a égide do desajuste ultraliberal e da predominância dos interesses corporativos em relação aos sociais”, porque trouxe à tona discursos xenofóbicos (especialmente em relação ao povo chinês), ideologias e teorias fabulosas que apenas confundem as pessoas mais suscetíveis, além de disseminação de preconceitos que prejudicam os esforços para realização das medidas sanitárias. Além disso, os riscos sociais são elevadíssimos, pois a pandemia afeta impetuosamente pessoas que se encontram em condições insalubres, sem saneamento básico decente, que dormem ao relento, o que demonstra que o vírus embora não siga expressões

<sup>18</sup> BRASIL, Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Brasília: 20 de março de 2020. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/portaria/DLG6-2020.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/DLG6-2020.htm). Acesso aos 3 de maio de 2020.

<sup>19</sup> BRASIL, Portaria Interministerial nº 7, de 18 de março de 2020. Ministério da Justiça e Segurança Pública e Ministério da Saúde. Brasília: 18 de março de 2020. Disponível em <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-interministerial-n-7-de-18-de-marco-de-2020-248641861>. Acesso aos 3 de maio de 2020.

<sup>20</sup> Conforme monitoramento em tempo real realizado pelo Center for Systems Science and Engineering (CSSE), da Universidade Johns Hopkins. Disponível em <https://www.arcgis.com/apps/opsdashboard/index.html#/bda7594740fd40299423467b48e9ecf6>. Acesso aos 10 de agosto de 2020.

<sup>21</sup> BRASIL, Ministério da Saúde. Painel Coronavírus. Disponível em <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso aos 10 de agosto de 2020.

<sup>22</sup> Universidade Federal de Pelotas (site). UFPel apresenta primeiros resultados do estudo sobre Covid-19 no RS. Publicado em 15/04/2020. UFPEL, 2020. Disponível em: <https://ccs2.ufpel.edu.br/wp/2020/04/15/ufpel-apresenta-primeiros-resultados-do-estudosobre-covid-19-no-rs/>. Acesso aos 3 de maio de 2020.

ideológicas, impacta de forma potencializada àqueles que já são assolados pela sociedade capitalista, excludente e seletiva.<sup>23</sup>

A doença possui ritmos de proliferação diferente em cada país, variando de acordo com as medidas de proteção adotadas por cada Estado, além de possuir desafios sociais também variantes. No Brasil, a pandemia tem seguido ritmo intenso de contágio, e na mesma medida tem aprofundado a desigualdade social e um anseio narcísico pela individualidade que ignora o interesse comum, demonstrando que embora a desassistência a pessoas que sofrem de carências materiais básicas gere um prejuízo para toda a sociedade, a morte acomete de forma muito mais impactante o grupo mais pobre e residente na periferia.<sup>24</sup>

Em razão dos efeitos devastadores, o Estado comprometido com o bem estar social deve promover o enfrentamento sério e nevrálgico à pandemia, o que implica na adoção de ações emergenciais e que podem mitigar o pleno exercício de direitos individuais, como restrição de circulação<sup>25</sup>, fechamento de determinados estabelecimento comerciais considerados não essenciais<sup>26</sup>, obrigatoriedade de uso de máscaras em ambientes públicos<sup>27</sup>, assim como o acesso a dados pessoais que indiquem, por exemplo, se a pessoa porta o vírus ou manteve contato com pessoas contaminadas.

### **3 O DIREITO À PRIVACIDADE NA CONTEMPORANEIDADE: A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

Há mais de um século é debatido doutrinariamente o direito à privacidade, principalmente na Europa e nos Estados Unidos da América, havendo diferentes

<sup>23</sup> BITTENCOURT, Renato Nunes. Revista Espaço Acadêmico: n. 221, março/abril 2020, p. 5. Disponível em <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/52827/751375149744>. Acesso aos 3 de maio de 2020.

<sup>24</sup> Neste sentido: CARVALHO, Pedro. Covid-19: mortes se concentram nas áreas pobres de São Paulo. Revista Veja. Publicação online. Disponível em <https://vejasp.abril.com.br/cidades/covid-19-mortes-se-concentram-nas-areas-pobres-de-sao-paulo/>. Acesso aos 3 de maio de 2020; e GOMES, Rodrigo. Mortes pela Covid-19 crescem 45% nos bairros mais pobres em uma semana. Revista Rede Brasil Atual. Publicação online. Disponível em <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2020/04/mortes-por-covid-19-periferia/>. Acesso aos 3 de maio de 2020.

<sup>25</sup> Superior Tribunal de Justiça. Para evitar disseminação do Covid-19, STJ adota medidas de restrição de circulação de pessoas. Publicação online. Disponível em <http://www.stj.jus.br/sites/portalt/Paginas/Comunicacao/Noticias/Para-evitar-disseminacao-do-Covid-19--STJ-adota-medidas-de-restricao-de-circulacao-de-pessoas.aspx>. Acesso aos 3 de maio de 2020.

<sup>26</sup> Prefeitura de Butantã. Prefeitura determina o fechamento de estabelecimentos devido à pandemia de COVID-19. Publicação online. Disponível em <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/butanta/noticias/index.php?p=103891>. Acesso aos 3 de maio de 2020.

<sup>27</sup> Governo do Estado do Paraná. Uso de máscaras em locais públicos é obrigatório em todo o Paraná. Publicação online. Disponível em <http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=106752&tit=Uso-de-mascara-em-locais-publicos-e-obrigatorio-em-todo-o-Parana>. Acesso aos 3 de maio de 2020.

alinhamentos teóricos à realidade social e a evolução das noções de indivíduo e individualidade, e podendo ser divididos em três momentos. A primeira fase, no século XIX, marca o início da teorização dos direitos de personalidade principalmente na doutrina alemã, em razão do incremento à ideia de um direito geral à própria personalidade movido pelas transformações da sociedade agrário-manufatureiras para urbana-industriais, que passa a considerar a vida doméstica um espaço sagrado e que não deveria ser invadido.<sup>28</sup>

A segunda fase, desenvolvida durante todo o século XX, marca o fortalecimento de teorias que defendem que a privacidade compreende o direito a controlar as informações sobre si, revelando-se necessária a implantação de administrações mais eficientes para melhor controle da produção e tratamento de dados por meio da informática, em razão da intensificação dos problemas gerados por disseminação de dados pelo rádio, e depois pela televisão. É neste momento que se abre a discussão do direito à privacidade possuir dimensões psicológicas, sociais e políticas, fruto de problemas que eram enfrentados com invasões realizadas por governos ditatoriais à vida privada dos cidadãos.

A terceira fase, por sua vez, compreende o início do século XXI e pode ser entendida como a “privacidade na era da internet”, onde o monitoramento da vida privada ensejou a retomada das discussões acerca dos limites da coleta de dados pessoais, em razão de as pessoas fornecerem voluntariamente uma quantidade muito grande de informações, não mais apenas pelos meios tradicionais de preenchimento de cadastros, mas pelo rastreamento dos seus relacionamentos interpessoais, pensamentos e interesses, sendo necessário pensar estratégias de autodefesa e de como o Estado se apresenta neste cenário.

No Brasil, o direito à privacidade está abarcado no artigo 5º, inciso X, da Constituição Federal, no título dos direitos e garantias individuais, que afirma que “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”.<sup>29</sup>

<sup>28</sup> TOMASEVICIUS FILHO, Eduardo. Em direção a um novo 1984? A tutela da vida privada entre a invasão de privacidade e a privacidade renunciada. Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, v. 109, p. 129-169, jan/dez 2014.

<sup>29</sup> BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: 2020. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso aos 4 de maio de 2020.

Neste diapasão, o direito à privacidade pode ser definido como a limitação do Estado e dos demais particulares à sua intimidade e vida privada, protegendo-o contra intromissões, e caracterizando-se, assim, como um típico direito de defesa (garantia individual).<sup>30</sup> Também pode ser compreendido como um direito à prestação, pois impõe ao Estado o dever de implementar mecanismos que resguardem as informações pessoais, como a criação de um órgão responsável pela revisão e melhoria destes mecanismos (dimensão objetiva).<sup>31</sup> Estas dimensões dão um caráter objetivo e subjetivo a este direito fundamental, complementando-se e fortalecendo mutuamente, integrando um sistema de valores do Estado Democrático de Direito.<sup>32</sup>

No afã de explicar os alcances e limites desse direito no regime jurídico pátrio, desenvolveu-se uma tendência na doutrina de que a intimidade e vida privada, embora sejam conceitos distintos, operacionalmente não possuem significado diferentes, e por isso podem ser usados para definir o mesmo recorte jurídico. Na contramão, Daniel Sarmento leciona que é necessário fazer uma radical distinção das expressões, sem esquecer que a previsão constitucional consagra um direito geral à vida privada ao afirmar que “são invioláveis a vida privada e a intimidade [...]”. Para o autor, o direito à vida privada contém a liberdade sexual, a liberdade da vida familiar, e a intimidade.<sup>33</sup>

Em relação à intimidade, Sarmento assevera que é um “direito à liberdade, marcado por um conteúdo mais determinado ou determinável, conjugado a um complexo de princípios constitucionais”, sendo que o referencial da dignidade humana dá o tom da proteção do direito à intimidade a partir da multiplicidade de ligações que desdobra, como a inviolabilidade do domicílio, do sigilo de dados, correspondências e comunicações, além da inadmissibilidade no processo de provas obtidas por meio ilícitos, e do *habeas data*, formando um conjunto de instrumentos da garantia do direito de forma não exauriente, dando a tônica de seu conteúdo.<sup>34</sup>

<sup>30</sup> VIEIRA, Tatiana M. O direito à privacidade na sociedade da informação: efetividade desse direito fundamental diante dos avanços da tecnologia da informação. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília: Brasília, 2007, p. 83.

<sup>31</sup> Idem, p. 276.

<sup>32</sup> Idem, p. 99.

<sup>33</sup> SARMENTO, Daniel. Art. 5º. XI – são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação. In: CANOTILHO, J. J. G.; MENDES, G. F.; SARLET, I. W.; STRECK, L. L. (Coord.). Comentários à Constituição do Brasil. Saraiva: 2018, 2ª edição, p. 560.

<sup>34</sup> Idem, p. 572.

Analisando o direito à intimidade pelo viés da proteção de dados pessoais, e considerando que a evolução e aprofundamento de seu conceito se deu pela necessidade de resguardo deles em face do Estado e do mercado, não há como ignorar o impacto das metodologias automatizadas de coleta, armazenamento e tratamento de dados da vida humana na era da internet. A velocidade com que o avanço destes artifícios ocorreu é incomensurável, demandando a revisão de perspectivas jurídicas que não se atentaram que a técnica

[...] é mais veloz que o direito. A internet com suas potencialidades e memória eternal continua a desafiar os poderes e limites desses expedientes, tanto os originários, quanto os já adaptados a seu ambiente. A rede criou um mundo novo do “e-”: o e-mail, a e-comunicação, a e-imprensa e também a e-intimidade, a e-imagem, a e-honra e o e-squecimento, até um suposto novo ramo do direito: o e-direito ou direito digital.<sup>35</sup>

Vieira afirma que o direito à proteção de dados pessoais possui “um caráter eminentemente elástico e variável”, pois nas últimas décadas “não se atentava para a sua relevância, “diante da inexistência de recursos tecnológicos aptos à interconexão dessas informações”<sup>36</sup>, mas atualmente se revela como instrumento necessário à garantia da dignidade humana em face dos avanços tecnológicos.

O uso de dados pessoais se dá em razão da potencialidade de serem monetizados. A partir de diversos meios de obtenção de dados pessoais (como cessão de dados para acesso a redes sociais), eles são fornecidos com o consentimento de seu titular e passam a integrar um conjunto de informações que criam um perfil, que pode ser transformado, inclusive por Inteligências Artificiais, e utilizado para fins diversos, originando “uma fonte de riqueza e poder sem precedente do ponto de vista daquele que possa deter a informação atual, clara, verdadeira e selecionada”.<sup>37</sup>

Além de ser potencial fonte de riqueza, os dados pessoais também configuram importantes mecanismos para os Estados. Como dito, o direito à

<sup>35</sup> Idem, p. 583.

<sup>36</sup> VIEIRA, Tatiana M. O direito à privacidade na sociedade da informação: efetividade desse direito fundamental diante dos avanços da tecnologia da informação. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília: Brasília, 2007, p. 134.

<sup>37</sup> FILHO, Adalberto Simão; SCHWARTZ, Germano A. D. Big Data, Big Problema! Paradoxo entre o direito à privacidade e o crescimento sustentável. Revista CONPEDI Law Review: 2016, v. 2, n. 3, p. 311-331.

privacidade, e conseqüentemente à proteção de dados pessoais, estabelece uma limitação ao poder estatal, prerrogativa do Estado Democrático de Direito, e sua concretização se revela um verdadeiro desafio em uma sociedade governada por dados, em que o ambiente social no qual se consolida a privacidade informacional é qualificado pela proteção dos direitos da pessoa em manter o controle sobre seus dados, através de uma autodeterminação informativa (viés de liberdade), e a não discriminação em razão do teor deles (viés da igualdade).<sup>38</sup>

Mulholland afirma que uma vez munidas dos dados pessoais, entidades privadas e governamentais podem rotular e relacionar pessoas a hábitos, costumes e comportamentos, e com isso gerar graves discriminações. Exemplificado, a autora relata casos de mau gerência do perfilamento (*profiling*) nos Estados Unidos da América, eis que seguradoras utilizam banco de dados estatais, públicos, para verificação de vítimas de violência doméstica e sugerem que estas mulheres não podem contratar seguros de vida, e instituições bancárias que utilizam dados de saúde, como informações acerca do acometimento por um acidente vascular cerebral, para começar a cobrar pagamentos de empréstimos realizados.<sup>39</sup>

No mesmo sentido, leciona Rodotà que o descuido acerca dos malefícios que o conhecimento e disseminação de dados de saúde pode acarretar, gera patente mácula à dignidade humana, e exemplificando, afirma que não há dúvida de que o conhecimento

[...] por parte do empregador ou de uma companhia de seguradora, de informações sobre uma pessoa infectada pelo HIV, ou que apresente características genéticas particulares, pode gerar discriminações. Estas podem assumir a forma da demissão, da não admissão, da recusa em estipular um contrato de seguro, da solicitação de um prêmio de seguro especialmente elevado.<sup>40</sup>

Considerando estas nuances, sancionou-se no Brasil aos 14 de agosto de 2018 a Lei nº 13.709, conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados

<sup>38</sup> MULHOLLAND, Caitlin S. Dados pessoais sensíveis e a tutela de direitos fundamentais: uma análise à luz da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/18). Revista Direito e Garantias Fundamentais: Vitória, 2018, v. 19, n. 3, p. 159-180, set./dez.

<sup>39</sup> Idem, p. 175.

<sup>40</sup> RODOTÀ, Stefano. A vida na sociedade de vigilância: privacidade hoje. Rio de Janeiro: Renovar, 2008, p. 70.

(LGPD)<sup>41</sup>, que recentemente teve sua *vacatio legis* prorrogada<sup>42</sup> até 3 de maio de 2021. O diploma legal foi gestado a partir do Marco Civil da Internet, estabelecido pela Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014<sup>43</sup>, que dispôs que o uso da internet no Brasil era delineado, dentre outros fatores, pela proteção dos dados pessoais. Seguindo a esteira de legislações de outros países e da União Europeia, a LGPD regulamenta o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

Para tanto, a legislação indica que a proteção de dados tem como fundamentos o respeito à privacidade, autodeterminação informativa, a liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião, a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem, o desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação, a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor, e os direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais.

Outrossim, a LDGP prevê que o tratamento de dados pessoais pela União, Estados, Municípios e Distrito Federal, deverá se atentar à finalidade pública na persecução do interesse público, objetivando-se executar as competências ou cumprir as atribuições legais do serviço público.

Cabe destacar, ainda, que o diploma possui previsão expressa sobre a realização de estudos em saúde pública. Neste sentido, afirma que os órgãos de pesquisa poderão ter acesso a bases de dados pessoais, que serão tratados exclusivamente dentro do órgão e estritamente para a finalidade de realização de estudos e pesquisas e mantidos em ambiente controlado e seguro, conforme práticas de segurança previstas em regulamento específico e que incluam, sempre que possível, a anonimização ou pseudonimização<sup>44</sup> dos dados, bem

<sup>41</sup> BRASIL, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Brasília: 2020. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm). Acesso aos 4 de maio de 2020.

<sup>42</sup> Nos termos do artigo 65, a legislação entraria integralmente em vigor aos 14 de agosto de 2020, 24 meses após sua publicação. No entanto, por meio da Medida Provisória nº 959, de 2020, o Presidente da República alterou o prazo da *vacatio legis*, estendendo-a até 3 de maio de 2020. BRASIL, Medida Provisória nº 959, de 29 de abril de 2020. Brasília: 2020. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2020/Mpv/mpv959.htm#art4](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Mpv/mpv959.htm#art4). Acesso aos 5 de maio de 2020.

<sup>43</sup> BRASIL, Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Brasília: 2020. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm). Acesso aos 5 de maio de 2020.

<sup>44</sup> De acordo com o artigo 13, §4º, da legislação em comento, pseudonimização é o tratamento por meio do qual um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo, senão pelo uso de informação adicional mantida separadamente pelo controlador em ambiente controlado e seguro.

como considerem os devidos padrões éticos relacionados a estudos e pesquisas. Dispõe, também, que divulgação dos resultados ou de qualquer excerto do estudo ou da pesquisa em nenhuma hipótese poderá revelar dados pessoais, sendo que o órgão de pesquisa será o responsável pela segurança da informação, não permitida, em circunstância alguma, a transferência dos dados a terceiro. Contudo, a forma de acesso aos dados não possui previsão no texto, indicando que “será objeto de regulamentação por parte da autoridade nacional e das autoridades da área de saúde e sanitárias, no âmbito de suas competências”.

Na esteira constitucional e no âmago da LGPD – que passará a vigorar em futuro próximo – denota-se uma preocupação com a forma como os dados pessoais serão tratados pelo Estado e por empresas na era tecnológica. No entanto, há um evidente atraso, uma desconexão temporal com a letra dos dispositivos e as coletas, tratamentos e trocas de dados que já ocorrem ininterruptamente e diariamente.

Na conjuntura atual, em que a sociedade atravessa um evento de escala não enfrentada nos últimos cem anos, não se pode ignorar o estado de vigilância líquida e constante contra todos pelos meios tecnológicos. A necessidade de se promover efetiva proteção e segurança de dados pessoais confirma o paradigma de conflito: não se estabeleceu os limites da coleta de dados durante crises coletivas como uma pandemia, tampouco a forma materialmente correta de fazê-lo e de transformar informações pessoais em ferramentas de efetivação da saúde pública sem que se esvazie o significado de direito à privacidade. A prorrogação do prazo de vacância da LDGP, por exemplo, acentua um cenário de ausência de normatização que não pode ser ignorado por aqueles que se atentam aos efeitos de momentos convulsivos em face dos direitos fundamentais.

Logo, é possível concluir que na contemporaneidade a proteção de dados se revela como um dos aspectos mais efusivos do direito à privacidade, e que é massivamente ignorado pela população que ainda desconhece o valor intrínseco das informações pessoais em uma sociedade em rede.

#### 4 DIREITO À PRIVACIDADE E PANDEMIA: SAÚDE PÚBLICA *VERSUS* PRIVACIDADE?

A pandemia de COVID-19 coloca a saúde pública como questão central no Brasil. A preservação dos direitos fundamentais à vida e saúde dos brasileiros é dever do Estado<sup>45</sup>, que através da União, dos Estados, Municípios e do Distrito Federal, deve cuidar da saúde e assistência pública. Neste cenário, a utilização de dados para o enfrentamento de situações de calamidade em saúde pública é indiscutível, eis que é por meio de informações que as ações dos Estados devem ser pautadas, e essas devem ser tomadas de forma rápida e decisiva.

Em razão dos avanços tecnológicos dos últimos anos, a capacidade de vigilância sobre a privacidade das pessoas ganhou novos contornos, e de maneira especialmente acentuada no que diz respeito aos dados pessoais. Na última década, houve um direcionamento para extração de dados dos usuários da Internet em escala jamais vista, processando-os pelo que se convencionou chamar de Big Data, que permite a obtenção de informações e o poder de influenciar condutas em escalas até o presente momento ainda não esclarecidas.<sup>46</sup>

No momento em que as relações sociais são desestabilizadas pela força de uma pandemia de escala global, o cuidado com a inserção de rastreamento, monitoração e manipulação de pessoas sem respaldo normativo, pode determinar os rumos da compreensão do direito à privacidade que normalize a vigilância irrestrita e em massa.<sup>47</sup>

Ao redor do mundo, diversos Estados adotaram posturas de enfrentamento à COVID-19 que aprofundam sistemas de vigilância e obtenção de dados pessoais. Yuval Noah Harari assevera um dos casos mais notáveis é a postura adotada pela China, ao promover o monitoramento de

<sup>45</sup> Conforme artigos 5º, *caput*, 6º, *caput*, e 23, inciso II, da CF. BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: 2020. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso aos 5 de maio de 2020

<sup>46</sup> REQUIÃO, Maurício. COVID-19 e a proteção de dados de dados pessoais: o antes, o agora e o depois. Consultor Jurídico. Publicação online: 5 de abril de 2020. Disponível em <https://www.conjur.com.br/2020-abr-05/direito-civil-atual-covid-19-protecao-dados-pessoais-antes-agora-depois>. Acesso aos 4 de maio de 2020.

<sup>47</sup> LUCA, Cristina de. Geolocalização e reconhecimento facial: vilãs ou aliadas da saúde pública? Disponível em <https://porta23.blogosfera.uol.com.br/2020/03/29/geolocalizacao-e-reconhecimento-facial-vilas-ou-aliadas-da-saude-publica/>. Acesso aos 5 de maio de 2020.

celulares, utilizar milhares de câmeras que realizam reconhecimento facial e medem a temperatura corporal, além de obrigar as pessoas a relatarem sua condição médica, ações que proporcionaram a rápida identificação dos portadores suspeitos de SARS-CoV2, e das pessoas com quem manteve contato. Harari também salienta que sistemas parecidos já foram adotados em Israel.<sup>48</sup>

Na mesma esteira, na Europa operadoras de celulares juntamente à Comissão Europeia de Saúde monitoram dados de localização de usuários, objetivando traçar o avanço do vírus no continente, especialmente nos países que enfrentaram situações de número expressivo de casos confirmados e situações calamitosas, como Itália, Espanha, Alemanha e França.<sup>49</sup>

Ainda, nos Estados Unidos da América foi aprovada a lei denominada “Coronavirus Aid, Relief, and Economic Security Act ou Cares Act”, pela qual destina recursos milionários para a vigilância de dados da saúde pública e modernização de estrutura de análise, também com objetivo de frear a disseminação da doença.<sup>50</sup>

Em relação ao Brasil, Danilo Doneda afirma que no enfrentamento da anormalidade gerada pela atual pandemia de COVID-19, os dados pessoais são indispensáveis à execução de políticas públicas e pesquisas científicas que auxiliem na superação da crise de forma mais célere possível, sendo que a Lei Geral de Proteção de Dados, como disciplina de proteção das informações, foi moldada para fazer frente ao Estado em momentos como o atual, e não para ser um entrave à saúde pública. Para o autor, a LGPD possui instrumentos capazes de cuidar das demandas advindas da emergência enfrentada, proporcionando legitimidade e segurança jurídica para a utilização de dados no combate ao vírus, além de estabelecer a situação pontual de tratamentos de dados, impedindo um “legado de

<sup>48</sup> HARARI, Yuval Noah. O mundo após o coronavírus. Financial Times. Disponível em <https://www.ft.com/content/19d90308-6858-11ea-a3c9-1fe6fedcca75?shareType=nongift>. Acesso aos 5 de maio de 2020.

<sup>49</sup> TONDO, Lorenzo. Itália cobra mais de 40.000 pessoas por violar bloqueio. The Guardian. Palermo: 18 de março de 2020. Disponível em <https://www.theguardian.com/world/2020/mar/18/italy-charges-more-than-40000-people-violating-lockdown-coronavirus>. Acesso aos 5 de maio de 2020.

<sup>50</sup> SCORSIM, Ericson. O enfrentamento do coronavírus nos Estados Unidos e as estratégias de biodefesa nacional. Direito da Comunicação. Disponível em <https://direitodacomunicacao.com/artigos/o-enfrentamento-do-coronavirus-nos-estados-unidos-e-as-estrategias-de-biodefesa-nacional/>. Acesso aos 5 de maio de 2020.

vigilância e hipertrofia do uso de dados pessoais para outras finalidades” após a pandemia, evitando-se uma “vigilância crônica”.<sup>51</sup>

Em razão disso, Doneda defende que embora a LGPD não tenha entrado em vigor, “sua gramática e seus elementos principais já se encontrarem em plena assimilação por organizações brasileiras”, razão pela qual seus princípios e regras devem ser consideradas com atenção no cenário de pandemia de COVID-19.

Esta preocupação com a gerência de dados pessoais reside no fato de que quando uma parcela muito seleta da sociedade detém poder sobre as pessoas, a chance de que manipule pensamentos, atitudes e decisões, é potencializada. O “abrir mão” de dados pessoais em prol de um bem maior, a saúde pública, não pode culminar numa escolha inquestionável sobre a violação da privacidade, sob pena de ser chancelado o desrespeito a diretrizes mínimas de segurança das informações, numa profunda violação de direitos fundamentais.

No combate ao inimigo invisível que parou o mundo e está mudando completamente muitas das nossas estruturas sociais, precisamos fortalecer os direitos fundamentais para que, ao final da crise, em nome de um interesse que atualmente é legítimo, governos e corporações não excedam seu poder de vigilância e controle sobre a vida das pessoas, colocando em risco tudo que construímos em termos de garantias individuais, como o direito das pessoas expressarem livremente sua opinião e personalidade, não serem discriminadas, não serem manipuladas, controlar a própria reputação e terem segundas chances.<sup>52</sup>

Assim, embora a situação desencadeada pela pandemia de COVID-19 demande a utilização da tecnologia como aliada, as medidas de saúde pública devem ser promovidas em consonância à sistemática dos direitos fundamentais, como ressalta a própria Organização Mundial da Saúde, que dispõe no artigo 3º do Regulamento Sanitário Internacional, que a aplicação das normativas em

<sup>51</sup> DONEDA, Danilo. A proteção de dados em tempos de coronavírus. Jota: opinião e análise. Disponível em <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/a-protecao-de-dados-em-tempos-de-coronavirus-25032020>. Acesso aos 5 de maio de 2020.

<sup>52</sup> MOURA, Raíssa; FERRAZ, Lara. Meios de combate à pandemia da COVID-19 e a inviolabilidade da privacidade. In loco. Disponível em <https://content.inloco.com.br/hubfs/Estudos%20-%20Conte%C3%BAdo/Coronavirus/Meios%20de%20controle%20a%C%80%20pandemia%20da%20COVID-19%20e%20a%20inviolabilidade%20da%20privacidade.pdf?hsCtaTracking=ad1577ba-e5bc-4ff3-afdd-54a896891088%7C07ab4d6b-53d3-4a06-9f43-fb43621df88f>. Acesso aos 5 de maio de 2020.

escala global de combate à pandemia deve se dar de acordo com o respeito à dignidade e liberdades fundamentais das pessoas.<sup>53</sup>

Não há que se falar, portanto, em um direito *sobre* ou *contra* o outro, numa imposição cruel à sociedade, durante a pandemia: escolher entre direito à vida e à saúde, ou o resguardo à privacidade e dados pessoais. Revela-se urgente que a compreensão de dignidade humana supere tentativas de limitação impostos em tempos de crise, pois podemos e devemos desfrutar da maximização dos direitos fundamentais.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem a pretensão de promover um debate esgotante, o artigo propôs uma análise do panorama do combate à pandemia de COVID-19 pelo prisma do direito fundamental à privacidade, assumindo o arrojo de fazê-lo *durante* a crise sanitária global. Os dados acerca dos contágios e óbitos são atualizados como avalanches diariamente, assim como as medidas tecnológicas adotadas por Estados e empresas privadas no afã de controlar a proliferação da doença, o que em um primeiro momento revela a desatualização do texto durante o próprio processo de produção. No entanto, tal engodo não pode limitar a discussão sobre tema tão iminente, não havendo possibilidade de aguardar o momento oportuno e menos tenso para discutí-lo, mormente porque ainda não há perspectivas de quando haverá (e se haverá, ao menos da forma projetada) a estabilização das relações sociais e jurídicas.

Outrossim, as perspectivas abalizadas sobre os direitos fundamentais colocados em discussão também não se pretendem exaurientes, sobretudo porque a forma de pensa-los, até então, talvez não seja mais a mesma após as modificações que já se desenham no âmbito do direito digital. Uma das certezas que permanecem é a de que não é impossível ignorar a premência de repensar as relações humanas, para que seja possível trilhar caminhos que levem ao mundo onde se quer viver.

<sup>53</sup> Organización Mundial de la Salud. Reglamento Sanitario Internacional. OMS: Ginebra, 2016. Disponível em <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/246186/9789243580494-spa.pdf;jsessionid=3717C10BDB52E1D4E13A658DFFC9F8B2?sequence=1>. Acesso aos 3 de maio de 2020

## REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Renato Nunes. **Revista Espaço Acadêmico**: n. 221, março/abril 2020, p. 5. Disponível em <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/52827/751375149744>. Acesso aos 3 de maio de 2020.

Borges do Nascimento, IJ; Cacic, N .; Abdulazeem, HM; de Groote, TC; Jayarajah, U .; Weerasekara, I .; Esfahani, MA; Civile, VT; Marusic, A .; Jeroncic, A .; Carvas Junior, N .; Pericic, TP; Zakarija-Grkovic, I .; Meirelles Guimarães, SM; Luigi Bragazzi, N .; Bjorklund, M .; Sofi-Mahmudi, A .; Altujjar, M .; Tian, M .; Arcani, DMC; O'Mathúna, DP; Marcolino, MS. **Nova infecção por coronavírus (COVID-19) em seres humanos: uma revisão de escopo e metanálise**. Journal of Clinical Medicine: 2020, nº 9, 941. Disponível em <https://www.mdpi.com/2077-0383/9/4/941/htm>. Acesso aos 3 de maio de 2020.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: 2020. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso aos 4 de maio de 2020.

BRASIL, **Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020**. Brasília: 20 de março de 2020. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/portaria/DLG6-2020.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/DLG6-2020.htm). Acesso aos 3 de maio de 2020.

BRASIL, **Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014**. Brasília: 2020. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm). Acesso aos 5 de maio de 2020.

BRASIL, **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Brasília: 2020. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm). Acesso aos 4 de maio de 2020.

BRASIL, **Medida Provisória nº 959, de 29 de abril de 2020**. Brasília: 2020. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2020/Mpv/mpv959.htm#art4](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Mpv/mpv959.htm#art4). Acesso aos 5 de maio de 2020.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Painel Coronavírus**. Disponível em <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso aos 3 de maio de 2020.

BRASIL, **Portaria Interministerial nº 7, de 18 de março de 2020**. Ministério da Justiça e Segurança Pública e Ministério da Saúde. Brasília: 18 de março de 2020. Disponível em <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-interministerial-n-7-de-18-de-marco-de-2020-248641861>. Acesso aos 3 de maio de 2020.

CARVALHO, Pedro. **Covid-19: mortes se concentram nas áreas pobres de São Paulo**. Revista Veja. Publicação online. Disponível em

<https://vejasp.abril.com.br/cidades/covid-19-mortes-se-concentram-nas-areas-pobres-de-sao-paulo/>. Acesso aos 3 de maio de 2020.

DONEDA, Danilo. **A proteção de dados em tempos de coronavírus**. Jota: opinião e análise. Disponível em <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/a-protecao-de-dados-em-tempos-de-coronavirus-25032020>. Acesso aos 5 de maio de 2020.

FILHO, Adalberto Simão; SCHWARTZ, Germando A. D. **Big Data, Big Problema! Paradoxo entre o direito à privacidade e o crescimento sustentável**. Revista CONPEDI Law Review: 2016, v. 2, n. 3, p. 311-331.

GOMES, Rodrigo. **Mortes pela Covid-19 crescem 45% nos bairros mais pobres em uma semana**. Revista Rede Brasil Atual. Publicação online. Disponível em <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2020/04/mortes-por-covid-19-periferia/>. Acesso aos 3 de maio de 2020.

Governo do Estado do Paraná. **Uso de máscaras em locais públicos é obrigatório em todo o Paraná**. Publicação online. Disponível em <http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=106752&tit=Uso-de-mascara-em-locais-publicos-e-obrigatorio-em-todo-o-Parana>. Acesso aos 3 de maio de 2020.

HARARI, Yuval Noah. **O mundo após o coronavírus**. Financial Times. Disponível em <https://www.ft.com/content/19d90308-6858-11ea-a3c9-1fe6fedcca75?shareType=nongift>. Acesso aos 5 de maio de 2020.

LAZARETTI, Isadora K.; MAISONNETT, Luiz H. **O direito humano à intimidade na contemporaneidade e seus desafios na sociedade globalizada em rede**. Florianópolis: CONPEDI, 2018. Disponível em <http://conpedi.danilolr.info/publicacoes/34q12098/15d3698u/xtCWRA0cA44Not62.pdf>. Acesso aos 3 de maio de 2020.

LUCA, Cristina de. **Geolocalização e reconhecimento facial: vilãs ou aliadas da saúde pública?** Disponível em <https://porta23.blogosfera.uol.com.br/2020/03/29/geolocalizacao-e-reconhecimento-facial-vilas-ou-aliadas-da-saude-publica/>. Acesso aos 5 de maio de 2020.

MAEYAMA, M. A.; RAIMANN, B. W.; GAIKI, R. S.; CHIQUETTI, M. E.; SCHNORRENBARGER, B. L.; SCHUCHMANN, A. Z. **Isolamento social vertical X Isolamento social horizontal: os dilemas sanitários e sociais no enfrentamento da pandemia de COVID-19**. Revista Brazilian Journal of Health Review. Curitiba: 2020, volume 3, nº 2, p. 3556-3576, março-abril. Disponível em <http://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/view/9128/7738>. Acesso aos 3 de maio de 2020.

MOURA, Raíssa; FERRAZ, Lara. **Meios de combate à pandemia da COVID-19 e a inviolabilidade da privacidade**. In loco. Disponível em

<https://content.inloco.com.br/hubfs/Estudos%20-%20Conte%C3%BAdo/Coronavirus/Meios%20de%20controle%20a%CC%80%20pandemia%20da%20COVID-19%20e%20a%20inviolabilidade%20da%20privacidade.pdf?hsCtaTracking=ad1577ba-e5bc-4ff3-afdd-54a896891088%7C07ab4d6b-53d3-4a06-9f43-fb43621df88f>. Acesso aos 5 de maio de 2020.

MULHOLLAND, Caitlin S. **Dados pessoais sensíveis e a tutela de direitos fundamentais: uma análise à luz da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/18)**. Revista Direito e Garantias Fundamentais: Vitória, 2018, v. 19, n. 3, p. 159-180, set./dez.

Organização Mundial da Saúde. **O que são os regulamentos internacionais de saúde os comitês de emergência?** Disponível em <https://www.who.int/news-room/q-a-detail/what-are-the-international-health-regulations-and-emergency-committees>. Acesso aos 3 de maio de 2020.

Organização Pan-Americana de Saúde. **Folha Informativa – COVID-19**. Disponível em [https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875). Acesso aos 3 de maio de 2020.

Prefeitura de Butantã. **Prefeitura determina o fechamento de estabelecimentos devido à pandemia de COVID-19**. Publicação online. Disponível em <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/butanta/noticias/index.php?p=103891>. Acesso aos 3 de maio de 2020.

REQUIÃO, Maurício. **COVID-19 e a proteção de dados de dados pessoais: o antes, o agora e o depois**. Consultor Jurídico. Publicação online: 5 de abril de 2020. Disponível em <https://www.conjur.com.br/2020-abr-05/direito-civil-atual-covid-19-protacao-dados-pessoais-antes-agora-depois>. Acesso aos 4 de maio de 2020.

RODOTÀ, Stefano. **A vida na sociedade de vigilância: privacidade hoje**. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

SARMENTO, Daniel. **Art. 5º. XI – são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação**. In: CANOTILHO, J. J. G.; MENDES, G. F.; SARLET, I. W.; STRECK, L. L. (Coord.). Comentários à Constituição do Brasil. Saraiva: 2018, 2ª edição, p. 560.

SCORSIM, Ericson. **O enfrentamento do coronavírus nos Estados Unidos e as estratégias de biodefesa nacional**. Direito da Comunicação. Disponível em <https://direitodacomunicacao.com/artigos/o-enfrentamento-do-coronavirus-nos-estados-unidos-e-as-estrategias-de-biodefesa-nacional/>. Acesso aos 5 de maio de 2020.

SILVA, Antônio A. M. **Sobre a possibilidade de interrupção da epidemia pelo coronavírus (COVID-19) com base nas melhores evidências científicas disponíveis.** Revista Brasileira de Epidemiologia, 16 de março de 2020 (Publicação online). Disponível em <https://www.scielo.org/article/rbepid/2020.v23/e200021/>. Acesso aos 3 de maio de 2020.

Superior Tribunal de Justiça. **Para evitar disseminação do Covid-19, STJ adota medidas de restrição de circulação de pessoas.** Publicação online. Disponível em <http://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/Para-evitar-disseminacao-do-Covid-19--STJ-adota-medidas-de-restricao-de-circulacao-de-pessoas.aspx>. Acesso aos 3 de maio de 2020.

**Systems Science and Engineering (CSSE).** Universidade Johns Hopkins. Disponível em <https://www.arcgis.com/apps/op dashboard/index.html#/bda7594740fd40299423467b48e9ecf6>. Acesso aos 3 de maio de 2020.

TOMASEVICIUS FILHO, Eduardo. **Em direção a um novo 1984? A tutela da vida privada entre a invasão de privacidade e a privacidade renunciada.** Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, v. 109, p. 129-169, jan/dez 2014.

TONDO, Lorenzo. **Itália cobra mais de 40.000 pessoas por violar bloqueio.** The Guardian. Palermo: 18 de março de 2020. Disponível em <https://www.theguardian.com/world/2020/mar/18/italy-charges-more-than-40000-people-violating-lockdown-coronavirus>. Acesso aos 5 de maio de 2020.

Universidade Federal de Pelotas (site). **UFPEl apresenta primeiros resultados do estudo sobre Covid-19 no RS.** Publicado em 15/04/2020. UFPEL, 2020. Disponível em: <https://ccs2.ufpel.edu.br/wp/2020/04/15/ufpel-apresenta-primeiros-resultados-do-estudosobre-covid-19-no-rs/>. Acesso aos 3 de maio de 2020.

VIEIRA, Tatiana M. **O direito à privacidade na sociedade da informação: efetividade desse direito fundamental diante dos avanços da tecnologia da informação.** Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília: Brasília, 2007.

WILDER-SMITH, A.; FREEDMAN, D. **Isolamento, quarentena, distanciamento social e contenção da comunidade: papel central das medidas de saúde pública à moda antiga no novo surto de coronavírus (2019-nCoV).** Journal of Travel Medicine: imprensa da Universidade de Oxford. Publicado online aos 13 de fevereiro de 2020. Disponível em <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7107565/>. Acesso aos 3 de maio de 2020.

## IMPORTÂNCIA DO COLOSTRO NA IMUNIDADE PASSIVA DOS LEITÕES COM BAIXO PESO AO NASCER E ALTERNATIVAS PARA MANTER SUA SOBREVIVÊNCIA

Ademar Zahn  
Marília Metzler de Oliveira

**RESUMO:** Com o desenvolvimento da suinocultura obteve-se uma maior produção de leitões desmamados por gestação. A seleção para hiperprolificidade de fêmeas suínas tem como consequência a variabilidade no peso ao nascer e mortalidade pré-desmame. O baixo peso é a principal causa de morte nas primeiras horas de vida ao nascer por isso a ingestão do colostro é de suma importância para o desenvolvimento de uma vida saudável do leitão. Todo leitão nasce com baixa imunidade, pois a espessura da placenta da porca é muito grossa para a passagem de anticorpos durante a gestação. Estudos comprovam que há uma absorção total de anticorpos pela corrente sanguínea nas primeiras cinco horas de vida, passando esse período vai reduzindo os níveis de anticorpos absorvidos, sendo utilizado para suprir as necessidades energéticas por meio de proteínas, lipídeos e carboidratos auxiliando em seu metabolismo fisiológico. Técnicas de manejo como uniformização da leitegada por categorias de peso e tamanho, entre seis e vinte e quatro horas após o nascimento e suplementação nutricional representam uma boa alternativa para a sobrevivência de leitões fracos.

**PALAVRAS- CHAVE:** Colostro. Baixo peso. Uniformização. Suplementação.

**ABSTRACT:** With the development of pig farming, a greater production of piglets weaned by pregnancy was obtained. The selection for hyperprolificity of swine females results in variability in birth weight and pre-weaning mortality. Low weight is the main cause of death in the first hours of life at birth. Therefore, ingesting colostrum is extremely important for the development of a healthy life for the piglet. Every piglet is born with low immunity, as the sow's placenta is too thick for antibodies to pass through during pregnancy. Studies show that there is a total absorption of antibodies into the bloodstream in the first five hours of life, after which this period reduces the levels of antibodies absorbed, being used to supply energy needs through proteins, lipids and carbohydrates, helping in your physiological metabolism. . Management techniques such as litter uniformity by weight and size categories, between six and twenty-four hours after birth and nutritional supplementation represent a good alternative for the survival of weak piglets.

**KEYWORDS:** Colostrum. Low weight. Uniformization. Supplementation.

### 1 INTRODUÇÃO

Com o avanço genético possibilitou um aumento no número de leitões nascidos/fêmeas/ano, porém esse aumento veio acompanhado de problemas relacionados a redução do peso médio ao nascer e aumento na variação de peso na leitegada (Quiniou et al., 2002). Sendo o peso ao nascer é um dos principais fatores que afetam a sobrevivência do leitão. Os leitões com baixo peso ao

nascer possuem restrições quanto a temperatura, ingestão de colostro e sobrevivência. Mesmo que resistam as primeiras horas de vida terão um desenvolvimento menor devido a competição com leitões maiores. Entretanto técnicas de manejo bem empregadas como auxílio nas primeiras mamadas e revezamento nas primeiras horas tem demonstrado uma maior sobrevivência dos mesmos.

As fêmeas suínas possui uma placenta de forma epiteliocorial difusa, que impede a passagem de macromoléculas de anticorpos para os fetos, portanto nascem sem imunoglobulinas, sendo assim o colostro a principal fonte imunológica dos recém-nascidos, em segundo plano destacando-se como fonte energética de proteínas, lipídeos, carboidratos, vitaminas e minerais além de auxiliar na termorregulação. O colostro é a primeira secreção produzida pelas glândulas mamárias, é rico em imunoglobulinas, sendo que estas representam 63,6% do total de proteínas presentes no colostro (Porter, 1969). Técnicas de manejo bem empregadas como o auxílio na primeira mamada e a uniformização por tamanho e peso, entre seis e vinte e quatro horas de vida do leitão ajudam no seu desenvolvimento, diminuindo a competição por tetos. Com o objetivo de facilitar o desempenho do leitão é utilizado uma suplementação nutricional à base de colostro e óleo essencial de orégano, também é utilizado sucedâneos lácteos em sua alimentação, de forma para suprir a falta de distribuição de leite para toda a leitegada.

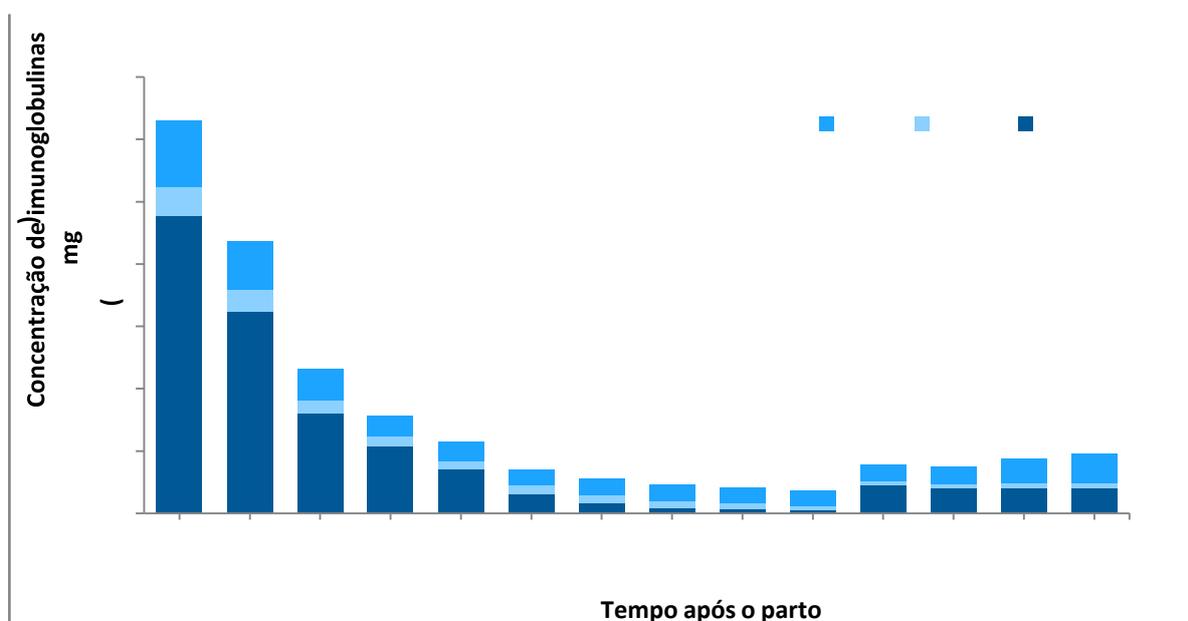
## **2 IMPORTÂNCIA DO COLOSTRO PARA OS LEITÕES**

A imunoglobulina G (IgG) destaca-se com maior concentração no sangue sendo importante mecanismo de defesa mediados por anticorpos, por ser a menor das moléculas de imunoglobulinas pode sair dos vasos sanguíneos e participar com mais facilidades da defesa do organismo. Segundo Bland et. al. (2003), a concentração de IgG diminui rapidamente durante as primeiras 24 horas após o parto. No decorrer da lactação a quantidade de IgA torna-se a imunoglobulina em maior concentração no leite, fornecendo proteção local já que inibe a fixação de bactérias aos enterócitos (Blecha, 1998).

É importante que os leitões consumam colostro logo após o nascimento, pois quanto maior for o período entre o nascimento e a primeira mamada, eles

estarão mais expostos a microbiota sem a devida proteção. Além da quantidade de imunoglobulinas transmitidas pela mãe através do colostro diminui muito nas primeiras 24 horas após o parto, a máxima absorção de imunoglobulinas ocorre nas primeiras 12 horas de vida, chegando a valores nulos em 24 a 36 horas (Klobasa et al., 1987; Rooke et al., 2003; Cabrera et al., 2003). Neste momento ocorre o processo conhecido como “fechamento intestinal”, ou seja, os enterócitos cessam a transferência de macromoléculas pelo intestino delgado, dificultando a absorção de imunoglobulinas (Lecce, 1966; Ekstrom & Westrom, 1991; Svendsen et al., 2005).

Figura 1: Variação na concentração de imunoglobulinas no colostro e leite das porcas até os 42 dias de lactação.



Fonte: Adaptado de Klobasa et al., 1987.

### 3 INGESTÃO DE COLOSTRO

O ganho de peso nas primeiras 24 horas de vida demonstra a quantidade e qualidade do colostro produzido pela porca. Segundo Le Dividich et.al., 1997. Quando o colostro está disponível em quantidade ilimitada, o consumo nas primeiras 24 horas de vida equivale a 450 g/kg de peso vivo, sugerindo que a capacidade de ingestão do leitão é muito alta ao nascer e poderia compensar a

limitada reserva de energia. Devillers et al. (2011) observaram que quando os leitões ingeriram mais que 200g de colostro em 24 horas de vida, a taxa de mortalidade pré-desmame foi 7,1%, porém quando a ingestão de colostro foi menor que 200 g a mortalidade na maternidade chegou a 43,4%. Sendo assim através de estudos autores recomendam a quantidade de 200 g de colostro ingeridos 24 horas após o nascimento é a quantidade mínima para o leitão adquirir imunidade passiva reduzindo seu risco de morte até o desmame. O ganho de peso do leitão pode aumentar significativamente de acordo com a ingestão de colostro nas primeiras 24 horas de vida, sendo que o ganho de peso de 50 g é alcançado, em média, pela ingestão de 250 g de colostro (Devillers et al., 2004).

A sobrevivência dos suínos neonatos está positivamente relacionada com a concentração de IgG no plasma dos leitões (Hendrix et al., 1978), sendo relacionada com a quantidade e qualidade de colostro ingerido pelo leitão. Após as primeiras 24 horas de vida ocorre um fechamento intestinal, autores defendem que após o consumo de aproximadamente 15 g de IgG ocorre esse fechamento.

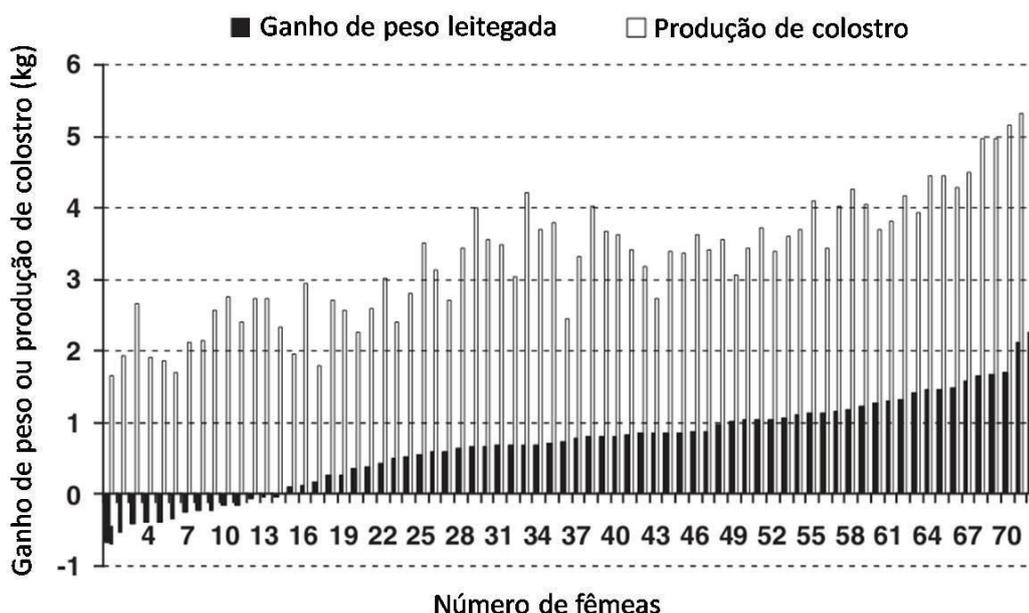
A ingestão de colostro depende da habilidade de produção de cada fêmea para toda a leitegada, além da capacidade de cada leitão em alcançar o complexo mamário. O leitão que nascer saudável terá maior facilidade em procurar e realizar a primeira mamada sozinho. Desta maneira leitões que nascem envoltos na placenta, splayleg, cordão umbilical rompido ou dificuldade respiratória, possui menor chance de ingestão de colostro, o mesmo ocorre com os últimos leitões nascidos devido ao decréscimo de concentração de IgG no colostro. Em situações de leitegadas muito grandes, a identificação dos primeiros leitões que nasceram e a privação de contato com a matriz por alguns momentos após a ingestão de colostro podem ser ferramentas utilizadas para prover acesso e ingestão daqueles que nascem mais tarde (Bierhals, 2011).

### 3.1 PRODUÇÃO DE COLOSTRO

Para que os leitões consumam quantidade suficiente de colostro para seu bom desenvolvimento, a fêmea deve produzir quantidade suficiente para toda a

leitegada, sendo variada após 24 horas após o parto, Pelo menos 1/3 das porcas não produzem colostro em quantidades suficientes para suprir as necessidades da leitegada (Quesnel, 2011). a quantidade de leitões e peso não interferem na produção de colostro, porém o número de natimortos interfere diretamente nessa variável. Alguns autores concluíram que a indução do parto com um análogo de prostaglandina não influenciou significativamente a produção e a concentração de IgG no colostro. Devillers et al. (2007) observaram que as fêmeas de segundo e terceiro parto produziram maior quantidade de colostro que as primíparas (4278 ± 288 g e 3435 ± 184 g, respectivamente). Segundo Quesnel (2011a) não encontraram diferença significativa na produção de colostro de acordo com a ordem de parto.

Figura 3: Ganho de peso da leitegada e estimativa da produção de colostro durante 24 horas *post partum*.



Fonte: Adaptado de Quesnel, 2011a.

#### 4 UNIFORMIZAÇÃO DA LEITEGADA

A uniformização de leitegada consiste na transferência de leitegadas que excedem a capacidade de amamentação da fêmea, visando corrigir as diferenças de peso em uma mesma leitegada, aumentando as chances de

sobrevivência de leitões com baixo peso ao nascer. Este manejo deve ser realizado, preferencialmente, entre seis e 24 horas após o parto, com o objetivo de garantir a máxima transferência de imunidade celular e humoral da mãe biológica para seus leitões (Heim, 2010). Além de não terem definido tetos. Segundo Bierhals (2011), a concentração de IgG no soro de leitões e suas mães é semelhante, mesmo os leitões sendo filhos biológicos ou adotados, evidenciando assim, a eficiência no processo de transferência passiva de imunoglobulinas (Igs) quando os leitões consumirem o colostro no período de até 24 horas após o nascimento. O leite também auxilia na proteção da mucosa intestinal, por conter grande concentração de IgA, sendo responsável pela imunidade intestinal dos leitões. A uniformização de leitegadas baseadas em número e tamanho dos leitões tem feito parte da rotina nas granjas, pois com as genéticas hiperprolíficas tornou-se frequente o nascimento de mais de 15 leitões por fêmea/parto (Thorup, 2009). Recomenda-se uniformizar leitões de peso leve em leitegadas de peso leve ou médio e leitegadas de peso médio com pesados.

## 5 SUPLEMENTAÇÃO NUTRICIONAL

O fornecimento de nutrientes exógenos após o nascimento dos leitões, é uma prática comum e conveniente com o objetivo de melhorar a sobrevivência, o vigor e a baixa competitividade dos leitões mais fracos (Cypriano, 2008).

Existem no mercado produtos à base de colostro e óleo essencial de orégano, os quais auxiliam no desempenho dos leitões facilitando seu desenvolvimento, assim podendo chegar ao desmame com a média de peso igual aos demais. A utilização de sucedâneos lácteos na alimentação de leitegadas que apresentam crescimento limitado também pode constituir-se em prática importante para aumentar o peso ao desmame e reduzir a mortalidade de leitões, especialmente para compensar a produção insuficiente de leite pelas porcas (Lima, 2007).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a constante evolução da suinocultura, para se manter competitivo no mercado deve-se desmamar cada vez mais leitões, para que isso seja possível devemos dar atenção especial a leitegadas com mais de 12 leitões ou com baixo peso ao nascer, sempre empregando técnicas de manejo como auxílio a primeira mamada, para que o leitão possa ingerir no mínimo 250g de colostro nas primeiras horas de vida, e a uniformização entre seis e vinte e quatro horas, levando em consideração o peso e o tamanho individual de cada leitão. Para que leitões de leitegadas maiores consigam fugir de estatística de mortalidade pode-se empregar a suplementação nutricional com produtos à base de extrato de colostro e óleo essencial de orégano, o fornecimento de sucedâneos lácteos auxiliam no caso da falta ou produção insuficiente de leite pela fêmea. Suprindo o metabolismo energético do leitão proporcionando manter se vivo e competitivo, podendo chegar ao desmame com um peso satisfatório.

## REFERÊNCIAS

BIERHALS, T. **Influência do peso dos leitões na uniformização no desempenho de primíparas suínas e suas leitegadas.** Dissertação (Mestrado em Ciências Veterinárias na área de Fisiopatologia da Reprodução Animal) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2011.

BLAND, I.M.; ROOKE, J.A.; BLAND, V.C.; SINCLAIR, A.G.; EDWARDS, S.A. Appearance of immunoglobulin G in the plasma of piglets following intake of colostrum, with or without a delay in sucking. **Animal Science**, v.77, p. 277- 286, 2003.

BLECHA, F. Immunological aspects: comparison with other species. In: VERSTEGEN, M.W.A.; MOUGHAN, P.J.; SCHRAMA, J.W. **The lactating sow.** 1 ed. Wageningen Press, Wageningen, p. 23-44, 1998.

CYPRIANO, C. R. Alternativas de manejos em leitões neonatos para melhorar o desempenho na fase lactacional. Dissertação (Mestrado em Ciências Veterinárias) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2008.

DEVILLERS, N.; LE DIVIDICH, J.; PRUNIER, A. Influence of colostrum intake on piglet survival and immunity. **Animal**, v. 5:10, p. 1605-1612, 2011.

DEVILLERS, N.; FARMER, C.; LE DIVIDICH, J.; PRUNIER, A. Variability of colostrum yield and colostrum intake in pigs. **Animal**, v.1:7, p.1033-1041, 2007.

DEVILLERS, N.; VAN MILGEN, J.; PRUNIER, A.; LE DIVIDICH, J.E. Estimation of colostrum intake in the neonatal pig. **Animal Science**, v.78, p.305-313, 2004.

HEIM, G. Comportamento dos leitões e das fêmeas durante as mamadas e desempenho dos leitões quando submetidos a três diferentes manejos de uniformização. Dissertação (Mestrado em Ciências Veterinárias na área de Fisiopatologia da Reprodução Animal) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2010.

HENDRIX, W.F.; KELLEY, K.W.; GASKINS, C.T., HINRICHS, D. Porcine neonatal survival and serum gamma globulins. **Journal of Animal Science**, v. 47, p. 1281-1286, 1978.

KLOBASA, F.; BUTLER, J.E. Absolute and relative concentrations of immunoglobulins G, M, and A, and albumin in the lacteal secretion of sows of different lactation numbers. **Animal Journal Veterinary Research**, v. 48, p.176-182, 1987.

KLOBASA, F.; WERHAHN, E.; BUTLER, J.E. Composition of sow milk during lactation. **Journal of Animal Science**, v. 64, p.1458–1466, 1987.

LECCE, J.G. Glucose milliequivalents eaten by the neonatal pig and cessation of intestinal absorption of large molecules (closure). **The Journal of Nutrition**, v. 90, p. 240-244, 1966.

LE DIVIDICH, J.; HERPIN, P.; PAUL, E.; STRULLU, F. Effect of fat content in colostrum on voluntary colostrum intake and fat utilization in the newborn pig. **Journal of Animal Science**, v.75, p. 707–712, 1997.

LIMA, G. J. M. M. Como manejar uma fêmea hiperprolífica e alimentar os seus leitões. *Acta Scientiae Veterinariae*, v.35, p.29-36, 2007.

PORTER, P. Transfer of immunoglobulins IgG, IgA and IgM to lacteal secretions in the parturient sow and their absorption by the neonatal piglet. **Biochimica e biophysica acta**, v. 181, p. 381-392, 1969.

Quiniou, N., Dagorn, J., Gaudré, D., 2002. Variation of piglet's birth weight and consequences on subsequent performance. *Livest. Prod. Sci* 78, 63-70.

QUESNEL, H. Colostrum production by sows: variability of colostrum yield and immunoglobulin G concentrations. **Animal**, v. 5:10, p. 1546-1553, 2011a.

QUESNEL, H. Colostrum: Roles in piglet performance and production by the sow. VI SINSUI – Simpósio Internacional de Suinocultura, Porto Alegre, RS, 2011.

THORUP, F. Can prolific sows nurse their own progeny?. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON PIG REPRODUCTION, 8, 2009, Banff. **Proceedings...Banff**, p. 183, 2009.

## LIBRAS NO ENSINO SUPERIOR: A PERCEPÇÃO DOS GRADUANDOS EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Miriam Eliane Olbertz<sup>1</sup>

**RESUMO:** A Língua Brasileira de Sinais – Libras, é o meio natural e oficial dos usuários surdos ou/e deficientes auditivos no Brasil, a mesma é oferecida em cursos de graduação para assim preparar os futuros profissionais a melhor atender seus alunos, pacientes ou clientes. O presente estudo investigou a percepção de 57 graduandos em Educação Física de um Centro Universitário do sul do Brasil quanto ao conhecimento, utilização e aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais, durante a disciplina de Libras, a qual é de matrícula obrigatória para os licenciandos (futuros professores) e optativa para os bacharelandos. A pesquisa de campo contou com a coleta de dados através de um questionário com análise e tabulação quantitativa. Sendo observado que o público participante da pesquisa se caracterizou como jovem e com quantidade similar de participantes homens e mulheres, os mesmos na maioria cursam a licenciatura e acreditavam que as aulas de Libras poderiam contribuir com suas formações profissionais, auto avaliando suas aprendizagens de Libras como fácil (17%), regular (70%) e com dificuldade (10%), e ainda com perspectiva de terem uma boa noção e/ou comunicação com os surdos e/ou deficientes auditivos após o término da disciplina de Libras. A informação a respeito das diferenças do outro gera uma empatia que aumenta as chances de diminuir a exclusão e indiferença no atendimento aos públicos minoritários.

**Palavras-chave:** Libras. Ensino Superior. Aprendizagem. Inclusão.

**ABSTRACT:** The Brazilian Sign Language - Libras, is the natural and official environment for deaf or hearing impaired users in Brazil, it is offered in undergraduate courses to prepare future professionals to better serve their students, patients or clients. The present study investigated the perception of 57 undergraduate students in Physical Education at a University Center in southern Brazil regarding the knowledge, use and learning of the Brazilian Sign Language, during the Libras discipline, which is mandatory for undergraduate students (future students) teachers) and optional for baccalaureans. The field research included data collection through a questionnaire with analysis and quantitative tabulation. Being observed that the public participating in the research was characterized as young and with a similar number of male and female participants, the majority of them are studying for a degree and believed that Libras classes could contribute to their professional training, self-assessing their learning of Libras as easy (17%), regular (70%) and with difficulty (10%), and also with the prospect of having a good notion and / or communication with the deaf and / or hearing impaired after the end of the Libras discipline. Information about the other's differences creates an empathy that increases the chances of reducing exclusion and indifference in serving minority audiences.

**Keywords:** Libras. University education. Learning. Inclusion.

### 1 INTRODUÇÃO

A Língua brasileira de sinais – Libras, é o meio legal de comunicação das comunidades surdas, sendo está oficializada pela Lei nº 10.436/02 e regulamentada pelo decreto nº 5. 626/05. A Libras se torna meio indispensável para a comunicação eficiente com o público surdo, sendo sua oferta obrigatória

<sup>1</sup> Professora do Centro Universitário Vale do Iguaçu, Mestra em Educação em Ciências e Matemática – UFPR, Pós-graduada em Libras e Docência no Ensino Superior, licenciada em Química e Pedagogia.

em cursos de licenciatura, educação especial e fonoaudiologia e possível de oferta como disciplina optativa em outros cursos (BRASIL, 2002; 2005).

O presente estudo buscou investigar como 57 estudantes que cursaram a disciplina de Libras no curso de Licenciatura (matricula obrigatória) e Bacharelado (matricula optativa) em Educação Física de um Centro Universitário sul brasileiro percebem a existência, importância e auto formação em Libras.

Para tanto utilizou-se de uma investigação de campo, com coleta de dados com o auxílio de um questionário com oito questões fechadas as quais foram pensadas com base na literatura e objetivos do presente estudo. Os dados foram tabulados em gráficos e analisados de maneira quantitativa.

A participação da pesquisa se encontra dentro dos padrões de ética de pesquisa com seres humanos, sendo esta facultativa, sem adicional de nota ou valor monetário e ainda sem lesionar de maneira alguma a integridade física e/ou psicológica dos participantes, assim como consta da Resolução nº 510 de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2016).

## 2 A LIBRAS

A Língua brasileira de Sinais – Libras, começa a ser instaurada e construída pela comunidade surda brasileira e tem relação direta com a disseminação dos Professores Surdos franceses pelo mundo. Quando Dom Pedro II institui o Imperial Instituto de Surdos-Mudos, em 1855 no Brasil (primeiro educandário brasileiro voltado para o público Surdo), convidou o professor francês Eduard Huet para ser o diretor do instituto (CAMPELLO, 2009; 2011).

O professor Huet trouxe seus conhecimentos e experiência com a Língua de Sinais (LS) e adaptou sinais a realidade do país. No instituto eram ensinadas disciplinas mesclando a Língua de Sinais francesa com a Língua de Sinais brasileira, a qual ainda estava sendo desenvolvida pela comunidade Surda do país (CAMPELLO, 2009; 2011).

Outro fato histórico marcante para as Línguas de Sinais (LS) foi o Congresso de Milão em 1880, no qual decidiu-se pela não mais utilização das

Línguas de Sinais, e a utilização intensa de técnicas oralistas<sup>2</sup> no ensino dos Surdos a nível mundial, sendo segundo Campello (2009, p. 17) “O Congresso de Milão é considerado para a comunidade Surda como o século do holocausto, pois proibia os professores Surdos de dar instrução nas escolas de Surdos [...]”. Este foi um dos fatos que retardou o desenvolvimento das pesquisas em Língua de Sinais.

No entanto, mesmo com a proibição das Línguas de Sinais, as mesmas continuaram sendo utilizadas por comunidades surdas e ainda foram sendo registradas em textos, livros e documentos. As Línguas de Sinais não são universais pois cada país tem sinais próprios vinculadas por seus usuários. De acordo com Gesser (2009, p. 12), “ Em qualquer lugar que haja surdos interagindo, haverá línguas de sinais”. Tais línguas são naturais, pois, evoluíram como parte de um grupo cultural do povo surdo (GESSER, 2009).

A partir de 1960/70 se intensificou o estudo com relação a gramática das Línguas de Sinais, onde foram identificados parâmetros os quais quando unidos dão “vida” e sentido aos sinais, sendo eles descritos como configuração de mãos, locação, movimento, orientação das mãos e expressões faciais e corporais (CAMPELLO, 2011).

Considerando a importância do meio de comunicação gesto-visual (Libras), foram sendo proposta legislações para oficializar e regulamentar a Libras, sendo as principais a Lei nº 10.436/02 e o Decreto nº 5. 626/05, as mesmas surgem com o intuito de garantir o direito de expressão por meio da Libras, definir quem deverá ser considerado sujeito surdo, ressaltar a importância da presença de aulas de Libras nos cursos de Licenciatura e fonoaudiologia, e ainda afirmar a importância da presença de interpretes de Libras nos estabelecimentos de saúde para garantir um atendimento de maior qualidade (BRASIL, 2002; 2005).

---

<sup>2</sup> Oralismo é um método de ensino para surdos, defendido principalmente por Alexander Graham Bell (1874-1922) no qual se defende que a maneira mais eficaz de ensinar o surdo é através da língua oral, ou falada.

## 2.1 BREVE HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL

Durante muito tempo a formação de professores no Brasil apresentava dificuldade em expandir-se, principalmente a não cobrança da mesma para ministrar aulas nas “primeiras letras”, e é no século XX, que em São Paulo ganha-se força e expansão a formação de professores brasileiros, a qual era realizada em Curso Normal de nível médio, onde haviam opções de cursos que preparavam os docentes e alguns contam inclusive com um ano de prática de ensino nas escolas modelos, com o passar dos anos também surgem estabelecimentos de formação docente em outros estados como Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Goiás (SIEMS, 2010).

Com o movimento da Escola Nova, surgem preocupações não só mais com o conteúdo das aulas, mas com as formas de ensinar os conteúdos de maneira eficiente, as técnicas de ensino eram empregadas nas escolas modelo as quais existiam em anexo as Escolas Normais. A partir de 1930 surge um modelo pedagógico que ficou em vigor nas escolas brasileiras até 1970 (SIEMS, 2010).

O curso de Pedagogia é regulamentado no país em 1939 e vem preparar os docentes em nível superior, o qual ganha um currículo mínimo com a implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1961 (Lei nº 4024/61), e ainda em 1969 o curso de Pedagogia passa a formar docentes e especialistas em educação, com habilitações específicas, dentre elas a Educação de Excepcionais (SIEMS, 2010).

Mesmo que ainda em menor quantidade a formação docente em nível superior resistiu e durante o Regime Militar o curso de Pedagogia foi fragmentado em formações técnicas específicas visando a formação de especialistas, de acordo com a Lei nº 5540/68, no entanto o tecnicismo da profissão foi questionado e durante os anos de 1980, então o preparo docente sofre mudanças e passa a propor formação inicial e continuada a professores de educação pré-escolar e séries iniciais (TANURI, 2000; SIEMS, 2010).

Com a implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996 (Lei nº 9394/96) seu artigo 62 define que: “A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de

licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação [...]” (BRASIL, 1996).

Com relação a inclusão da Libras na formação docente temos de acordo com o Decreto nº 5. 626/05, em seu artigo terceiro:

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

§ 2º A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto (BRASIL, 2005).

Sendo a Libras o meio de comunicação e expressão oficial das comunidades Surdas brasileiras apresenta-se como necessário o preparo de docentes para sua utilização nas salas de aula e ambientes educativos de modo geral.

### 2.1.1 A Inclusão

A atitude dos professores é fundamental no processo de inclusão dos alunos com deficiência, onde a integração faz parte do processo para fornecer uma educação com qualidade e eficácia, satisfazendo assim as necessidades do público específico (PAULA, 2012). Aqui não estamos nos referindo ao público Surdo em específico, mas de todos aqueles que apresentam uma limitação física e/ou intelectual a longo prazo, e que possuem o direito de atendimento educacional de qualidade.

Para que a inclusão escolar e na sociedade seja efetiva é necessário que as ações humanas cotidianas sigam o ideal gerar acesso a todos, por meio de divulgações dos direitos e implementação das legislações vigentes (PAULA, 2012). Os Surdos sofrem muitas vezes preconceitos sociais por comunicarem-

se de maneira diferente ao habitual dos ouvintes e isso é uma barreira por vezes para o seu pleno desenvolvimento.

Nos ambientes educativos inclusivos, o processo educativo é entendido como um processo social, onde todas as pessoas são detentoras do direito de estarem lá, recebendo escolarização ou participando de atividades com finalidades educativas específicas, sejam essas pessoas deficientes ou não (PAULA, 2012).

Cabe ressaltar que a surdez é por vezes e teoricamente entendida clinicamente como uma deficiência, no entanto para muitos Surdos usuários da Libras, a surdez não é uma deficiência e sim um modo diferente de perceber o mundo e comunicar-se (GESSER, 2009).

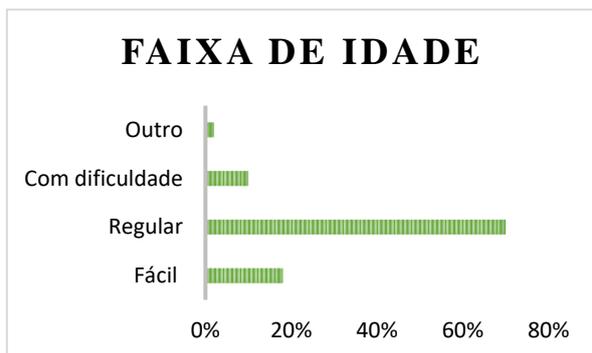
## 2.2 A PERCEPÇÃO DOS GRADUANDOS EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Quando o sujeito é inserido no Ensino Superior inicia-se uma fase de preparo técnico, prático e teórico para o bom desempenho da profissão pretendida, os sujeitos da presente pesquisa encontravam-se em junho de 2019 no terceiro período (correspondente ao segundo ano) dos cursos de licenciatura e bacharelado em Educação Física, onde os mesmos podem optar em graduar-se apenas na licenciatura e bacharelado ou em ambas (com o acréscimo de disciplinas e estágios correspondentes), sendo a disciplina de Libras de matrícula obrigatória aos graduandos em licenciatura e de matrícula optativa aos do bacharel.

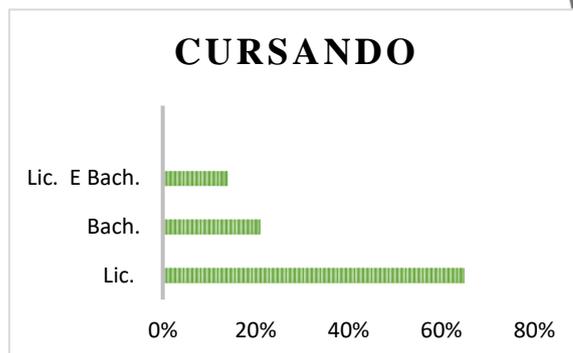
Com relação a amostra estudada os mesmos já se encontravam no final do período da disciplina de Libras quando responderam ao questionário da pesquisa. E a amostra caracterizou-se como tendo 57 participantes ao todo, e ainda divididos em quantidades parecidas de sujeitos do gênero masculino 29 (50,87%) e do gênero feminino 28 (49,13%).

Com relação a faixa etária é possível constatar observando o gráfico 01, que se trata uma população jovem, e com base no gráfico 2 que a maioria cursava licenciatura.

**GRÁFICO 01 – Faixa de Idade**



**GRÁFICO 02 – Cursando**



FONTE: a autora, 2020.

Tratando-se de um público jovem dentre a maioria na faixa etária de 20 a 25 anos (65%), e buscando formação na área de licenciatura (65%), entende-se que este é um público importante onde deve ser trabalhada a importância da inclusão de todos nas aulas e momentos educativos, como a ciência da importância de estarem preparados para atenderem o público Surdo no dia-a-dia profissional.

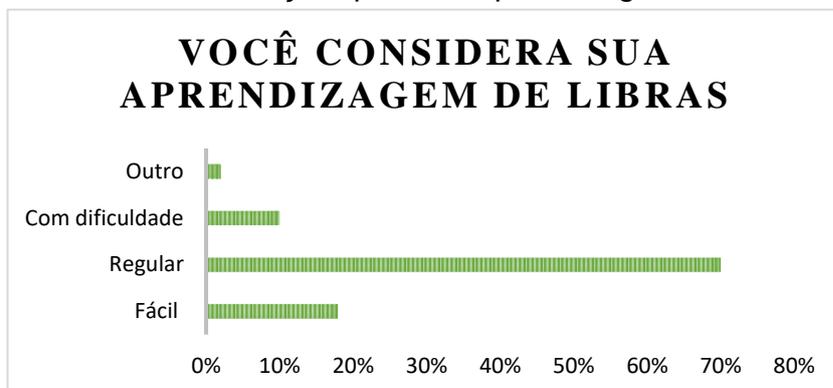
Os graduandos foram ainda questionados se já conheciam e utilizavam a Libras antes de terem a disciplina específica na faculdade e 33,33% responderam positivamente ao conhecimento e utilização da língua e 66,66% responderam que não conheciam e nem utilizavam, antes da disciplina.

Com relação a Legislação que trata da Libras, da Inclusão e da Educação Especial, também se questionou quanto ao conhecimento prévio dos graduandos e 9% afirmaram conhecer, 63% afirmaram não conhecer e 28% afirmaram conhecer em partes a legislação referentes a estes assuntos. Cabe ressaltar que a Legislação é importante para os professores pois é por meio da mesma que é possível entender melhor as definições e o público alvo específico de que se trata. A legislação referente é estudada no decorrer da disciplina e busca além do já citado, ainda embasar discussões e necessidades de melhorias.

Com relação a contribuição das aulas de Libras para a formação dos profissionais de Educação Física, 98% consideram que a mesma é importante e contribuiu com a formação e 2% considerou que não contribuiu para sua formação. Sendo possível perceber uma consciência coletiva da importância da disciplina na graduação para auxiliar no preparado dos futuros profissionais para atender melhor o público Surdo.

Os graduandos ainda foram convidados a se auto avaliar quanto a aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais, onde as respostas estão dispostas no gráfico 03.

**GRÁFICO 03 – Auto avaliação quanto a aprendizagem de Libras**



FONTE: a autora, 2020.

Com base nos dados do gráfico 03, fica perceptível que a maioria dos graduandos consideram ter uma aprendizagem de Libras regular (70%), talvez isso seja justificado pelo não contato diário com a Língua e a baixa carga horária da disciplina, sendo estas possíveis barreiras para o aprendizado.

Ainda foi proposto aos graduandos que refletissem como pretendiam estar após o término da disciplina de Libras, onde foram elencadas as seguintes opções: a) comunicando-se bem com os Surdos e/ou deficientes auditivos (33%); b) tendo noção entre a comunicação dos Surdos e/ou deficientes auditivos (63%); c) não utilizando a Libras (2%); d) outro (2%). Sendo possível constatar que a perspectiva dos graduandos são que consigam se comunicar e entender a utilização da língua pelos Surdos e/ou deficientes auditivos, sendo está uma perspectiva positiva na formação, preparo e empatia dos graduandos quanto aos usuários da Libras.

Quando entendemos e respeitamos a diversidade dos outros seres humanos temos atitudes de maior empatia e menor exclusão nos diversos ambientes, por isso é importante refletir e discutir acerca da diversidade dos meios de expressão e comunicação dos Surdos, contribuindo assim com a inclusão efetiva dos mesmos em diversos ambientes da sociedade.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo a Libras o meio natural e oficial de comunicação das pessoas Surdas, entende-se que importante que os profissionais que venham a trabalhar com esse público tenham um bom entendimento teórico e prático a respeito, sendo os professores e educadores físicos o público alvo aqui estudado foi possível perceber que estes consideram importante para suas formações profissionais ter contato e conhecimento da Língua de Sinais na graduação, e ainda ambicionam ao final da disciplina de Libras terem uma boa comunicação com os Surdos ou ainda uma noção desta comunicação existente. Com relação a auto avaliação da aprendizagem de Libras dos participantes foi possível perceber que as respostas ficaram entre entendimento fácil, regular e com dificuldade com relação aos conteúdos ministrados, cabe salientar que a dificuldade de aprender uma nova língua na vida adulta está atrelada a não utilização da mesma no cotidiano e a baixa carga horaria de dedicação semanal para esta.

A inserção cada vez maior de disciplinas que tratam da inclusão e do direito de todos a uma educação de qualidade nas faculdades, centros universitários e universidades, vem colaborando na formação de profissionais mais preparados e empáticos as diferenças físicas e neurológicas dos seus pares, diminuindo assim as ações e pensamentos que geram exclusão das classes minoritárias, inclusive dos deficientes.

### REFERÊNCIAS

BRASIL, **Conselho Nacional de Saúde**. Resolução nº 510 de 07 de abril de 2016. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf> > acesso em 09 de out. 2019.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** - Lei nº 4024/61. 1961.

BRASIL, **Normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média** - Lei nº 5540/68. 1968.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** - Lei nº 9394/96. 1996.

BRASIL, **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras - Lei nº 10.436/02. 2002.**

BRASIL, Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a **Língua Brasileira de Sinais - Libras**, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 - Decreto nº 5.626/05. 2005.

CAMPELLO, A., R. **Deficiência auditiva e Libras**. Indaial: UNIASSELVI, 2009. 124 p.

CAMPELLO, A., R. **Língua Brasileira de Sinais**. Indaial: UNIASSELVI, 2011. 153 p.

GESSER, A. **LIBRAS? Que língua é essa?:** crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

PAULA, J. de. **Inclusão:** Mais que um desafio escolar, um desafio social. São Paulo: JP Editora. 3ª ed. 2012.

SIEMS, M. E. R. **Educação Especial em tempos de Educação Inclusiva:** Identidade docente em questão. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

TANURI, L. M. História da Formação de Professores. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 61-88, mai/ago. 2000.

## O COACHING COMO PROCESSO AUXILIAR DE INTEGRAÇÃO ENTRE DOCENTES E DISCENTES NA COMPREENSÃO CURRICULAR DE DISCIPLINAS NO ENSINO SUPERIOR

Leonel de Castro Filho<sup>1</sup>

**RESUMO:** O coaching é, elementarmente, o processo que auxiliará no encaminhamento de diretrizes que se tornem alvos de melhoria da performance. Nesse ponto faz-se uma discriminação inevitável: o coaching para docentes é o que fomenta uma análise de relações além da docência em sala de aula. As ferramentas e o método devem ser pautados com fulcro na realidade do ensino e com o professor tendo como objetivo auto analisar sua postura em aula – contendo: questões de fala, de argumentação e de gestos, num plano que não configure somente a análise da oratória, mas planejamento de vida profissional e relacionamentos interpessoais favoráveis. Os elementos-chave do processo de coaching são: foco, ação, sentimento/sensação, evolução contínua e resultados e foco na evolução de desempenho pessoal/profissional para atingir seu propósito. A metodologia de pesquisa para a consecução de um artigo que traga pistas para o que até agora foi apresentado FOI através do método fenomenológico, com pesquisa aplicada, cuja sondagem ocorreu entre docentes, investigando-se, basicamente: exercício pessoal de reflexão; sensibilização e posterior conscientização; autarquia (autogestão) e foco; ato seguinte houve a tabulação de resultados e organização do referencial teórico, finalizando com a divulgação dos resultados.

Palavras-chave: coaching, performance docente, relação docente-discente, coach

### 1 INTRODUÇÃO

Hodiernamente a atividade de *coaching* tornou-se uma espécie de “assunto da moda” para os desavisados nas questões de compreensão das pessoas enquanto seres individuais, sociais e do mundo do trabalho. Esse processo, porém, não é ritual básico de auxílio à Psicologia ou à espiritualidade; aliás, nem é sobre isso que trata. Coaching é uma atividade que envolve muito mais que ciência, pois atrela ao conhecimento científico de causas e efeitos comportamentais, o sentido da transformação, do aperfeiçoamento e do desenvolvimento pessoal. Nas palavras de Pinheiro (2016, p. 135)

O processo conduz o indivíduo à expansão da consciência e ao autoconhecimento, com a intenção de ampliar as possibilidades do *coachee* para a realização do trabalho que deve ser feito para atingir o objetivo preestabelecido, focando a melhoria da performance e o desempenho do indivíduo, no contexto pessoal ou dos negócios.

<sup>1</sup> Professor Mestre nos Cursos de Administração, Psicologia e em outros Cursos do Centro Universitário do Vale do Iguaçu. Graduado em Segurança Pública e em História. Especialista em Pedagogia Empresarial, MBA Executivo em Coaching.

Por ser um processo, também tem método, ou seja, não é algo que ocorre de maneira aleatória; é sistêmico, de forma que em seus procedimentos, a visão do todo volta-se para metas e objetivos bem claros planejados pelo *coach* (que é o profissional condutor dessa atividade), dirigidos para o *coachee* (o cliente – ou paciente em algumas linguagens – o qual define seus próprios objetivos e suas metas).

No meio discente, muitas vezes, não se compreende o conjunto de disciplinas que compõe um currículo, ou não se consegue ligar a teoria que o professor expõe com a prática do futuro profissional; de outro lado, docentes lutam para clarificar a importância da sua disciplina no contexto de determinado curso e da utilidade na práxis do mundo do trabalho, o que é corroborado por Ferreira (2016, p. 376):

O universitário, quando conhece o espaço acadêmico, não tem a dimensão do que pode, do que deve e do que precisa fazer para potencializar as competências e habilidades no curso que escolheu: ele não tem clareza sobre como funciona esse processo interno inerente a uma universidade. E a falta de clareza advém do que está explícito, daquilo que está latente e inoperante.

Do bojo dessas dúvidas emerge a necessidade (e a vontade) de endireitar os ideais das relações “professor-aluno-disciplina-curso-futura prática profissional”; na ânsia de resolver o dilema, muitos tentam opinar, propor, discutir, mas acabam não chegando a um ponto importante e decisório; e nessa relação, claro, também entram os profissionais da educação além dos docentes, como pedagogos, coordenadores de curso, agentes de educação, etc<sup>2</sup>, conforme explica Silva (2016, p. 422)

[...]na abordagem *Coaching* na educação, o processo se contextualiza como meio, método para alcançar resultados de aprendizagem, na perspectiva final como processo para o desenvolvimento integral da pessoa ou dos estudantes. Estudos mostram que a melhoria proporcionada pelo *coaching* nos meios educacionais está no claro desenvolvimento dos gestores educacionais, dos docentes e no alto desempenho de seus alunos.

---

<sup>2</sup> Como a educação é uma atividade envolvente, extrapola os muros da escola, podemos afirmar que, na educação, estão envolvidos diversos outros atores, alguns chamam de *stakeholders* ou partes interessadas na educação, como os pais, os colegas, etc. (SILVA, 2016, p. 443).

O *coaching* é, elementarmente, o processo que auxiliará no encaminhamento de diretrizes que se tornem alvos de melhoria da performance. Nesse ponto faz-se uma discriminação inevitável: o *coaching* para docentes é o que fomenta uma análise de relações além da docência em sala de aula. As ferramentas e o método devem ser pautados com fulcro na realidade do ensino e com o professor tendo como objetivo auto analisar sua postura em aula – contendo: questões de fala, de argumentação e de gestos, num plano que não configure somente a análise da oratória, mas planejamento de vida profissional e o saber relacionar-se de maneira interpessoal. Nisso, é importante entender, segundo material elaborado por discentes do Instituto Promina de Pós Graduação (PROMINAS, 2018, p.05) que

O *coaching* desenvolve e aprimora o potencial do indivíduo para que este maximize seu desempenho e realize o que antes acreditava impossível. Sua essência está em apoiar uma pessoa, grupo ou empresa de modo a ter atitudes que a levem em direção ao objetivo que deseja.

Assim, o presente artigo apresentará o processo de *coaching* e as ferramentas necessárias para que seja desenvolvido nas relações do ensino superior entre professores e alunos; sem dúvidas que não está sendo discutida uma novidade e, talvez, para os conhecedores do tema, torna-se até repetitivo; no entanto, ainda assim, é necessário que se insista em uma conceituação que revele a sua importância, para que seja bem aceito nos meandros da Academia, principalmente para docentes que tenham interesse em técnicas que melhorem sua performance em sala de aula.

Com a conceituação, pretende-se sugerir ações de coaching desde o planejamento de Curso até a prática na sala de aula, nos Planos de Aula ou de Ensino como inovação nas ações docentes em benefício de maior produtividade acadêmica.

Dessa maneira, os seguintes objetivos foram pensados como visualização dos resultados da pesquisa:

## 1.1 OBJETIVO GERAL

Propor ações de coaching desde o planejamento de Curso até a prática na sala de aula, nos Planos de Aula ou de Ensino como inovação nas ações docentes em benefício de maior produtividade acadêmica.

## 1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar, através de entrevistas, como os docentes avaliam sua performance em sala de aula.
- Analisar, através de análise documental, como os discentes compreendem e avaliam a disciplina no contexto do Curso.
- Avaliar quais são as melhores técnicas de coaching indicáveis para cada docente e para os acadêmicos (considerando o grupo) no contexto de sala de aula de acordo com a análise feita.

A metodologia de pesquisa para a consecução do presente resultado de estudo deu-se por métodos hipotético-dedutivo e fenomenológico, com pesquisa de natureza aplicada, com finalidade descritiva e explicativa - com apoio de textos bibliográfico de autores com expertise no tema, sendo uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e de campo.

A sondagem ocorreu entre docentes de uma IES (Instituição de Ensino Superior), todos pertencentes a faculdades de ciências humanas e sociais e lecionando nos Cursos de Administração, Direito e Psicologia, investigou-se, basicamente<sup>3</sup>: exercício pessoal de reflexão; sensibilização e posterior conscientização; autarquia (autogestão) e foco.

No caso da visão dos discentes foram analisadas avaliações semestrais que são realizadas a respeito da prática docente - sendo que as avaliações são realizadas pelos acadêmicos semestralmente e nelas constam pareceres desses alunos a respeito de seus professores e da disciplina - foi este último tema que analisou-se a fim de cumprir o objetivo para entender como os acadêmicos compreendem ou não compreendem a disciplina no contexto do Curso (foram

---

<sup>3</sup> Conforme questionário com entrevista estruturada em 5 perguntas fechadas entregue a 10 docentes de um Universo de 36 docentes, caracterizando uma amostra probabilística de 27,7%. O questionário não foi apensado ou anexado neste artigo, mas é possível ser visualizado contactando-se com o autor, por email, caso haja interesse.

analisados questionários respondidos por Acadêmicos do primeiro e do último semestre de 3 cursos, referindo-se a 6 disciplinas de cada semestre).<sup>4</sup>

Ato seguinte foi a tabulação de dados e organização do referencial teórico, finalizando com a presente divulgação dos resultados em formato de Artigo Científico.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Voltando-se exatamente para o que intentam os objetivos do presente texto, oportuno faz-se citar o que já foi vislumbrado por autores que se debruçaram sobre a causa, como se lê em Correio;Correio (2016, p.52):

O *Coaching* Educacional pode romper uma nova fronteira para potencializar o processo de ensino-aprendizado para transformar a forma de educar, despontando do modelo padrão tradicional de educação que por vezes, pode ser até amedrontador, dolorido de aprender para começar uma nova jornada mais colorida, perfumada, saborosa, macia e prazerosa, ou seja, onde o alunado pode acessar os maiores e mais poderosos conhecimentos para transformar a sua vida e da sociedade.

Sair de um estado de depósito de conceitos para um engenheiro de pensamento um arquiteto do novo que planeja e realiza, da paralisia para o movimento, do sozinho para o junto, desacreditado, para uma pessoa dotada de crenças fortalecedoras.

O professor coach pode promover a participação e o envolvimento do alunado com os temas propostos, estimular a troca experiências, sensações, tensões e dúvidas com professores e demais alunos, configura-se como parte do processo, tanto quanto a realização das atividades propostas. Leva-se em conta também que cada sujeito possui um fator motivacional diferente, o professor deve estar sempre atento para aproximar-se do grupo, a fim de identificar características pessoais dentro do coletivo.

Matta e Victoria (2015) afirmam que o coaching é na atualidade, a ferramenta mais eficiente para desenvolver competências entre as lideranças de uma instituição, elevando seu desempenho no mercado em que atuam. Grant, Curtayne e Burton (2009 - traduzidos pelo autor deste artigo) corroboram com

---

<sup>4</sup> Nesta situação foram analisadas as respostas de 63 acadêmicos em um universo de 630. Na análise foi verificada somente a questão: “Foi possível compreender a importância da disciplina no contexto do Curso neste semestre”? - Resposta com análise de porcentagens em torno das respostas: Ótimo; Bom; Muito Bom; Não foi possível; Não sei dizer.

essa ideia ao afirmar que boa parte dos créditos para os resultados obtidos através da aplicação do coaching se devem a abordagem individual que este método proporciona, haja vista que pessoas são diferentes e não podem ser padronizadas.

Desprendem-se, de tais afirmações, as seguintes considerações a respeito do *coaching* na prática da docência no ensino superior:

## **2.1 POTENCIALIZAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO A PARTIR DE UMA MUDANÇA DA POSTURA DIDÁTICA DO PROFESSOR EM SALA DE AULA.**

De acordo com o objetivo geral, essa é a linha mestra do que é esperado alcançar com a aplicação de *coaching* tanto para a atividade-fim docente, ou seja, a prática em sala de aula, tanto quanto para a parte de planejamento, quando o docente debruça-se sobre ideias das estratégias e táticas que utilizará para mostrar o quanto sua disciplina é útil e aprazível aos seus alunos.

Nessa perspectiva está o passo de superação de modelos mentais que, em muitas ocasiões, impedem a criatividade, ou a otimização daqueles que podem ser úteis, de forma que é necessária a identificação e compreensão desses modelos e o direcionamento para sua aplicabilidade efetivamente positiva. Na explanação de Weisz (2018, p.67) compreende-se que:

O processo de aprendizagem não responde necessariamente ao processo de ensino, como tantos imaginam. Ou seja, não existe um processo único de “ensino-aprendizagem”, como muitas vezes se diz, mas dois processos distintos: o de aprendizagem, desenvolvido pelo aluno, e o de ensino, pelo professor. São dois processos que se comunicam, mas não se confundem: o sujeito do processo de ensino é o professor, enquanto o do processo de aprendizagem é o aluno.

Fica claro que o papel do professor é essencial para todo o processo, mas cabe entender que potencializar o processo de ensino é o passo inicial e primordial, considerando que o agente do processo de ensino, unicamente, no sentido da prática pedagógica, é o docente.

## 2.2 FORMULAÇÃO SISTÊMICA, PELOS DOCENTES USUÁRIOS DO COACHING, DE IDEIAS PRÁTICAS PARA UMA EDUCAÇÃO INOVADORA E INCLUSIVA

Considerando que o perfil atual dos acadêmicos (alunos de ensino superior), principalmente no que concerne a sua entrada na faculdade ou universidade, é de, em geral, passividade e rara acolhida à educação tradicional (ou até à própria educação que se diz inovadora com algumas boas práticas, porém não constantes), entende-se que o uso de ferramentas de *coaching* permitirão ao docente uma visão sistêmica do processo e do percurso educacional, modelando, assim, técnicas e inovações de acordo com os perfis diferenciados de seus públicos.

A função do *coaching* é ampliar o potencial profissional do docente, estimular o desenvolvimento de suas habilidades e auxiliar na reflexão da prática de ensino, de maneira a adaptar seu estilo didático e de liderança às mudanças constantes da educação.

É papel do *coaching* orientar o docente a entender que sua aula tem que ser um ponto de estímulo e motivação para seus alunos; o professor deve ser a liderança que transforma a caminhada acadêmica do discente. Mas, importante frisar, a função e o papel citados não são imposições e determinações, pois cabe ao professor, unicamente a ele, a decisão dos passos profissionais que deve dar no sentido de melhorar a sua *performance*.

Tendo recebido a orientação necessária de como atuar, poderá o professor estimular seus alunos para que sejam mais interessadas na grade curricular do curso que estão inscritos e da “localização” da disciplina (que leciona) nessa grade e sua interdisciplinaridade e, mais além, de maneira multidisciplinar, preconizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior - CAPES, conforme documento a seguir:

Entende-se por Multidisciplinar o estudo que agrega áreas do conhecimento em torno de um ou mais temas, no qual cada área ainda preserva sua metodologia e independência [... e] por Interdisciplinaridade a convergência de duas ou mais áreas do conhecimento, não pertencentes à mesma classe, que contribua para o avanço das fronteiras da ciência e da tecnologia, transfira métodos de uma área para outra, gerando novos conhecimentos ou disciplinas e faça surgir um novo profissional com um perfil distinto dos existentes, com formação básica sólida e integradora. [...] Assim, a diferença

parece clara e depende do campo semântico dos verbos agregar e convergir, levando a Inter a algo mais exigente, como a fusão de campos, transferência de métodos, conhecimento novo e formação de profissional diferente. Todavia, é indiscutível que também as áreas multidisciplinares visam ao conhecimento novo e à geração de novos produtos, criando uma nova cultura e moldando um novo profissional, adequado às exigências do conhecimento e da pesquisa, como mostram as pesquisas em biotecnologias e em materiais (BRASIL, 2010, p. 135-136).

### 2.3 COMPREENSÃO E APLICAÇÃO CONSTANTE DE FERRAMENTAS DE COACHING DESDE O PLANEJAMENTO INICIAL DO CURSO (PPC<sup>5</sup>) ATÉ O ENTENDIMENTO DOCENTE-DISCENTE EM SALA DE AULA

Com a supervisão geral de um profissional *Coach*, Isso inclui a melhoria da confiança, da auto consciência e responsabilidade que se imiscuem entre equipe pedagógica, docentes e discentes, de maneira que haverá potencialização da performance esperada, pois entende-se, após o conhecimento mais aprofundado do *coach*, que docentes saibam onde estarão as perguntas certas a serem feitas e que possam auxiliar seus alunos nas metas a serem alcançadas (antes, porém, professores saberão suas próprias metas de ensino).

Esta fase inclui o pensar em um currículo que, ao passo em que atende requisitos legais e técnicos na educação, também seja pensado e organizado objetivamente para os alunos. Nesse passo inicial deve haver o envolvimento de toda a comunidade acadêmica: administradores e orientadores pedagógicos, professores, funcionários e discentes. A propósito, SILVA (2016, p. 443) esclarece que

Cada parceiro tem a obrigação e a responsabilidade de contribuir com o sucesso do processo. Embora o trabalho principal seja entre o executivo educador e o *coach*, o *coaching* é sempre uma intervenção na instituição de ensino como um todo e, como tal, deve ser conduzido dentro do contexto das metas e objetivos educacionais ou de formação profissional. (...)

Todas as partes interessadas na educação devem atuar nos mais altos níveis de integridade e sinceridade quando envolvidas nas atividades de *coaching* na educação, em qualquer que seja o nível de intervenção.

<sup>5</sup> Trata-se do Projeto Pedagógico de Curso, documento que concebe as propostas completas do Curso de Graduação dentro da Instituição de Ensino Superior, propondo as diretrizes de governança acadêmica e pedagógica, bem como de gestão geral do Curso, em consonância com Lei de Diretrizes e Bases da Educação, do MEC e da Filosofia da Instituição onde é concebido. (Nota do Autor).

Os elementos-chave do processo de *coaching* são: foco, ação, sentimento/sensação, evolução contínua e resultados e foco na evolução de desempenho pessoal/profissional para atingir seu propósito, de forma que a busca de resultados deve estar atrelada a um campo de abrangência possível e com empregabilidade das ferramentas adequadas e de maneira correta.

Conforme Paladini (2012), ferramentas são como bússolas capazes de orientar para que o usuário do *coaching* tenha uma geração de dispositivos que permitam a compreensão do processo de maneira conceitual e orgânica, no entanto, somente com isso não serão capazes de gerar as melhorias objetivadas, pois importa muito que os agentes envolvidos tenham efetivo interesse em mudar o ambiente.

## **2.4 COMPREENDE O CURRÍCULO DE FORMAÇÃO COMO ELEMENTO DE TRANSFORMAÇÃO DA VIDA DA PESSOA (NO CASO, O ESTUDANTE)**

O currículo acadêmico (e, até mesmo, aquele que constrói para as séries iniciais) é uma parte do planejamento do ensino que deve ser pensado em algo que vá levar o estudante a encontrar alternativas de vida profissional de acordo com suas competências e habilidades, com objetivo, sempre, de novas conquistas.

O currículo de formação escolar deve ser conduzido de maneira a manifestar na prática da educação (correlação docente-discente) a sua função de despertar o perfil profissional em concatenação com uma função sociocultural, a fim de que, desde sua origem esteja refletido como um método de ensino-aprendizagem não baseado em conteúdos fixos e raramente mutáveis, mas em algo necessariamente flexível.

E, como é vital a transformação da pessoa, deve ser, também, instrumento de uso livre pelo docente que o opera, de forma que possa, o professor, atuar como sujeito não apenas de cumpridor da carga horária da disciplina e de seus conteúdos, mas como intermediador da mudança social do indivíduo que ingressou no ensino superior.

Com isso, será possível perceber, no desenvolvimento estudantil do acadêmico, que sua formação estará elencada com a busca de um perfil

profissional que se espera para o Mundo do Trabalho, bem como, tanto a partir de uma grade de disciplinas tecnicamente elaborada, constituída por elementos socioculturais que estarão imiscuídos desde do planejamento estratégico até a sua aplicação na sala de aula, resultando em uma formação profissionalmente humanizada.

Importante não fugir, aqui, da função do *coaching* para tal consecução. Para isso, evocam-se os dizeres de Ferreira (2016, p.383):

Para tanto, o processo de *coaching* focado em carreira para universitários evidencia a necessidade de oportunizar a esse grupo discente um olhar com grandes perspectivas rumo ao sucesso profissional. Entender que, ao aquietar a autoinferência, os graduandos tornam-se capazes de aproveitar as capacidades internas mentais, físicas e emocionais com maior facilidade para que aflorem nas profissões escolhidas com criatividade, abundância, diferentes posturas, novos olhares e o agir assertivo e congruente com o grande desejo.

### 3 UM ESCLARECIMENTO: A PSICOLOGIA E O *COACHING*

De imediato é preciso esclarecer: *coaching* não é Psicologia. *Coach* não pode atuar como psicólogo. A respeito do processo de *coaching* o CFP<sup>6</sup> (Conselho Federal de Psicologia) esclarece:

O Conselho Federal de Psicologia destaca ainda que, embora não exista regulamentação legal específica para a utilização do *coaching*, tal prática é caracterizada por ser um processo breve que se propõe a auxiliar o indivíduo a alcançar objetivos previamente definidos a partir de metodologias que envolvam a conscientização de elementos da vida, da história, interesses e potencialidades, e que transita em campos de atuação que permeiam o autoconhecimento e o desenvolvimento humano.

O que se lê acima está na página principal do CFP a respeito do tema. Mas há um Nota Orientativa Sobre *Coaching* (CFP, 2019) que complementar e esclarece:

O Conselho Federal de Psicologia destaca ainda que, embora não exista regulamentação legal específica para a utilização do *coaching*, tal prática é caracterizada por ser um processo breve que se propõe a

<sup>6</sup> Conforme consta no site oficial do CFP, em: <https://site.cfp.org.br/cfp-publica-nota-orientativa-sobre-coaching/>

auxiliar o indivíduo a alcançar objetivos previamente definidos a partir de metodologias que envolvam a conscientização de elementos da vida, da história, interesses e potencialidades, e que transita em campos de atuação que permeiam o autoconhecimento e o desenvolvimento humano. Assim sendo, entende que o trabalho da(do) psicóloga(o) na utilização do coaching é de extrema importância para a realização de um trabalho que vise à proteção e garantia do cuidado com a sociedade.

Ademais, qualquer profissional que não esteja inscrito no CRP, e que se utilizar de métodos e técnicas privativas da(o) psicóloga(o) durante sessões de coaching, ou que desenvolva, de alguma forma, atribuições restritas à Psicologia, estará incorrendo em exercício ilegal da profissão, de acordo com o art. 30 da Lei nº 5.766/71, e art. 47 da Lei das Contravenções Penais, sob pena de prisão simples ou multa (Decreto-lei Nº 3.688, de 3 de outubro de 1941). Apesar do destaque de alguns pontos da legislação profissional nessa nota por ter maior relação com a prática do coaching, ressaltamos que o Código de Ética, demais Resoluções do Sistema Conselho de Psicologia e demais legislações pertinentes deverão ser consideradas no exercício profissional.

A abordagem de *coaching* é bem diversa do trabalho da Psicologia, como diz Pinheiro (2016, p. 138):

A abordagem é totalmente distinta da utilizada no processo de *coaching*, mesmo com algumas linhas da Psicologia que trabalham com foco em realização de metas, como a terapia comportamental cognitiva. No *coaching*, o trabalho é realizado somente com pessoas funcionais e possui um processo estabelecido para a realização de metas mensuráveis e com prazos estabelecidos. A diferença é evidenciada quando saímos do campo do pessoal, atendido pelo processo de *Life Coaching* e entramos no mundo dos negócios, atendido pelo *Business Coaching*.

É importante tal distinção para que não se promova erroneamente a tarefa do *coach* como uma terapia respeitante à Psicologia. Como as próprias considerações iniciais a respeito do conceito de *coaching* já trouxeram a lume, este é um processo que possui um método específico e singular executado por um técnico capacitado unicamente para auxiliar a pessoa em seu desempenho pessoal e profissional.

Deve-se ressaltar que o *coach* não realiza diagnóstico e, tampouco faz aconselhamento; trata-se de um auxílio à pessoa na busca de objetivos, na solução de alguns questionamentos (seja na vida pessoal, quanto na vida profissional), de forma que se procura mostrar ao indivíduo o empoderamento que ele é capaz de alcançar.

O *coaching* historicamente remonta ao século XIX e era uma espécie de título dado aos professores universitários no sentido de que auxiliavam estudantes em provas finais e testes para ascender nos seus cursos. Em meados do século XX tem tratamento utilizado na gestão de pessoas e na comunicação profissional.

De 1950 à atualidade passou a ser utilizado empresarialmente, tanto para avaliação de pessoal como para gestão organizacional ou de carreiras; também é bastante utilizado em situações de estilos de vida (*coaching* de vida, *coaching* de alma, de *emagrecimento*, vocacional, etc).

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com fulcro em tudo que foi exposto anteriormente, espera-se que haja entendimento de que aproximar o *coaching* da prática docente é algo de grande importância para o melhor desempenho de professores e alunos em sala de aula e fora dela.

Há, também, a perspectiva de disseminação do *coaching* de maneira proativa e positiva, haja vista que sua aplicação pode ser vista como uma modernização das posturas de ensino-aprendizagem e, em consequência, quebras de barreiras muitas vezes invisíveis aos olhos dos atores envolvidos no processo educacional do ensino superior.

O *coaching* na educação superior é aplicado como um recurso de desenvolvimento profissional do educador e do educando, pois ao envolver todas essas partes, estimula a criatividade, a atenção e a motivação, pois partem da contextualização compreensiva de cada disciplina no todo da grade curricular da formação superior.

Em tal contexto, a Instituição de Ensino Superior deve organizar a sua prática acadêmica alinhada com o perfil do ser humano que quer formar, sendo essa uma missão essencial para que se tenha uma visão mais ampla do que se chama de “perfil esperado do egresso”. E isso, é importante salientar, não é algo que simplesmente deverá constar escrito no bojo dos PPC, mas exigirá que se pense a forma como que essa missão seja trabalhada entre os docentes para a utilização na sua prática pedagógica em sala de aula.

Assim, cada professor ou professora fará a organização da explicitação de seus conteúdos curriculares em um planejamento em que possa deixar sua marca pessoal, sem fugir, claro, dos conceitos científicos comuns, mas concebendo princípios e fundamentos que mostrem ao educando a face humana do aprendizado e sua extrema importância para o seu futuro profissional e pessoal.

O trabalho que culminou no presente artigo permitiu que surgissem as conclusões até aqui apresentadas e, ainda, enseja questionamentos que podem ser trabalhados futuramente, durante o andamento das aplicações sugeridas, como, por exemplo: “Os conteúdos que são trabalhados em cada disciplina são interdisciplinares e permitem transversalidade?” - “De onde se originam tais conteúdos?” - “É possível rever e alterar, quando necessário, a grade curricular, pensando nos aspectos humanos e sociais da formação do estudante”? e, claro: - “Que profissional queremos inserir no mercado, o qual irá ser o reflexo da nossa Instituição em todas as suas ações?”

Por derradeiro, considera-se que os resultados dessa pesquisa mostram claramente os ganhos profícuos para a construção de uma educação cada vez mais voltada para a melhorias das relações em sala de aula e para o aprendizado constante e coletivo.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES. **Plano nacional de pós-graduação [PNPG] 2011-2020**. Brasília: CAPES, 2010. v. 1.

CFP. **Nota orientativa sobre COACHING**. Disponível em [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/03/14\\_03\\_2019\\_Nota-Orientativa-sobre-COACHING.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/03/14_03_2019_Nota-Orientativa-sobre-COACHING.pdf), acessado em 10 de Agosto de 2020.

CORREIO, I.F. De M.; CORREIO, D. De M. **Coaching na Educação: uma metodologia de alta performance** *in* Rev. Comp. Docência - ISSN 2447-8903,

São Paulo, Vol.1 N.1, p. 43-54, Jan./Jun. 2016, disponível em <http://www.revistaseletronicas.fmu.br/index.php/CompartilheDocencia/article/view/1103/1016>, acessado em 28 Dez 2019

FERREIRA, S. F. da. **Coaching com universitários**: a métrica entre a razão e a ação rumo ao sucesso (p. 377-384). in PERCIA, A.; SITA, M.(Org.) Manual de Coaching: o guia definitivo para o alcance de resultados e mudança de vida. São Paulo: Literare Books International, 2016

GRANT, A. M., CURTAYNE, L.; BURTON, G. **Executive coaching enhances goal attainment, resilience and workplace wellbeing**: a randomised controlled study. The Journal of Positive Psychology, n.4, v.5, 2009, p.396-407. Disponível em: <https://scielo.conicyt.cl/pdf/terpsicol/v31n1/art10.pdf>. Acesso em: 13 Nov., 2019.

INSTITUTO PROMINAS. **Mercados de Coaching**. Material Didático do MBA em Coaching. Disponível em PDF no endereço <https://unica.portalprominas.com.br/tportal/materiaisdidaticos>, acessado em 28 Dez 2019.

MATTA, V.; VICTORIA, F. **Personal & Professional coaching**. São Paulo: SBCoaching Editora, 2015.

PALADINI, E. P.. **Ferramentas para a Gestão da Qualidade**. In: CARVALHO, M. de; PALADINI, E. P.. Gestão da qualidade: teoria e casos. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier/ABEPRO, 2012.

PINHEIRO, E. **O que é coaching?** in PERCIA, A.; SITA, M.(Org.) Manual de Coaching: o guia definitivo para o alcance de resultados e mudança de vida. São Paulo: Literare Books International, 2016.

SILVA, T. F. da. **Coaching na Educação:** novos desafios para gestores educacionais (p. 440-446). *in* PERCIA, A.; SITA, M.(Org.) **Manual de Coaching:** o guia definitivo para o alcance de resultados e mudança de vida. São Paulo: Literare Books International, 2016.

WEISZ, T. **O Diálogo entre o Ensino e a Aprendizagem.** Edição Comemorativa. São Paulo: Ática, 2018.

## O CRIME DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA TRIBUTÁRIA E O NÃO RECOLHIMENTO DE ICMS PRÓPRIO

André Luis Ulrich Pinto<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente artigo tem o objetivo de analisar o tipo penal de apropriação indébita tributária, previsto no art. 2º, II, da Lei nº 8.137/1990 à luz das normas jurídicas tributárias. Este cuidado se justifica no fato de que o sistema do direito positivo é uno e indivisível, de modo que as normas jurídicas de diferentes ramos didaticamente autônomos do direito guardam relação de coordenação e subordinação. Desta forma, a ciência do direito tributário pode auxiliar para a correta construção de sentido de termos como “descontado”, “cobrado” e “sujeito passivo de obrigação tributária”. Somente assim é possível compreender o fenômeno da repercussão jurídica do encargo financeiro e a extensão da responsabilidade tributária do sócio administrador. Entende-se, portanto, que a interpretação sistemática é imprescindível para evitar distorções no sistema do direito positivo, tendo em vista o princípio da intervenção mínima do Estado em matéria de direito penal e considerando a vedação constitucional, complementada pelo Pacto de San José da Costa Rica, de prisão civil por dívida, exceto nos casos de inadimplemento inescusável de obrigação alimentícia.

**Palavras-chave:** Crime de apropriação indébita tributária; impostos indiretos; responsabilidade tributária; responsabilidade penal.

**ABSTRACT:** This article aims to analyze the criminal type of tax misappropriation, provided for in art. 2nd, II, of Law 8,137 / 1990 using concepts of tax legal rules. This caution is justified by the fact that the system of positive law is one and indivisible, so that the legal rules of different didactic autonomous branches of law keep a relationship of coordination and subordination. In this way, the science of tax law can assist in the correct construction of the meaning of terms such as "discounted", "charged" and "taxable liability". Only in this way is it possible to understand the phenomenon of the legal repercussion of the financial burden and the extent of the tax liability of the managing partner. Therefore, it is understood that systematic interpretation is essential to avoid distortions in the positive law system, in view of the principle of minimum State intervention in matters of criminal law and considering the constitutional prohibition, complemented by the San José da Costa Pact, of civil imprisonment for debt, except in cases of inexcusable default of alimony obligation.

**Key-words:** Tax misappropriation crime; consumption tax; tax liability; criminal liability.

### 1 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

Trata-se o presente artigo da análise do crime de apropriação indébita tributária previsto no art. 2º, II, da Lei nº 8.137/1990, com o objetivo de investigar se o referido tipo penal compreende o não recolhimento de ICMS em operações próprias.

Dispõe o referido art. 2º, II, da Lei nº 8.137/1990 que:

Art. 2º Constitui crime da mesma natureza:

<sup>1</sup> Conselheiro do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, Professor de Direito Tributário da Universidade Santo Amaro, graduado pela Universidade Positivo, especialista em direito tributário pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e Mestrando em Direito Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

[...]

II - deixar de recolher, no prazo legal, valor de tributo ou de contribuição social, descontado ou cobrado, na qualidade de sujeito passivo de obrigação e que deveria recolher aos cofres públicos;

[...]

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa (BRASIL, 1990).

Recentemente, ao interpretar o dispositivo transcrito acima, a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça denegou o *Habeas Corpus* nº 399.109 impetrado em favor de sócios de sociedade empresária, acusados do crime de apropriação indébita tributária pelo não recolhimento de ICMS regularmente declarado, peculiaridade que descaracteriza o crime de supressão ou redução de tributo previsto no art. 1º, da mesma Lei nº 8.137/1990.

Para melhor compreensão do julgado, colaciona-se abaixo a ementa do referido julgado do Superior Tribunal de Justiça:

**HABEAS CORPUS. NÃO RECOLHIMENTO DE ICMS POR MESES SEGUIDOS. APROPRIAÇÃO INDÉBITA TRIBUTÁRIA. ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA. IMPOSSIBILIDADE. DECLARAÇÃO PELO RÉU DO IMPOSTO DEVIDO EM GUIAS PRÓPRIAS. IRRELEVÂNCIA PARA A CONFIGURAÇÃO DO DELITO. TERMOS "DESCONTADO E COBRADO". ABRANGÊNCIA. TRIBUTOS DIRETOS EM QUE HÁ RESPONSABILIDADE POR SUBSTITUIÇÃO E TRIBUTOS INDIRETOS. ORDEM DENEGADA.**

1. Para a configuração do delito de apropriação indébita tributária - tal qual se dá com a apropriação indébita em geral - o fato de o agente registrar, apurar e declarar em guia própria ou em livros fiscais o imposto devido não tem o condão de elidir ou exercer nenhuma influência na prática do delito, visto que este não pressupõe a clandestinidade.

2. O sujeito ativo do crime de apropriação indébita tributária é aquele que ostenta a qualidade de sujeito passivo da obrigação tributária, conforme claramente descrito pelo art. 2º, II, da Lei n. 8.137/1990, que exige, para sua configuração, seja a conduta dolosa (elemento subjetivo do tipo), consistente na consciência (ainda que potencial) de não recolher o valor do tributo devido. A motivação, no entanto, não possui importância no campo da tipicidade, ou seja, é prescindível a existência de elemento subjetivo especial.

3. A descrição típica do crime de apropriação indébita tributária contém a expressão "descontado ou cobrado", o que, indiscutivelmente, restringe a abrangência do sujeito ativo do delito, porquanto nem todo sujeito passivo de obrigação tributária que deixa de recolher tributo ou contribuição social responde pelo crime do art. 2º, II, da Lei n. 8.137/1990, mas somente aqueles que "descontam" ou "cobram" o tributo ou contribuição.

4. A interpretação consentânea com a dogmática penal do termo "descontado" é a de que ele se refere aos tributos diretos quando há

responsabilidade tributária por substituição, enquanto o termo "cobrado" deve ser compreendido nas relações tributárias havidas com tributos indiretos (incidentes sobre o consumo), de maneira que não possui relevância o fato de o ICMS ser próprio ou por substituição, porquanto, em qualquer hipótese, não haverá ônus financeiro para o contribuinte de direito.

5. É inviável a absolvição sumária pelo crime de apropriação indébita tributária, sob o fundamento de que o não recolhimento do ICMS em operações próprias é atípico, notadamente quando a denúncia descreve fato que contém a necessária adequação típica e não há excludentes de ilicitude, como ocorreu no caso. Eventual dúvida quanto ao dolo de se apropriar há que ser esclarecida com a instrução criminal.

6. *Habeas corpus* denegado (BRASIL, 2018).

Conforme ao que se depreende do relatório do referido acórdão, o julgado em referência foi importante para uniformizar a jurisprudência das duas Turmas que compõe a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, tendo em vista que os diferentes entendimentos da Quinta e Sexta Turma do referido Tribunal.

Assim se diz, porque a Sexta Turma em casos semelhantes sustentava que é necessário distinguir: (i) casos que envolvem o não recolhimento de ICMS devido em operações próprias; e (ii) casos que envolvem o não recolhimento do ICMS devido por substituição tributária.

Com base nesta distinção, a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça<sup>2</sup>, entendia como crime de apropriação indébita tributária apenas a segunda situação descrita acima, ou seja, apenas o não recolhimento de ICMS devido por substituição tributária, não considerando típica a conduta de não recolhimento de ICMS próprio, que – no entendimento até então adotado pela referida Turma – caracterizaria mero inadimplemento fiscal.

Por outro lado, o entendimento já adotado pela da Quinta Tuma do Superior Tribunal de Justiça<sup>3</sup> não estabelecia distinções entre o não recolhimento do ICMS próprio ou não recolhimento do ICMS por substituição tributária, considerando que ambas as condutas preenchem o tipo penal ora examinado, desde que comprovado o dolo.

<sup>2</sup> Neste sentido, vejam-se os seguintes julgados: RHC 36.162/SC, de Relatoria do Min. Nefi Cordeiro (DJe 17/11/2014); AgRg no REsp nº 1.465.259/GO, de relatoria do Min. Sebastião Reis Júnior (DJe 29/09/2015); RHC nº 77.031/SC, de relatoria da Min. Maria Thereza de Assis Moura (Dje 5/12/2016); AgRg no REsp nº 1.632.556/SC, de relatoria da Min. Maria Thereza de Assis Moura (Dje 17/03/2017); e Resp nº 1.543.485/GO, de relatoria da Min. Maria Thereza de Assis Moura (Dje 15/04/2016).

<sup>3</sup> A título de exemplo, vejam-se os seguintes julgados: RHC nº 42.923/SC, de relatoria do Min. Felix Fischer (DJe 29/06/2015); RHC nº 44.465/SC, de relatoria do Min. Leopoldo Arruda Raposo (DJe 25/06/2015); RHC nº 44.466/SC, de relatoria do Min. Jorge Mussi (DJe 29/10/2014); AREsp nº 1.067.270/GO, de relatoria do Min. Joel Ilan Paciornik (DJe 28/04/2017); e REsp nº 1.583.367/SC, de relatoria do Min. Joel Ilan Paciornik (DJe 28/03/2017).

Não obstante à divergência referida acima, a corrente adotada pela Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça prevaleceu no acórdão proferido pela Terceira Seção, na ocasião do julgamento do HC nº 399.109, que destacou quatro aspectos essenciais para caracterização da prática do crime de apropriação indébita tributária:

- (i) para o delito de “apropriação indébita tributária”, o fato de o agente registrar, apurar e declarar em guia própria ou em livros fiscais o imposto devido não tem condão de elidir ou exercer nenhuma influência na prática do delito;
- (ii) o sujeito ativo do crime de apropriação indébita tributária é aquele que ostenta a qualidade de sujeito passivo, podendo ser tanto o contribuinte quanto o responsável tributário;
- (iii) o delito de “apropriação indébita tributária” exige, para a sua configuração, que a conduta seja dolosa (elemento subjetivo do tipo), porém a motivação não possui importância no campo da tipicidade, ou seja, é prescindível a existência de elemento subjetivo especial; e
- (iv) nem todo sujeito passivo de obrigação tributária que deixa de recolher tributo ou contribuição social responde pelo crime de apropriação indébita tributária, mas somente aqueles que “descontam” ou cobram” o tributo, incluindo-se aqui os ditos “contribuintes de direito” de tributos indiretos (BRASIL, 2018).

Outro precedente judicial relevante para o estudo do tema aqui abordado é o julgamento do RHC 163334, pelo Supremo Tribunal Federal, no qual foi firmada a tese de que o não recolhimento de ICMS próprio constitui conduta típica do crime de apropriação indébita tributária.

Importante destacar que o acórdão proferido no referido processo não foi publicado até a conclusão do presente artigo. No entanto, do que se viu da leitura dos votos e dos debates apresentados na ocasião do julgamento, é possível apontar para os principais argumentos que conduziram a fundamentação da tese firmada pelo Supremo Tribunal Federal.

É possível perceber, por exemplo, que os Ministros que votaram por negar provimento ao referido recurso ordinário demonstraram uma compreensível preocupação com a livre concorrência e arrecadação tributária, que,

evidentemente, são prejudicadas pela conduta de não recolhimento de ICMS próprio.

Ademais disso, ficou clara a preocupação de alguns Ministros com a falta de eficácia dos crimes contra ordem tributária, que, como é sabido, estão sujeitos à extinção da punibilidade em decorrência da extinção do crédito tributário pelo pagamento, a qualquer tempo.

Neste sentido, veja-se o que afirma Hugo de Brito Machado a respeito do corrente entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre a extinção da punibilidade dos crimes contra a ordem tributária: “atualmente vigora a fórmula de extinção de punibilidade pelo pagamento do crédito, a qualquer tempo, consagrada pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, não obstante as resistências de setores do Ministério Público” (MACHADO, 2015, p. 23).

Considerando que o direito tem a função de disciplinar condutas humanas intersubjetivas e direcioná-las para a realização de um determinado valor, com o uso de um dos três modais deônticos apontados pela lógica jurídica, é evidente que toda norma jurídica apresenta alguma carga axiológica. Assim se diz, porque ao disciplinar uma conduta como obrigatória (O), proibida (V) ou permitida (P), é evidente que o legislador está fazendo, antes de tudo, um juízo de valor.

Afinal, por que se proíbe a conduta “p”? A resposta reside no juízo de valor realizado pelo legislador que, ao considerar reprovável a conduta “p”, entendeu por em torná-la proibida.

Ocorre que o entendimento de que o pagamento do crédito tributário, realizado a qualquer tempo, extingue a punibilidade revela a falta de coação, aqui entendida quase que como a “falta de dentes”, do direito penal tributário, operando como evidente reforço positivo, como verdadeira recompensa atribuída àqueles que praticam condutas tipificadas como ilícitos penais contra a ordem tributária. Tendo em vista que este só se verá obrigado a pagar o tributo sonegado se a fiscalização tributária identificar a ocorrência do evento e constituir o fato jurídico tributário.

Neste sentido, é relevante o debate sobre o efeito da extinção do crédito tributário para fins de aplicação da norma penal tributária, assim como é importante a preocupação com a livre concorrência e arrecadação tributária, situação que se revela grave diante dos elevados valores sonegados. Entretanto,

tais temas são periféricos em relação ao cerne da questão aqui analisada, além de se apresentarem como argumentos pré-jurídicos, que podem ser considerados pelo legislador caso entenda ser pertinente a mudança da política criminal de defesa à ordem tributária.

Ademais disso, não se deve olvidar que não eram estes os pontos discutidos no RHC 163.334, de modo que estes argumentos, apesar de verdadeiros, não contribuem para o debate a respeito da adequada interpretação do tipo penal do art. 2º, II, da Lei nº 8.137/1990.

Neste contexto, o presente artigo pretende contribuir para o amadurecimento do debate deste tema, com a certeza de que o tipo penal deve ser interpretado à luz de conceitos básicos do direito tributário.

## **2 A RELAÇÃO ENTRE DIREITO PENAL E DIREITO TRIBUTÁRIO**

Como bem ensina Paulo de Barros Carvalho, o sistema do direito positivo é uno e indivisível, sendo certo que as suas unidades – as normas jurídicas – guardam relação de subordinação e de coordenação. Como consequência desta observação, tem-se a primazia do método sistemático de interpretação, que se apresenta como método de interpretação por excelência.

Neste sentido, com o propósito de encerrar a discussão sobre ramos autônomos do direito, Paulo de Barros Carvalho explica que:

[...] tentar conhecer regras jurídicas isoladas, como se prescindissem da totalidade do conjunto, seria ignorá-lo enquanto sistema de proposições prescritivas. Uma coisa é certa: qualquer definição que se pretende há de respeitar o princípio da unidade sistemática e, sobretudo, partir dele, isto é, dar como pressuposto que um número imenso de preceitos jurídicos, dos mais variados níveis e dos múltiplos setores, se aglutinam para formar essa mancha normativa cuja demarcação rigorosa e definitiva é algo impossível (CARVALHO, 2010, p. 45).

E mais adiante, Paulo de Barros Carvalho cita um elucidativo exemplo para facilitar a compreensão da intertextualidade dos mais diversos ramos do

direito, o que evidencia as relações de coordenação entre normas jurídicas e o caráter indivisível do Direito Tributário:

Tomemos o exemplo da regra-matriz de incidência do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), de competência dos Municípios. Hipótese normativa, em palavras genéricas, é ser proprietário, ter o domínio útil ou a posse de bem imóvel, no perímetro urbano do Município, num dia determinado do exercício. O assunto é eminentemente tributário. E o analista inicia suas indagações com o fito de bem apreender a descrição legal. Ser proprietário é conceito desenvolvido pelo Direito Civil. A posse também é instituto versado pelos civilistas e o mesmo se diga do domínio útil. E bem imóvel? Igualmente é tema de Direito Civil. Até agora estivemos investigando matéria tributária, mas nos deparamos apenas com características do Direito Civil. Prossigamos. A lei que determina o perímetro urbano do Município é entidade cuidada e trabalhada pelos administrativistas. Então, saímos das províncias do Direito Civil e ingressamos no espaço do Direito Administrativo. E estamos estudando o Direito Tributário... E o Município? Que é senão pessoa política de Direito Constitucional interno? Ora, deixemos o Direito Administrativo e penetremos nas quadras do Direito Constitucional. Mas não procuramos saber de uma realidade jurídico-tributária? Sim. É que o direito é uno, tecido por normas que falam do comportamento social, nos mais diferentes setores da atividade e distribuídas em vários escalões hierárquicos. Intolerável desconsiderá-lo como tal atividade (CARVALHO, 2010, p. 45-46).

Ora, da mesma forma como o direito tributário se apresenta como metalinguagem se apropriando de conceitos do Direito Civil, Administrativo e Constitucional, para disciplinar a regra matriz de incidência tributária do IPTU, o Direito Penal se utiliza da linguagem do tributário para disciplinar os crimes contra a ordem tributária.

Portanto, partindo da premissa de que o sistema é uno e indivisível, o interprete da legislação penal não está autorizado a ignorar os conceitos definidos pelo Direito Tributário para construção de sua interpretação dos crimes contra a ordem tributária, especialmente, do crime previsto no art. 2º, II, da Lei nº 8.137/1990.

O que se pretende dizer aqui é que antes de se adentrar no exame do tipo penal precisa considerar conceitos básicos de direito tributário, que serão absolutamente pertinentes para análise das expressões “descontado”, “cobrado” e “na qualidade de sujeito passivo de obrigação tributária”.

Portanto, é imprescindível o estudo de alguns elementos da regra matriz de incidência.

### **3 DIREITO TRIBUTÁRIO E O SIGNIFICADO DAS EXPRESSÕES “DESCONTADO” E “COBRADO” NO DIREITO TRIBUTÁRIO.**

#### **3.1 Regra Matriz de incidência tributária**

As normas jurídicas tributárias, assim como todas as demais normas jurídicas do sistema do direito, apresentam estrutura lógica bimembre própria dos juízos hipotéticos relacionais.

Partindo deste pressuposto, Paulo de Barros Carvalho (2010, p. 408-410), ao se propor a estudar este mínimo e irreduzível de conteúdo deontológico, descreve a Regra Matriz de Incidência Tributária, que é de grande utilidade para nortear a interpretação das normas jurídicas tributária, tendo em vista que revela os elementos essenciais para a identificação do fato hipoteticamente descrito na norma jurídica tributária e, também, os elementos da relação jurídica tributária.

Desta forma, o estudo da Regra Matriz de Incidência Tributária revela que a norma jurídica tributária é composta por duas proposições conectadas por um dever ser interproposicional, também conhecido como dever ser neutro, sendo certo que a “proposição hipótese” descreverá os critérios material, espacial e temporal do fato jurídico tributário; enquanto a proposição tese prescreverá os critérios pessoal e quantitativo da relação jurídica tributária marcada pelo dever ser intraproposicional, também conhecido como dever ser modalizado.

Pois bem, é evidente que todo o estudo da regra matriz de incidência tributária é fundamental para compreensão das normas jurídicas tributárias e, portanto, é indispensável para a compreensão da disciplina jurídica do ICMS. No entanto, para evitar a fuga do tema proposto e com o propósito de atender a fins didáticos, é necessário proceder a um recorte metodológico, isolando um dos

elementos do critério pessoal, mais precisamente, o sujeito passivo da relação jurídica tributária, o que facilitará o exame da subsunção do fato “deixar de recolher ICMS próprio devidamente declarado” à norma do crime de apropriação indébita tributária.

### 3.2 Sujeição passiva

Nos termos do Código Tributário Nacional, o sujeito passivo da relação jurídica tributária poderá ser chamado de “contribuinte”, quando tiver uma relação pessoal e direta com o dito “fato gerador” e de “responsável” quando se tratar de um terceiro escolhido pelo legislador para compor a relação jurídica tributária.

De acordo com Maria Rita Ferragut, a responsabilidade tributária pode ser dividida nas seguintes classes: “(i) substituição; (ii) solidariedade; (iii) sucessão; (iv) responsabilidade de terceiros; e (v) responsabilidade por infrações.” (FERRAGUT, 2009, p. 56).

Pois bem, para compreensão da discussão que envolve a subsunção (ou não) da conduta de não recolhimento de ICMS próprio à norma jurídica do crime de apropriação indébita tributária, é fundamental a compreensão: (i) do instituto da substituição tributária; (ii) da responsabilidade de terceiros; e (iii) além da investigação dos fundamentos jurídicos da classificação entre contribuinte de fato e contribuinte de direito.

Antes de abordar estes três pontos fundamentais para compreensão do tema, faz-se relevante ressaltar que o responsável tributário, ao contrário do que ocorre com o contribuinte, não tem uma relação pessoal e direta com o fato jurídico tributário, ou seja, não pratica o fato signo presuntivo de riqueza exigido pelo princípio da capacidade contributiva para a cobrança de impostos.

Dessa forma, para que a garantia constitucional do referido princípio da capacidade contributiva não seja violado, é necessário que o sistema tributário assegure ao substituto tributário a possibilidade lógica de repercutir o encargo financeiro do tributo, tendo em vista que apenas aquele que praticou o fato signo presuntivo de riqueza é quem tem aptidão para suportar o ônus fiscal, embora

em alguns casos a repercussão jurídica do encargo financeiro não seja necessária.

Neste sentido, ensina Maria Rita Ferragut que:

Diante do exposto, como compatibilizar a norma de responsabilidade tributária com tal princípio, uma vez que o responsável tributário não possui relação pessoal e direta com o fato jurídico, ou seja, aquele que deve recolher o tributo ao Fisco não manifestou a riqueza que está sendo tributada?

Entendemos que a capacidade contributiva determina que os impostos sejam graduados segundo manifestação de riqueza do fato jurídico, possibilitando e, ao mesmo tempo, limitando a tributação. Restringe, ademais, os elementos pertencentes ao conjunto dos possíveis destinatários da carga tributária, de forma que a princípio só terá aptidão para suportar economicamente o ônus fiscal aquele que realizou o fato.

[...]

Considerar que a capacidade contributiva relaciona-se com a graduação do tributo e com o destinatário da carga tributária, mas não com o sujeito que tem a obrigação de cumprir com a obrigação tributária, não afasta a necessidade de ser assegurado ao responsável o ressarcimento da quantia em dinheiro por ele recolhida, embora em alguns casos excepcionais a restituição não se faça necessária (FERRAGUT, 2009, p. 40-41).

E mais adiante, a Autora explica em quais casos não se faz necessária a restituição ao responsável tributário.

Na responsabilidade de terceiros ou por infração, por sua vez, a obrigação que o responsável tem, de pagar com recursos próprios tributo decorrente de fato praticado pela pessoa jurídica advém de norma primária sancionadora, criada com o objetivo de evitar e punir a má-gestão empresarial que prejudique as atividades sociais, os sócios, os acionistas e o interesse público.

Assim, o caráter eminentemente punitivo da responsabilidade excepciona a necessidade de ressarcimento do tributo pago. A capacidade contributiva não terá sido violada, pois o tributo cobrado foi graduado segundo a manifestação de riqueza do fato (Cf. FERRAGUT, 2009, p. 42).

Portanto, das cinco classes de responsabilidade tributária apontadas por Maria Rita Ferragut, verifica-se que, exceto nos casos de responsabilidade de terceiros ou responsabilidade por infrações, é imprescindível que se possibilite a repercussão do encargo financeiro pelo responsável ao contribuinte, seja por reembolso ou retenção na fonte.

Exemplo clássico de retenção é o que ocorre com o imposto de renda retido na fonte, no qual a fonte pagadora procede à retenção do valor devido a título de tributo. Outro caso de retenção seria o ICMS diferido, também conhecido como substituição para trás, na qual o valor do ICMS que será devido pelo substituto, pode ser descontado do substituído.

Assim, por mais que a fonte pagadora não tenha praticado o fato signo presuntivo de riqueza, não é correto afirmar que o princípio da capacidade contributiva está sendo violado, uma vez que o direito conferiu meio de repercussão jurídica do encargo financeiro ao titular da capacidade contributiva tributada.

Por outro lado, ao pensar em repercussão jurídica do encargo financeiro por reembolso, é quase que forçoso pensar no ICMS-ST, que utiliza a técnica da substituição para frente.

### 3.2.1 Substituição Tributária

No caso do ICMS, é comum que a tributação recaia sobre o dito contribuinte, mas também é muito comum a utilização da substituição tributária nas modalidades da “substituição para trás”, também chamada de diferimento, e a controversa “substituição para frente”.

Diz-se controversa a substituição para frente, pois é sabido que muitos doutrinadores ainda denunciam a inconstitucionalidade deste instituto, uma vez que prescreve a tributação de fato futuro e incerto, o que viola frontalmente os princípios da segurança jurídica e capacidade contributiva.

Neste sentido, veja-se o que ensina Roque Antonio Carrazza:

Deveras, a Emenda Constitucional 3/1993 “criou” a absurda figura da responsabilidade tributária por fato futuro. O preceito em tela “autoriza” a lei a fazer nascer tributos de fatos que ainda não ocorreram

mas que, ao que tudo indica, ocorrerão. Noutros termos, permite que a lei crie presunções de acontecimentos futuros e, com elas, faça nascer obrigações tributárias.

Ora, o art. 1º da Emenda Constitucional 3/1993 é inconstitucional porque atropela o princípio da segurança jurídica, em sua dupla manifestação: certeza do direito e proibição do arbítrio. Este princípio, aplicado ao direito tributário, exige que o tributo só nasça após a ocorrência real (efetiva) do fato imponible.

É sempre bom reafirmarmos que o princípio da segurança jurídica diz de perto com os direitos individuais e suas garantias. É, assim, “cláusula pétrea”, e, nessa medida, não poderia ser amesquinhado por emenda constitucional (cf. art. 60, §4º, da CF). (CARRAZZA, 2012, p. 375).

Mais não é preciso dizer para evidenciar a polêmica sobre a constitucionalidade da substituição tributária para frente. No entanto, é notório o entendimento do Supremo Tribunal Federal a respeito da constitucionalidade da substituição tributária para frente, que continua sendo muito utilizada pelo legislador para facilitar a fiscalização e arrecadação do ICMS.

Assim, apesar de entendimento pessoal deste Autor a respeito do equívoco da orientação jurisprudencial, a norma de substituição tributária será tratada como válida, uma vez que pertence ao sistema do direito positivo brasileiro.

Pois bem, o que se observa é que tanto na substituição tributária para trás quanto na substituição tributária para frente, o tributo é exigido do substituto, que não guarda uma relação pessoal e direta com o fato gerador e, portanto, não revela capacidade contributiva na operação de circulação de mercadorias sobre a qual incide a norma jurídica tributária.

No caso da substituição tributária para frente, é possível que o Substituto transfira o encargo financeiro para o substituído, utilizando o reembolso, ou seja, cobrando o encargo financeiro no preço da mercadoria objeto da operação de circulação.

Dessa forma, tendo em vista a possibilidade de cobrança, mediante inclusão do ICMS-ST, no preço da mercadoria adquirida pelo substituído, é evidente que a capacidade contributiva do substituto não está sendo violada.

Neste sentido, veja-se o que ensina Jacqueline Mayer da Costa Ude Braz:

[...] quando um terceiro, relacionado com a situação hipotética for chamado a suportar o encargo tributário, sem que tenha praticado o fato que se subsume à norma geral e abstrata instituidora do tributo, não será a capacidade contributiva desse terceiro substituto que será considerada, mas a do substituído, ou seja, daquele que originariamente responderia pela obrigação. Sendo assim, aplica-se, no caso, o regime jurídico a que se submete o substituído e não o substituto. Fazendo aquele jus à isenção ou à imunidade, o substituto exercerá os direitos correspondentes (BRAZ, 2020, p. 160).

Retomando a análise do tipo objetivo do 2º, II, da Lei nº 8.137/1990, verifica-se o uso dos verbos “descontar” e “cobrar”, na qualidade de sujeito passivo de obrigação e que deveria recolher aos cofres públicos.

Portanto, não há dúvidas de que nestes casos – nos quais o substituto tributário pode reter (descontar) ou exigir o reembolso (cobrar) do encargo financeiro do tributo no preço da mercadoria – é possível dizer que há a subsunção do fato não pagar ICMS na condição de substituto tributário à norma jurídica que prescreve o crime de apropriação indébita tributária.

Estas reflexões sobre a capacidade contributiva do substituído são extremamente relevantes para auxiliar o intérprete a construir o adequado sentido das expressões “descontado ou cobrado” utilizadas pelo legislador ao tipificar o crime de apropriação indébita.

Pode-se argumentar, por outro lado, que o ICMS é um tributo indireto e que, por esta razão, suporta o repasse do encargo financeiro do dito “contribuinte de direito” ao dito “contribuinte de fato”.

### 3.3 Impostos diretos e impostos indiretos

Considerando que a interpretação de que a conduta de não recolhimento de ICMS próprio preenche o tipo penal do art. 2º, II, da Lei nº 8.137/1990 parte da premissa de que os tributos podem ser classificados em tributos diretos e indiretos, é importante analisar se a referida classificação encontra respaldo em normas jurídicas tributárias e se o fato de um determinado tributo ser

considerado indireto seria suficiente para conduzir ao entendimento de que há apropriação indébita tributária diante do não recolhimento do ICMS próprio.

Sobre a referida classificação, veja-se a explicação de Hugo de Brito Machado Segundo:

A explicação mais comumente encontrada nos manuais de Direito Tributário é a de que o tributo indireto se caracteriza por ser legalmente devido por um sujeito, mas economicamente suportado por outro. Daí chamar-se o primeiro de contribuinte de direito e, o segundo, contribuinte de fato.

Ainda de acordo com essa explicação, o contribuinte de direito seria obrigado pelo pagamento do tributo, eis que integraria a relação jurídica tributária, na condição de sujeito passivo. Já o contribuinte de fato não teria relação com o Fisco, sendo essa a razão do advento “de fato”, pois na prática é ele quem arca com o ônus representado pelo tributo, que lhe é repassado pelo contribuinte de direito. Por outras palavras, o contribuinte de direito é obrigado ao pagamento, mas transfere a outro esse sacrifício pelo aumento de preço ou outro processo econômico de troca.

(...)

O ICMS, *v.g.*, é pago pelo vendedor de um produto (contribuinte de direito), mas, na prática, seria suportado pelo comprador (contribuinte de fato), sendo pelo primeiro embutido no preço e repassado ao segundo (MACHADO SEGUNDO, 2011, p. 13).

Note-se, portanto, que a classificação é tradicionalmente informada pelo critério da repercussão econômica, ou seja, pelo repasse do encargo financeiro do tributo para um terceiro, o que, em tese, seria economicamente possível e desejável para qualquer tributo devido por uma sociedade empresária, tendo em vista que o elemento que a diferencia das demais pessoas jurídicas de direito privado referidas no art. 44, do Código Civil, é o objetivo econômico, ou seja, a geração de lucro e sua posterior distribuição para os sócios.

Assim se diz, porque não haverá lucro se o preço das mercadorias circuladas ou dos serviços prestados não for suficiente para pagar todas as despesas da sociedade empresária, incluindo-se os tributos, de modo que o encargo financeiro de todos os tributos devidos pela sociedade pode ser – e em

verdade é desejável que sejam – repassados ao adquirente de suas mercadorias ou ao tomador de seus serviços.

Ocorre que o critério da repercussão econômica não pode ser aceito para fins de classificação de tributos entre diretos e indiretos, porque não encontra fundamento de validade nas normas jurídicas pertencentes ao sistema de direito positivo brasileiro.

Neste sentido, veja-se o que já ensinava Alfredo Augusto Becker que todos os critérios pretendidos pela doutrina, quais sejam: repercussão econômica, critério do lançamento e critério da temporalidade não seriam cientificamente aceitos:

A verdade é que não existe nenhum critério científico para justificar a classificação dos tributos em diretos e indiretos e, além disto, esta classificação é impraticável. (BECKER, 2018, p. 574)

De fato, o critério econômico não se presta para classificar os tributos em diretos em indiretos. Dessa forma, a doutrina seguiu desenvolvendo investigações sobre a existência de um critério jurídico para o reconhecimento da repercussão do encargo financeiro dos tributos ditos indiretos e o encontrou no princípio da não-cumulatividade do IPI e ICMS.

Neste sentido, é oportuna a lição de Luís Eduardo Schoueri. Veja-se:

No lugar de se buscar o fenômeno da translação age com acerto aquele que investiga se há uma transferência jurídica (i.e.: prestigiada por lei) do montante do tributo. Esta será a situação do adquirente do produto sujeito a tributação não cumulativa, que o revende, tomando o crédito do montante pago na etapa anterior. Se há um direito àquele crédito é porque ele lhe foi transferido por quem o pagou na etapa anterior.

É esse o caso do IPI e do ICMS (SCHOUERI, 2011, p. 559).

Note-se, no entanto, que nem todo tributo não-cumulativo deverá ser tratado como tributo indireto. Assim se diz, porque existem diferentes técnicas de não-cumulatividade no sistema do direito positivo brasileiro.

De fato, não se pode comparar a não-cumulatividade do IPI e do ICMS, previstas, respectivamente, nos art. 153, §3º, II e 155, §2º, I, ambos da Constituição Federal, com a não-cumulatividade das contribuições ao PIS e

Cofins, disciplinada pelas leis nº 10.637/2002 e nº 10.833/2003, por se tratarem de metodologias diferentes.

Melhor explicando, a não-cumulatividade do IPI e do ICMS segue o método imposto contra imposto (*tax on tax*) enquanto a não cumulatividade do PIS e da Cofins observa o método base de cálculo contra base de cálculo (*base on base*). Sobre a diferença entre os métodos de não-cumulatividade, veja-se o ensinamento de Ives Gandra Martins e Edison Carlos Fernandes.

Na primeira vertente, própria do IPI e ICMS, que constitui inclusive princípio perfilado na lei maior (153, §3º, inciso I e 155, §2º, inciso I), o crédito fiscal corresponde a instrumento pelo qual se opera a compensação periódica do montante do imposto recolhido nas entradas de insumos – bens de ativo fixo – e serviços com o imposto devido pela saída do produto final. Considerando-se que bens de ativo fixo e insumos, são necessários à produção do bem final ou do serviço, devem gerar direito a crédito, nos termos das leis complementares.

Busca-se, portanto, na primeira vertente, a neutralidade da tributação.

Na segunda, de que o PIS e a COFINS são exemplos, adota-se na linguagem da Exposição de Motivos da Medida Provisória nº 135, o denominado método subtrativo indireto, em que a metodologia adotada é a concessão de crédito fiscal sobre algumas compras (custos e despesas) definidas em lei, na mesma proporção que grave as vendas (receitas). (FERNANDES, 2007, p. 74).

Tendo em vista os diferentes métodos de não-cumulatividade aplicáveis sobre os tributos, a parte da doutrina que entende a não-cumulatividade como critério de repercussão jurídica do tributo, restringe este entendimento ao método “imposto contra imposto” utilizado pelo IPI e ICMS. Isso porque, este método encontra fundamento na presunção de que o valor pago a título de ICMS e IPI será incluído no preço da mercadoria, evitando a chamada “incidência em cascata”, com o objetivo de dar efetividade à neutralidade fiscal.

É o que ensina Andréa Medrado Darzé Minatel:

De forma mais técnica, para que haja a repercussão jurídica do tributo, impõe-se que o direito ao crédito corresponda precisamente ao

valor da dívida devida por outrem, já que, somente assim, vislumbra-se a imputação de efeitos jurídicos típicos decorrentes do traspasse da carga tributária e, definitivamente, não é isso que ocorre em relação a essas específicas contribuições sociais (MINATEL, 2015, p. 229).

Por estas razões, Misabel Derzi, atualizadora da obra clássica de Aliomar Baleeiro, “Direito Tributário Brasileiro”, em nota específica, esclarece que apenas o IPI e ICMS poderiam ser tratados como impostos indiretos, *in verbis*:

Juridicamente, somente existem dois impostos “indiretos” por presunção: o imposto sobre produtos industrializados/IPI, de competência da União, e o imposto sobre operações de circulação de mercadorias e prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação/ICMS, de competência dos Estados.

[...]

A rigor, a ilação é extraída diretamente da Constituição Federal, porque, em relação a eles, a Carta adota dois princípios – o da seletividade e o da não-cumulatividade – que somente podem ser explicados ou compreendidos pelo fenômeno da translação, uma vez que a redução do imposto a recolher, entre outros objetivos – em um ou outro princípio -, se destina a beneficiar o consumidor (BALEEIRO, 2007, p. 885).

Portanto, com base no critério da repercussão jurídica informado pela não-cumulatividade “imposto contra imposto”, pode-se dizer que o ICMS é um imposto indireto, mas qual é o efeito do reconhecimento do ICMS como imposto indireto? A pergunta é pertinente, porque a partir da patologia apontada por Alfredo Augusto Becker, muitas dúvidas interpretativas foram apresentadas pela Doutrina e contribuintes que provocaram o Poder Judiciário a proferir uma série de decisões conflitantes sobre impostos indiretos.

A título de exemplo, pode-se citar: (i) a repetição de indébito de tributos indiretos; (ii) tributação indireta e imunidades subjetivas; (iii) tributação indireta e inadimplência do consumidor; (iv) tributação indireta e a base de cálculo de contribuições sobre receitas e faturamento; e, finalmente, (v) tributação indireta e apropriação indébita.

Os conflitos começa com as dúvidas interpretativas a cerca do art. 166, Código Tributário Nacional, que condiciona a repetição de indébito de tributo que comporte, por sua natureza, a transferência do respectivo encargo financeiro à: (i) prova de haver assumido o referido encargo; ou (ii) estar expressamente autorizado a receber a restituição do tributo por terceiro a quem transferiu o encargo financeiro do tributo.

É conhecido entendimento do Supremo Tribunal Federal consubstanciado no enunciado da Súmula 546, por meio da qual o STF reviu o entendimento anteriormente firmado no enunciado da Súmula nº 71, afirmando que: “Cabe a restituição do tributo pago indevidamente, quando reconhecido por decisão, que o contribuinte de ‘jure’ não recuperou do contribuinte ‘de facto’ o ‘quantum’ respectivo.

No âmbito do Superior Tribunal de Justiça, são vários os julgados que consideram o ICMS e IPI como tributos indiretos para fins da aplicação da norma do art. 166, do Código Tributário Nacional.

Relativamente ao ISS, convém destacar o REsp 1.131.476/RS, julgado pelo rito dos recursos repetitivos representativos de controvérsia, no qual foi firmada a tese 398, *in verbis*:

A pretensão repetitória de valores indevidamente recolhidos a título de ISS incidente sobre a locação de bens móveis (cilindros, máquinas e equipamentos utilizados para acondicionamento dos gases vendidos), hipótese em que o tributo assume natureza indireta, reclama da parte autora a prova da não repercussão, ou, na hipótese de ter a mesma transferido o encargo a terceiro, de estar autorizada por este a recebê-los (BRASIL, 2010).

Note-se, portanto, que o Superior Tribunal de Justiça consolidou entendimento no sentido de que o ISS admite a sua dicotomização em tributo direto ou indireto, dependendo do caso concreto, sendo certo que, quando assume feição de tributo indireto, deve respeitar os requisitos do art. 166, do Código Tributário Nacional.

O mesmo entendimento quanto a dicotomização do tributo em direto e indireto é aplicado pelo Superior Tribunal de Justiça ao IOF para fins de repetição

de indébito. Tais entendimentos com relação ao ISS e IOF vão na contramão do que sugere a Doutrina, que reconhece como tributo indireto apenas o IPI e ICMS.

De qualquer forma, é importante destacar aqui que, relativamente à repetição de indébito de tributo, o fato de o tributo ser considerado indireto é relevante.

No entanto, é de se ressaltar que no caso da transferência do encargo financeiro para o contribuinte de fato, este não terá a sua legitimidade ativa reconhecida para ajuizar ação de repetição de indébito tributário, por não ter pago o tributo devido. Apenas em casos excepcionais, como a repetição do indébito de ICMS cobrado sobre TUSD e TUST é que se reconhece a legitimidade ativa do consumidor final para pleitear a restituição de valores pagos indevidamente. Em outras palavras, a repercussão do encargo financeiro se torna irrelevante quando o pedido de restituição dos valores pagos indevidamente é formulado pelo contribuinte de direito.

Já com relação ao reconhecimento de imunidades subjetivas, o Supremo Tribunal Federal já consolidou entendimento, ao julgar o RE 608.872, em sede de repercussão geral (Tema 342), de que é irrelevante a ocorrência de repercussão do tributo indireto. Veja-se:

A imunidade tributária subjetiva aplica-se a seus beneficiários na posição de contribuinte de direito, mas não na de simples contribuinte de fato, sendo irrelevante para a verificação da existência do beneplácito constitucional a repercussão econômica do tributo envolvido (BRASIL, 2017).

Da mesma forma, caso o consumidor final não pague pela mercadoria adquirida, ainda assim o comerciante vendedor deverá recolher o tributo incidente na operação, revelando-se indiferente o fato de se tratar de um imposto indireto.

Neste sentido, há entendimento do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que a inadimplência tributária é fato indiferente à incidência do ICMS. Veja-se.

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. EXCLUSÃO DO VALOR REFERENTE ÀS VENDAS INADIMPLIDAS DA BASE DE CÁLCULO DO ICMS. IMPOSSIBILIDADE.

1. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC.
2. O STJ sedimentou entendimento no sentido da impossibilidade de dedução da base de cálculo do ICMS de valores referentes a fortuitos inadimplementos contratuais.
3. Agravo Regimental não provido (BRASIL, 2011).

Por outro lado, recentemente, o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o RE 574.706, em sede de repercussão geral (Tema 69), declarou inconstitucional a inclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições ao PIS a Cofins (BRASIL, 2017a).

A partir do julgamento do referido recurso extraordinário, no qual foi reconhecida a relevância da repercussão do encargo financeiro do tributo, pode-se dizer que ressurgiram velhas discussões sobre impostos indiretos, multiplicaram-se teses filhotes sobre a tributação indireta, dentre elas, a tese de que o não recolhimento de ICMS próprio constitui conduta típica do crime de apropriação indébita tributária.

Veja-se, no entanto, que a patologia apontada por Alfredo Augusto Becker provoca muitas dúvidas interpretativas, confundindo contribuintes e, principalmente, a jurisprudência pátria, que vem julgado de acordo com a patologia, ignorando o fenômeno jurídico.

O resultado, conforme se demonstrou linhas acima, é um conjunto de incoerentes sobre a relevância ou não da repercussão do encargo financeiro para o contribuinte de fato, no caso de ditos impostos indiretos. Para facilitar a compreensão dos equívocos interpretativos, veja-se o resumo no quadro abaixo.

Tabela 1: Equívocos interpretativos.

<i>Dúvida interpretativa</i>	<i>Resposta</i>	<i>Relevância da repercussão do encargo financeiro</i>
------------------------------	-----------------	--

O contribuinte de direito poderá repetir o indébito tributário independentemente da demonstração dos requisitos previstos no art. 166, do CTN?	Não	Há
O contribuinte de fato, caso tenha assumido o encargo financeiro de imposto indireto pago indevidamente, poderá pleitear a repetição do indébito tributário?	Não	Não há
Caso um consumidor final seja titular de imunidade subjetiva, poderá ele invocá-la para se eximir da cobrança de tributo indireto?	Não	Não há
Caso o consumidor final não pague pela mercadoria adquirida, o comerciante estará sujeito ao recolhimento do ICMS?	Sim	Não há
O ICMS pode integrar a base de cálculo das contribuições ao PIS e Cofins?	Não	Há

*Fonte:* Elaborada pelo autor com base em pesquisa na doutrina e jurisprudência.

Veja-se, portanto, que a verificação do caráter indireto de um tributo não é a resposta para todas as questões que envolvem contribuinte de fato e contribuinte de direito e, especialmente no que diz respeito à apropriação indébita tributária, a repercussão do encargo financeiro, ainda que jurídica, é absolutamente irrelevante, tendo em vista que, conforme já se demonstrou linhas acima, a correta interpretação dos termos “cobrado” e “descontado” não contempla a simples inclusão do valor correspondente ao tributo no preço exigido pela mercadoria.

Mas não é só. Ainda por outro aspecto o direito tributário deve ser analisado para a correta interpretação da norma jurídica de apropriação indébita tributária. Isso porque, para a adequada construção de sentido da referida norma, é necessário compreender o que significa a expressão “na qualidade de sujeito passivo de obrigação e que deveria recolher aos cofres públicos”.

#### **4 A EXPRESSÃO “NA QUALIDADE DE SUJEITO PASSIVO DE OBRIGAÇÃO” E AS NORMAS DE RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA DE SÓCIOS ADMINISTRADORES.**

Como é sabido, o direito penal não trabalha com a responsabilidade criminal de pessoas jurídicas, exceto no caso de crimes ambientais. Dessa forma, é evidente que o sujeito ativo do crime de apropriação indébita tributária é o próprio empresário ou sócio administrador de sociedade empresária.

Dessa forma, considerando o princípio do direito penal como *ultima ratio*, é importante indagar em quais situações o sócio administrador poderá ser chamado a adimplir obrigação tributária, na qualidade de sujeito passivo.

A responsabilidade de terceiros é disciplinada pelos artigos 134 e 135, do Código Tributário Nacional, e tem grande importância para a compreensão da responsabilidade dos sócios por dívidas tributárias das sociedades empresárias, porque é no art. 135, do Código Tributário Nacional que se encontra prescrito o fundamento de validade para tanto.

Em primeiro lugar, é preciso destacar o caráter sancionatório da responsabilidade de terceiros, o que, conforme já demonstrado linhas acima, afasta a necessidade de ressarcimento do tributo pago pelo responsável como garantia para preservação de sua capacidade contributiva.

Justamente por se tratar de uma norma punitiva, a responsabilidade das pessoas arroladas no art. 135 não pode ocorrer em qualquer caso de inadimplência da obrigação tributária pela sociedade empresária devedora, mas se e somente se o sócio administrador agir com excessos de poderes, ou infração de lei, contrato social ou estatuto.

Neste sentido, veja-se o que ensina Luís Eduardo Schoueri:

Nota-se que a infração de que cogita o dispositivo não há de ser a mera falta de recolhimento de tributo. Claro que não recolher tributo no prazo é uma infração a lei. Entretanto, fosse esse o alcance do art. 135, então não teria sentido o art. 134, que já versa da responsabilização por não recolhimento de tributo. Para que o último dispositivo tenha algum alcance, há de se entender que o art. 135 compreende as infrações a leis não tributárias; e, no que se refere às

infrações a leis tributárias, excetua-se o mero inadimplemento (SHCOUERI, 2011, p. 512).

A lição de Luís Eduardo Schoueri está em conformidade com o entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça, conforme ao que se verifica do enunciado da Súmula 430: “O inadimplemento da obrigação tributária pela sociedade não gera, por si só, a responsabilidade solidária do sócio-gerente” (BRASIL, 2010a).

Portanto, em virtude da separação subjetiva da sociedade empresária e de seus sócios, a pessoa jurídica, com personalidade própria, não se confunde com a pessoas de seus sócios, o que limita a responsabilidade dos sócios e configura norma indutora de condutas criada com o propósito de estimular o empreendedorismo e investimentos em sociedades empresárias.

Neste sentido, veja-se o que ensina Fábio Ulhôa Coelho:

A regra do direito societário é a da irresponsabilidade dos sócios pelas obrigações sociais. Exceções há, contudo, em que os credores da sociedade podem saciar a sede creditícia no patrimônio do sócio. A primeira, referida no item anterior, está relacionada à obrigação dos sócios de prover a sociedade do capital que eles mesmos reputam necessário à realização do objeto social. Assim, subscrito valor superior ao integralizado, a diferença pode ser reclamada dos sócios, para atendimento dos direitos de credores. **O segundo conjunto de exceções, examinado agora, relaciona-se à tutela dos credores que não dispõem, diante da autonomia patrimonial da sociedade limitada, de meios negociais para a preservação de seus interesses. São eles o credor fiscal, a Seguridade Social, o empregado e o titular de direito extracontratual à indenização.**

(...)

Dentre os credores não negociais, o direito positivo cuida apenas do credor tributário. Apenas ele pode invocar, na proteção de seus créditos, tratamento que afaste a regra da limitação da responsabilidade dos sócios, ao total do capital social subscrito e não integralizado. Desta hipótese, contudo, cuida mais adiante, tendo em vista que a imputação de responsabilidade pelas obrigações sociais alcança apenas o sócio que administra a sociedade (Cap. 31, item 3).

Em face da precariedade dos nossos textos legislativos, não se pode afirmar que o direito brasileiro tutele, integral e satisfatoriamente, os credores não negociais da sociedade limitada. Deveria fazê-lo, é certo; mas, atente-se, enquanto não aperfeiçoado o direito positivo, será ineficaz qualquer argumentação no sentido de restringir a separação patrimonial entre sócio e sociedade. Em outros termos, enquanto não dispuser a ordem jurídica brasileira de previsão, excepcionando, especificamente, o tratamento a ser liberado aos direitos de determinado credor não negocial, não podem a tecnologia e o juiz deixar de prestigiar a limitação da responsabilidade dos sócios. Quer dizer, só cabe, por enquanto, considerar como exceções válidas à responsabilização limitada dos sócios, porque previstas em lei, as referentes aos créditos tributários (CTN, art. 135, III)... (Grifo meu. COELHO, 2012, p. 490-492).

Vê-se, assim, que pelo princípio da separação subjetiva entre sociedade empresária e sócios, não há que se falar em responsabilidade de sócios por dívidas das sociedades, salvo em se tratando de sociedades em nome coletivo, sociedade em comandita simples, sociedade em comandita por ações, desconsideração da personalidade jurídica e no caso da aplicação de regras específicas de créditos não negociais, tais como os créditos tributários, cuja responsabilização dos sócios depende do preenchimento dos requisitos do art. 135, quais sejam: excessos de poderes, ou infração de lei, contrato social ou estatuto.

Dessa forma, não havendo sequer responsabilidade tributária do sócio administrador em muitos casos de inadimplemento da obrigação tributária do ICMS próprio, como poderia se admitir a sua responsabilização na esfera criminal?

## 5 CONCLUSÕES

De todo o exposto, está claro que a dúvida interpretativa sobre a apropriação indébita do ICMS próprio decorre da equivocada classificação dos tributos em diretos e indiretos. Verdadeira patologia que, apesar das fortes

denúncias apresentadas por Alfredo Augusto Becker, ainda provoca incoerências e contradições em interpretações jurídicas.

Ademais, como visto acima, mesmo que se reconheça um critério de repercussão jurídica do encargo financeiro do ICMS e IPI, a classificação não deve ser aplicada sem qualquer critério, devendo ser observado, sempre que possível, a condição do contribuinte de direito, sujeito passivo da obrigação tributária sobre quem recai o dever jurídico de pagar o tributo devido.

É possível concluir, também, que as expressões “descontado” e “cobrado” referem-se a critérios de repercussão jurídica do encargo financeiro do tributo em respeito à capacidade contributiva, na restrita hipótese de eleição de terceiro, sem relação pessoal e direta com o fato gerador, para figurar no polo passivo da relação jurídica tributária. Dessa forma, para que os direitos do responsável não sejam atropelados, é necessário que ele tenha à sua disposição o mecanismo do reembolso “cobrança” ou retenção “desconto”.

Relativamente à expressão “na qualidade de sujeito passivo de obrigação”, o direito tributário não atribui responsabilidade tributária ao sócio administrador diante do simples inadimplemento da obrigação tributária, conforme entendimento consolidado e sumulado pela 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça.

Assim, com base no princípio da intervenção mínima do direito penal, não há como defender a existência de responsabilidade penal quando não há sequer responsabilidade tributária do sócio administrador.

Está-se, portanto, diante de hipótese de prisão por dívida, o que é vedado pelo art. 5º, LXVII, com exceção de casos de inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia. Diz-se prisão por dívida, porque o que se pretende com o reconhecimento da apropriação indébita tributária do ICMS próprio, diferentemente do que ocorre em casos de sonegação, é a responsabilização do contribuinte que dá o devido destaque o ICMS na nota fiscal e procede à consequente confissão de dívida mediante lançamento por homologação.

Desnecessário dizer que o próprio direito tributário assegura garantias e privilégios ao crédito tributário já constituído pela confissão de dívida, que pode e deve ser inscrito em dívida ativa e cobrado mediante ajuizamento de execução

fiscal, pela qual se dará a execução forçada do patrimônio do devedor e, se necessário, o redirecionamento da execução contra a pessoa dos sócios.

## REFERÊNCIAS

BALEEIRO, Aliomar. **Direito tributário brasileiro**. 11 ed. Atualizada por Misabel Abreu Machado Derzi. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

BRASIL. **Lei Ordinária nº 8.137**, de 27 de dezembro de 1990. Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 dez. 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8137.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8137.htm) . Acesso em: 13 outubro 2019.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **AgRg no Ag 1340862**. Segunda Turma. Rel. Min. Herman Benjamin, 04 fev. 2011. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1020965&num\\_registro=201001446220&data=20110204&formato=PDF](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1020965&num_registro=201001446220&data=20110204&formato=PDF)> acesso em 09 jul. 2020.

BRASIL. *Habeas Corpus* nº 399.109, Superior Tribunal de Justiça. Primeira Seção. Relator: Ministro Rogerio Schietti Cruz. Brasília, DF, 31 ago. 2018. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num\\_registro=201701067980&dt\\_publicacao=31/08/2018](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201701067980&dt_publicacao=31/08/2018)>. Acesso em 20 set. 2019.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 1131476**. Primeira Seção. Rel. Min. Luiz Fux. Brasília, 01 fev. 2010. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=934842&num\\_registro=200900593473&data=20100201&formato=PDF](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=934842&num_registro=200900593473&data=20100201&formato=PDF)> acesso em 14 out. 2019.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Súmula 430/STJ. In: **Súmulas**. Primeira Seção. Brasília, 24 mar. 2010a. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/docs\\_internet/revista/electronica/stj-revista-sumulas-2014\\_41\\_capSumula430.pdf](https://ww2.stj.jus.br/docs_internet/revista/electronica/stj-revista-sumulas-2014_41_capSumula430.pdf)>, acesso em 14 out. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Súmulas**. Brasília, 12 dez. 1969. Disponível em: <

<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menuSumarioSumulas.asp?sumula=2210>> acesso em 14 out. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **RE 574.706**. Tribunal Pleno. Rel. Min. Carmen Lúcia. Brasília, 02 out. 2017a. Disponível em: <  
<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=13709550>>  
acesso em 9 jul. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **RE 608.872**. Tribunal Pleno. Rel. Min. Dias Toffoli. Brasília, 23 fev. 2017. Disponível em: <  
<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=13686215>>  
acesso em 9 jul. 2020.

BRAZ, Jacqueline Mayer da Costa Ude. **Substituição tributário no ICMS: construção de sentido e aplicação**. São Paulo: Noeses, 2020.

CARRAZZA, Roque Antonio. **ICMS**. São Paulo: Malheiros Editores, 2012., p. 375.

CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de Direito Tributário**. 22 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial**. Vol. 2. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

FERNANDES, Edison Carlos; MARTINS, Ives Gandra da Silva. **Não-cumulatividade do PIS e da COFINS: implicações contábil, societária e fiscal**. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

FERRAGUT, Maria Rita. **Responsabilidade Tributária e o Código Civil de 2002**. 2 ed. São Paulo: Noeses, 2009.

MACHADO, Hugo de Brito. **Crimes contra a ordem tributária**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MACHADO, Hugo de Brito. **Repetição do Tributo Indireto: Incoerência e Contradições**. São Paulo: Malheiros Editores, 2011.

MINATEL, Andréa Medrado Darzé. **Restituição do indébito tributário: legitimidade ativa nas incidências indiretas**. São Paulo: Noeses, 2015. p.229.

SHCOUERI, Luís Eduardo. **Direito Tributário**. São Paulo: Saraiva, 2011.

## O DESENVOLVIMENTO DA IDENTIDADE NA TEORIA DE CIAMPA COM AS MULHERES DO CRAS DA CIDADE DE UNIÃO DA VITÓRIA – PR

Maria Eduarda Cecchin<sup>1</sup>  
Amália Beatriz Dias Mascarenhas<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente artigo é resultado de um trabalho de intervenção realizado no CRAS da cidade de União da Vitória – PR, mais especificamente em um grupo de convivência composto por mulheres em situação de vulnerabilidade social. Seu objetivo foi a aplicação de uma atividade que pudesse ajudar a construir e solidificar a identidade das participantes. Levando em consideração a teoria das Representações Sociais de Moscovici, qual conceitua estas como o senso comum na visão da sociedade e a teoria da Identidade por Ciampa definida como metamorfose por estar em constante mudança em busca da emancipação, foi construída e realizada a atividade denominada “quem sou eu?”. Esta foi dividida em três momentos, onde no primeiro as mulheres deveriam falar quem elas eram, então, no segundo momento os nomes foram sorteados e elas falaram sobre aquela mulher que pegaram no papel e, por fim, se reapresentaram, falando uma qualidade e um sonho pessoal. A intervenção foi proveitosa, dando a possibilidade de trabalhar a identidade de cada uma do grupo, podendo resgatar a identidade que poderia estar esquecida ou apagada, já que na primeira apresentação falaram apenas sua idade, seu trabalho e questões familiares, já na reapresentação foi notório o aumento do número de mulheres que falaram um elogio para si mesma, assim como comentaram sobre um sonho pessoal. Dessa maneira, a intervenção pode dar assistência para a metamorfose de Ciampa, auxiliando no processo de emancipação, pois fez as mulheres refletirem sobre quem elas realmente são, não se limitando a questões como trabalho e família, mas expandindo suas ideias de identidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** IDENTIDADE, REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, METAMORFOSE.

**ABSTRACT:** The present article is the result of an intervention work accomplished in the CRAS of the city of União da Vitória – PR, more specifically in a peer group of women in a situation of social vulnerability. It aimed to make an activity that could help to build and solidify the identity of the group members. Considering the Social Representations theory by Moscovici, which defines these as the common sense by the point of view of society and the Identity theory by Ciampa, that establishes the identity as a metamorphosis in a constant change, aiming for the emancipation. The activity “who am I?” was build and performed. The activity was separated in three different moments, in the first one the women were supposed to say who they are, then, in the second moment the names were drawn and they spoke about the woman whose name was on the paper, and, in the end, they had to introduce themselves again, saying a good thing about themselves and a personal dream they had. The intervention was very successful, giving the possibility to work the identity of each one in the group, in which they could recue the identity that may be forgotten or erased, because in the first moment, they said how old they were, their jobs and things about their families and in the end, it was noticeable the raise of the number of women who said a good thing about themselves and talked about a personal dream. In this way, the intervention could give the assistance to the Ciampa’s metamorphosis, supporting the emancipation process, since it made the women think about who they really are, not limiting to work and Family, but expanding their ideas about the identity.

**KEY-WORDS:** IDENTITY, SOCIAL REPRESENTATIONS, METAMORPHOSIS.

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário do Vale do Iguaçu – Uniguauçu. – União da Vitória/PR. psi-mariacecchin@uniguacu.edu.br.

<sup>2</sup> Psicóloga Clínica, Mestre em Psicologia Forense (UTP). Docente do Centro Universitário do Vale do Iguaçu – Uniguauçu – União da Vitória/PR. psi\_amalia@uniguacu.edu.br

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo faz parte do Estágio Básico III, do curso de Psicologia do Centro Universitário do Vale do Iguaçu. O mesmo foi realizado no CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) situado na cidade de União da Vitória – PR em um grupo de convivência do PAIF (Proteção e Atendimento Integral a Família), composto por mulheres em situação de vulnerabilidade social.

Diante disso, o objetivo do mesmo se caracteriza pela aplicação de uma atividade que possa contribuir para a construção e solidificação da identidade das mulheres frequentadoras do CRAS, tendo em vista que esta pode estar fragilizada ou até mesmo limitada, onde as participantes podem se identificar como “mulheres”, “mães” ou até mesmo “desempregadas”.

A atividade proposta se justifica pela importância que a identidade possui na existência do indivíduo e no reconhecimento do eu, assim como a sua construção e manifestação perante a sociedade. Dessa maneira, é um assunto de grande valor, levando em conta a subjetividade e individualidade do sujeito.

Dessa forma, o trabalho irá se dividir em três partes, a primeira é o desenvolvimento, qual irá falar sobre a conceituação de identidade e a importância da mesma. A segunda parte é constituída pelo método, que irá detalhar o local de estágio e a atividade realizada. Finalmente, a terceira e última parte é composta pelos resultados obtidos, juntamente com a discussão dos mesmos realizada com aporte científico.

## 2 DESENVOLVIMENTO

O CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) faz parte do programa de Proteção Social Básica (PSD), onde o enfoque do seu trabalho é em relação aos indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade social, quais têm maior probabilidade de terem seus direitos sociais e pessoais violados. (SOUZA, 2011)

Levando isso em consideração, deve-se ter a compreensão de que as mulheres que participam do grupo do CRAS estão nessa situação vulnerável,

condição esta que é definida pelo Ministério do Desenvolvimento Social (2004) como decorrência da pobreza, onde os indivíduos possuem renda precária ou nula. A vulnerabilidade social também diz respeito a fragilização de vínculos afetivos, onde os indivíduos têm grandes chances de serem alvos de discriminação.

A partir dessa demanda, essas mulheres participam de um grupo de convivência do PAIF (Programa de Apoio Integral a Família), este programa tem o objetivo de fortalecer o vínculo familiar, promovendo a proteção e o afeto dentro e fora do núcleo das famílias que dali fazem parte. (Ministério do Desenvolvimento Social, 2009)

Por se tratar de um grupo definido de mulheres em situação de vulnerabilidade social, essa definição e delimitação acaba sendo uma maneira de reconhecimento dessas mulheres perante os grupos que estão inseridas e até mesmo a sociedade no geral. Essa definição é correspondente à Teoria de Representações Sociais (TRS) da psicologia social. (MOSCOVICI, 2011)

Partindo da conceituação de Moscovici (2011) as Representações Sociais são conceitos e explicações originados no cotidiano, podendo ser vistas como o atual senso comum. O autor ainda cita que elas se caracterizam como um fenômeno e devem ser vistas como uma maneira de compreensão e comunicação daquilo que já é conhecido socialmente.

De acordo com Arruda (2002), essa conceituação compreende uma maneira de trabalhar com o pensamento social, considerando que este é dinâmico e diversificado. Além disso, parte da premissa que existem diferentes fontes de conhecimento e comunicação coletiva, que moldam o pensamento individual.

As representações sociais dispõem a capacidade de agregar à identidade de um sujeito, onde este se relaciona com outras pessoas e conseqüentemente, essas pessoas possuem uma ideia – ou até mesmo um conceito – sobre a outra, onde um único indivíduo é constituído de diversas representações ao longo de sua história de vida. (CIAMPA, 1989)

Sendo assim, além das participantes do grupo do CRAS possuírem uma representação social acerca de sua condição socioeconômica, cada uma possui uma identidade única, complexa e subjetiva. Portanto de acordo com Jacques

(2016), pode-se dizer que a representação auxilia na formação da identidade de cada participante do grupo, podendo o fazer de uma maneira positiva ou negativa.

Conforme Jacques (2016), a identidade é formada a partir das representações juntamente com a resposta para a pergunta “quem sou eu?”. Sendo assim, há uma conexão entre a identidade que é concedida a partir do outro pela representação, juntamente com as ações do sujeito em determinadas situações e relações.

Como a construção da identidade ocorre socialmente, Laurenti e Barros (2000) a associam como uma forma de individualidade sócio histórica, na qual o contexto social em que o sujeito se encontra fornece modos e alternativas de identidade. Desse modo, “identidade” é uma maneira de expressar a singularidade pessoal construída pela relação com outras pessoas.

Considerando isso, o indivíduo pode ser conceituado como um personagem construído por si mesmo. Lara Junior e Lara (2017) afirmam que, assim como precisa-se de personagens para contar uma história, o sujeito em sua vivência é um personagem de sua própria história, enquanto os outros também o são. Um só sujeito pode viver vários papéis, dependendo do contexto que está inserido.

Em conformidade com essas concepções, a identidade não é caracterizada por algo imutável, mas um processo contínuo de constante construção do papel social do sujeito, particularizado como uma metamorfose, tendo o objetivo de alcançar a emancipação. (CIAMPA, 1987)

Jacques (2016) afirma que esse conceito não deve se limitar apenas como a ideia de autoconsciência e/ou autoimagem, pois identidade é mais profundo, sendo um ponto de referência que gera o conceito e a imagem de si mesmo. Apontando isso e a conceituação de Ciampa (1989), o sujeito não é, mas vai sendo construído, como se fosse uma ação, um verbo.

É esse “sendo” que caracteriza a identidade como constante metamorfose – assim como citado por Ciampa (1987). O princípio de metamorfose surge da premissa que o sujeito nunca continua sendo o mesmo durante toda sua vida e que mudanças devem acontecer, como novos sonhos, visões, projetos,

maneiras de agir, entre outros. Essas mudanças possuem um objetivo em comum a todos os sujeitos: a emancipação.

A emancipação decorrente da metamorfose confronta questões ligadas a exploração social presente no sistema capitalista de níveis sociais, qual pode possuir um poder de dominação sobre aqueles que se mostram mais vulneráveis. Dessa maneira, o processo emancipatório busca a autonomia e conhecimento pessoal, buscando que o sujeito se reconheça como subjetivo e digno de respeito. (ALMEIDA, 2017)

Almeida (2017) considera que a metamorfose emancipatória é um processo de consumação do sujeito humano, gerando mudanças na visão pessoal do sujeito sobre si mesmo, conseqüentemente, mudando sua percepção de mundo e acrescentando à sua própria identidade (ou identidades) e finalmente modificando o significado das suas relações interpessoais.

### 3 MÉTODO

O método no presente trabalho irá se dividir em três partes. A primeira, falará sobre o local de estágio e as atividades que ali são realizadas. A segunda parte se caracteriza pela descrição da atividade proposta e aplicada pela acadêmica, com todos os procedimentos e etapas. Por fim, na terceira e última parte, irão ser retratados os procedimentos que a estagiária realizou, desde a chegada no local de estágio até, finalmente, a aplicação da intervenção proposta.

#### 3.1 LOCAL DE ESTÁGIO

O local onde o estágio foi realizado é um CRAS situado na cidade de União da Vitória. O espaço conta com uma cozinha, um banheiro masculino, um banheiro feminino – que está interditado –, uma sala para a coordenadora, duas salas para as assistentes sociais, uma sala para a psicóloga, uma sala para o pedagogo e a recepção.

Há uma sala ampla para as reuniões dos grupos de convivência, e é nessa sala em que o grupo do PAIF faz seus encontros e suas atividades. A sala de reunião conta com cadeiras e mesas de plástico. As paredes das salas do local

em questão são enfeitadas com recortes, cartazes e colagens realizadas nos grupos, além disso, folhas de sulfite com avisos também são coladas nas paredes.

No presente momento do segundo semestre do ano de 2019, está sendo realizado o grupo de convivência das mulheres, com uma média de 50 participantes nos períodos matutino e vespertino, há um grupo recreativo com 15 crianças, o grupo de convivência de idosos com um total de 25 participantes, o programa Jovem Aprendiz com 20 adolescentes e as aulas de violão com 15 alunos no total.

### 3.2 PROCEDIMENTOS

As observações no CRAS iniciaram no primeiro semestre do ano de 2019, com o Estágio Básico II, no dia 19 de fevereiro do mesmo ano. O comparecimento aos encontros no grupo do PAIF continuou ocorrendo mesmo após o término do semestre, pois a psicóloga responsável pelo grupo necessitava de um estagiário voluntário para eventuais auxílios no grupo.

Para o segundo semestre de 2019 e realização do Estágio Básico III, foi optado continuar no mesmo grupo, por conta do conhecimento da dinâmica grupal e dos participantes. Para isso, houve um encontro com a psicóloga no dia 06 de agosto para formalizar o novo estágio com conversa formal e apresentação das atividades que deveriam ser realizadas.

O Termo de Ciência e Comprometimento foi assinado pela coordenadora do CRAS no dia 13 de agosto de 2019 e foi dado início nas observações no dia 27 de agosto, sendo seguida por cinco observações. Em 15 de outubro foi feita a divulgação da atividade, onde um folder sobre a mesma foi colado na recepção do local. Finalmente, na manhã do dia 22 de outubro de 2019, a intervenção denominada “Quem sou eu?” foi realizada, dando o encerramento das atividades em campo.

### 3.3 ATIVIDADE PROPOSTA

A atividade é denominada “Quem sou eu?” e foi desenvolvida pela primeira autora, acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário do Vale do Iguaçu – Uniguauçu. Esta se caracteriza como Atividade Interpretativa, visto que, conforme Zimerman (2000), a mesma partiu de uma tese inicial (primeira resposta das mulheres), seguido de uma antítese (momento de reflexão), que gerou uma síntese (nova resposta para a mesma pergunta).

Para a realização da atividade, estiveram presentes 14 mulheres, no entanto, a atividade não possuiu um número máximo de membros. O material necessário foram cadeiras para as integrantes se sentarem em círculo, papel sulfite e caneta para escrever os nomes das mulheres e uma caixa para o sorteio. O tempo para a realização foi de uma hora e quinze minutos.

Antes do início da atividade, todas as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) para que se possa ter a confirmação de que todas estavam de acordo com a participação na atividade e na divulgação dos dados colhidos e apresentados neste artigo.

A atividade se iniciou com as mulheres sentadas em seus respectivos lugares, dessa maneira elas deveriam responder à pergunta: “quem sou eu?”, sendo esta a tese inicial. Suas respostas foram em voz alta e respondidas da maneira que desejaram, contanto que falassem quem elas são. Para que todas participassem, o círculo de respostas seguiu o sentido horário e nenhuma mulher ficou sem responder.

Após esse momento, a estagiária escreveu em uma folha de sulfite o nome de todas ali presentes, estes foram recortados e dobrados, sendo posteriormente colocados em uma caixinha para o sorteio. A caixa então, passou de mão em mão pelo círculo e as mulheres pegaram um papel com o nome de alguma participante.

Foi importante que nenhuma estivesse com o seu próprio nome, pois foi nesse momento em que elas deveriam abrir o papel e ler o nome que estava escrito – podendo ser auxiliadas para saberem qual nome pegaram. Logo, falaram o que achavam daquela mulher, falando uma qualidade que a mesma emana.

Quando essa etapa se encerrou, houve um momento de reflexão e interpretação, sendo este a antítese. Segundo Zimerman (2000) a interpretação

é um instrumento que pode ser considerado como fundamental, podendo instigar reflexões sobre si mesmo, assim como clareamento de ideias, novas percepções, significações sobre o tema proposto e novas experiências emocionais.

Nesse momento reflexivo e interpretativo, foi exposto que a identidade pode ir muito além do que foi dito, dando uma explicação do que é ser e ter uma identidade única, mostrando a subjetividade de cada um. O objetivo dessa fala foi que as participantes puderam pensar em si mesmas, de uma maneira diferente da usual, se aprofundando em suas identidades e trazendo isso para o aqui-agora.

Por fim, no momento de síntese, as mulheres deveriam expor o que elas realmente são, com seus desejos, sonhos e motivações, tendo entendido que tudo isso compõe a identidade pessoal de cada uma, e isso que nos faz diferentes e individuais. Para isso, elas deveriam se reapresentar para o grupo, expondo as novas concepções sobre si mesmas. Finalmente, terão refletido e expandido seus conhecimentos pessoais e possivelmente lembrando – ou conhecendo – quem são.

Os resultados foram mensurados com as respostas das mulheres de quem são na primeira vez, e comparados com a última resposta que ocorreu após a contribuição do grupo e a reflexão feita em conjunto. Dessa maneira, se mostrou necessário uma ajuda de duas voluntárias para anotações das respostas em uma folha de papel.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A atividade teve início às 09:00 do dia 22 de outubro de 2019, se encerrando às 10:15, sendo assim, teve uma hora e quinze minutos de duração considerando a apresentação, o desenvolvimento da atividade e a conclusão da mesma. Ao todo 15 mulheres participaram do grupo, assim como a psicóloga coordenadora que se mostrou interessada na atividade.

Quando a atividade se iniciou e as mulheres tiveram que se apresentar pela primeira vez, grande maioria falava sua idade, quantos filhos tinha e qual era a sua profissão. Quando se fala de dados completos, 10 mulheres falaram

suas idades, 11 falaram quantos filhos tinham e 9 falaram as suas profissões, assim como as aposentadas e as donas de casa.

Isso mostra o seu papel perante a sociedade, onde as mulheres se declararam empregadas ou não, mães ou não. Dessa maneira, ao invés de estarem falando da sua identidade, estão citando a sua própria representação social. Ciampa (1983) apud. Kimura (1997) afirma que isso ocorre pelo fato de que a representação social pode dar a ideia de identidade, visto que aquela é construída socialmente, assim como o sujeito.

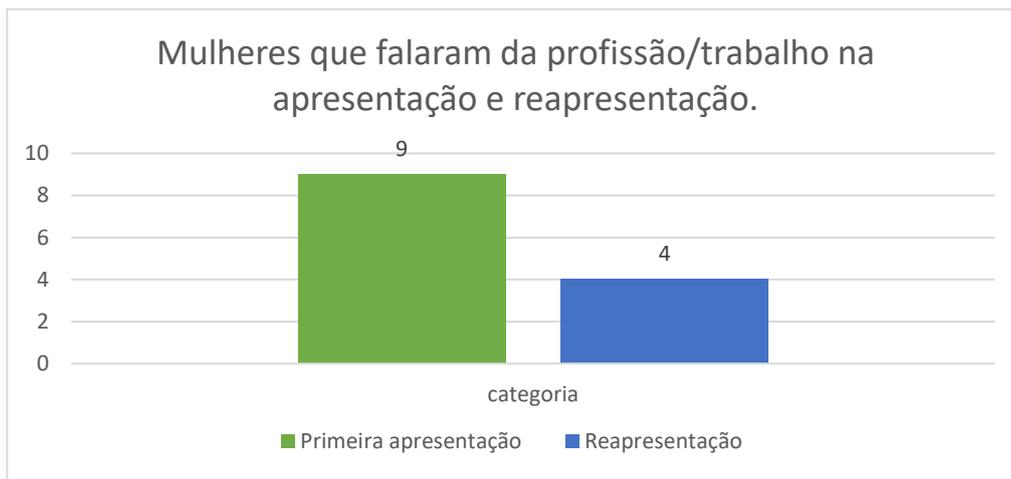
Dando sequência a atividade, ocorreu o sorteio dos nomes e as participantes deveriam falar sobre a mulher que pegaram o nome escrito no papel. Foi um momento interessante, onde algumas afirmaram que receberam elogios que não esperavam. Até aquelas que não conheciam muito a outra falavam o que pensavam desta, sempre de uma maneira cordial.

Nesse momento, ainda não se tinha chegado no assunto identidade, no entanto, as mulheres se encontraram no processo, percebendo quem elas são pelos olhos dos outros. De acordo com Wachelke e Camargo (2007), a representação social – ou seja, a visão do outro – não determina a identidade pessoal, no entanto, serve como um ponto de partida para a construção da mesma, e é a partir desse momento em que a identidade em si começou a ser explorada.

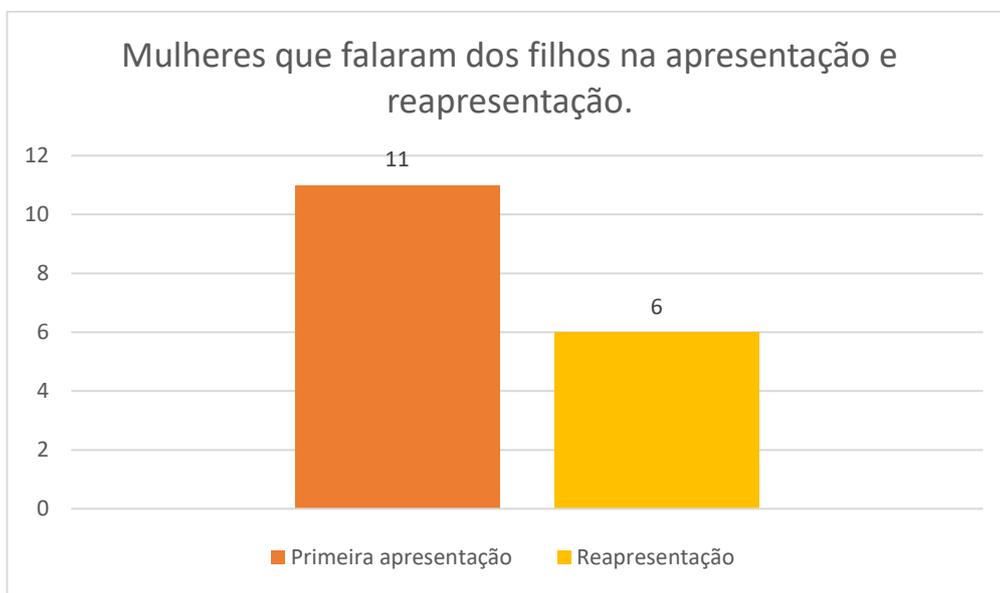
No momento seguinte foi realizada uma reflexão sobre o “eu”, explicando o que é identidade e, conseqüentemente, fomentando uma reflexão. Por fim, no último momento, as mulheres deveriam se rerepresentar, relatando quem elas acham que são, ou seja, qual é a visão delas sobre o seu “eu”. Outro requisito era falar sobre os sonhos que tinham – levando em consideração que isto faz parte da identidade (CIAMPA, 1987) –, além de um elogio delas para elas mesmas.

Esse foi o instante em que as mulheres focaram nelas, diminuindo a frequência com que falavam sobre os seus trabalhos e os seus filhos e/ou família como um todo. Ao invés disso, falaram sobre si mesmas, explorando a sua identidade com a sua própria visão, comentando o que pensam sobre o seu eu.

Estes dados estão apresentados nos gráficos a seguir:

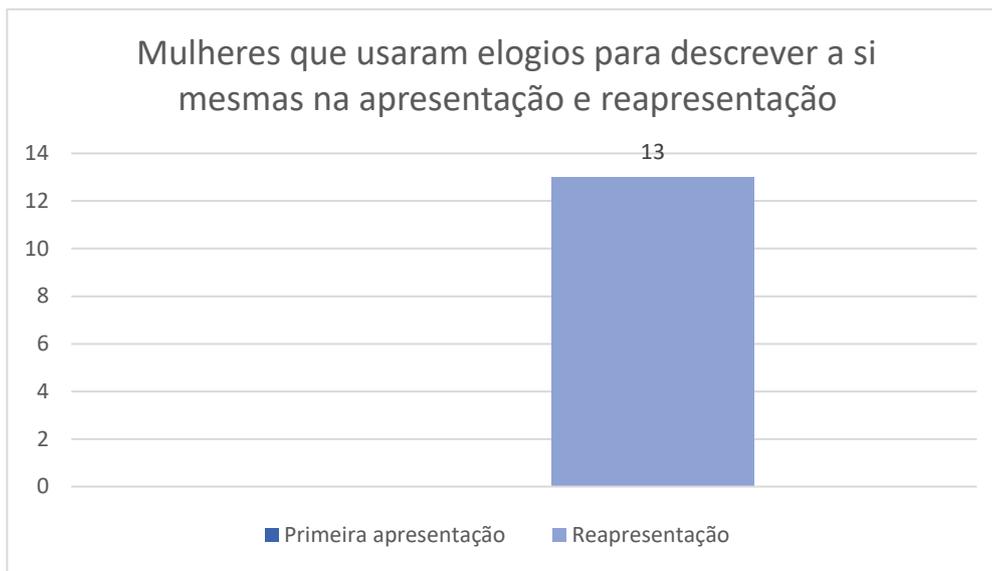


Fonte: As Autoras, 2019.



Fonte: As Autoras, 2019.

Muitas falaram sobre suas histórias, identificando o seu processo de metamorfose ao longo da vida. É notório o aumento das mulheres que se reapresentaram de uma maneira mais “gentil” consigo mesmas. Na primeira apresentação, nenhuma delas sequer disse uma qualidade ou até mesmo defeito seu, se limitando aos três eixos citados anteriormente. Entretanto, na hora da reapresentação, essa taxa cresceu para 13 mulheres comentando alguma coisa sobre si ou se dando um elogio.



Fonte: As Autoras, 2019.

Seis participantes comentaram que se consideram guerreiras e batalhadoras por conta de tudo que passaram e ainda passam, outros elogios que as mulheres deram a si mesmas foram “independente”, “boazinha” e “querida”. Isso deixou evidente a autoimagem que possuem, que muitas vezes é apagada ou deixada de lado.

Quando falavam de seus sonhos, a maioria mostrou ter a esperança de um futuro melhor. Seus desejos eram diversificados, onde quatro comentaram que sonhavam em ter uma casa, outras falavam que queriam um emprego para ter melhores condições de vida e outras incluíram os filhos e a família nos seus sonhos, não se mostrando tão pessoais assim.

Esse processo de autoconhecimento faz o indivíduo sentir que age sobre a sua própria história e processo emancipatório (KIMURA, 1997). Enquanto as mulheres se elogiavam, estavam falando quem elas eram. Quando comentavam sobre os seus sonhos, deixaram claro que são protagonistas de suas vidas e estão em constante processo de metamorfose e buscam pela emancipação.

Algumas delas não quiseram se elogiar ou falar algo sobre si, chegando a falar que “não tem nada bom” (SIC). Duas mulheres se retiraram da sala durante a reapresentação, como em esquiva para não precisar participar desse momento. Quando retornaram à sala, foram questionadas se queriam participar da atividade, ambas disseram que não.

## 5 CONCLUSÃO

Essa atividade propôs um momento de reflexão sobre si mesmo, se mostrando efetiva pela mudança qualitativa e quantitativa das respostas de apresentação e reapresentação das mulheres, quais foram apresentadas anteriormente. Evidenciando que a maioria começou a falar bem sobre si mesma, deixando claro a noção do eu que tinham sobre elas.

Isso é capaz de exibir como boa parte dessas participantes poderia estar com a identidade apagada ou até mesmo esquecida, por conta de, no momento inicial, se limitarem aos seus trabalhos e às suas famílias. Este pode ser o resultado da possibilidade de sempre deixarem aquelas variáveis em primeiro lugar, se doando à família e ao emprego, deixando si mesmas em segundo plano na situação cotidiana em que estão inclusas.

A atividade deixou nítido que a identidade das mulheres pode – na maioria dos casos – ser resgatada, onde grande parte das participantes conseguiu expor quem elas são e as perspectivas para o futuro. Dessa maneira, a intervenção pôde auxiliar na constante metamorfose do eu, dando a possível assistência para que as mulheres lembrem quem são e quais são os seus sonhos, fomentando a emancipação que Ciampa propunha.

No entanto, houve a limitação das participantes que preferiram não participar da atividade, onde as mesmas saíram da sala e voltaram no final da intervenção. Entretanto, apesar disso, foi respeitada a intenção das mulheres da não participação no grupo, levando em consideração que poderiam estar desconfortáveis ou sem ânimo de compartilhar a sua autoimagem.

Por conta do êxito e da limitação da atividade, indica-se que sejam realizadas esporadicamente dinâmicas ou rodas de conversa que ajudem a fortalecer a identidade daquelas mulheres que participaram da intervenção, assim como dar outras oportunidades para aquelas que preferiram não participar, podendo ter outra chance de se sentirem as protagonistas de suas próprias histórias.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. A. M. **Identidade e emancipação**. Psicologia Social, vol. 29. Belo Horizonte, 2017.

ARRUDA, A. **Teoria das Representações Sociais e Teorias de Gênero**. Cadernos de Pesquisa, n. 117, p. 127-147, novembro/2002.

CIAMPA, A. da C. **A Estória do Severino e a História da Severina: um ensaio de psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CIAMPA, A. da C. Identidade. In: W. Codo & S. T. M Lane (Orgs.). **Psicologia social: o homem em movimento**. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

JACQUES, M. G. C. et. al. **Psicologia Social Contemporânea**. 21 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2016.

KIMURA, A. F. **A construção da personagem mãe: considerações teóricas sobre identidade e papel materno**. Rev. esc. enferm. USP vol.31 no.2 São Paulo ago. 1997.

LARA JUNIOR, N., LARA, A. P. S. **Identidade: colonização do mundo da vida e os desafios para a emancipação**. Revista Psicologia & Sociedade, vol 29. 2017.

LAURENTI, C. BARROS, M. N. F. **Identidade: questões conceituais e contextuais**. Revista de Psicologia Social e Institucional, vol. 2, junho/2000.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas – Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**. Brasília, DF, 2009.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004**. Brasília, DF, 2004.

MIRANDA, S. F. **Identidade sob a perspectiva da psicologia social crítica: revisitando os caminhos da edificação de uma teoria**. Revista de Psicologia, Fortaleza, v. 5 - n. 2, p. 124-137, jul./dez. 2014.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 8 ed. Petrópolis, Vozes, 2011.

SOUZA, L. P. **Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Paraná: limites e possibilidades**. Cad. IPARDES. Curitiba, PR, eISSN 2236-8248, v.1, n.1, p. 66-81, jan./jun. 2011.

WACHELKE, J. F. R., CAMARGO, B. V. **Representações sociais, representações individuais e comportamento**. Interam. j. psychol. [online], vol. 41, n.3, pp. 379-390, 2007.

ZIMERMAN, D. E. **Fundamentos básicos das grupoterapias.** ed.2. Porto Alegre, Artmed, 2000.

## O RELAXAMENTO ATRAVÉS DE IMAGENS DA MENTE

Aline Castro de Paula<sup>1</sup>  
Natalie de Castro Almeida<sup>2</sup>

**RESUMO:** O Grupo de Idosos do CRAS de São João do Triunfo é frequentado por mulheres e homens, as reuniões tem por objetivo proporcionar qualidade de vida aos idosos, através de momentos de convivência harmoniosa, com troca de experiências e empoderamento desses sujeitos. Através das observações pode se notar que o grupo necessita de uma melhor qualidade de vida onde através da técnica de relaxamento pode se obter uma melhora, a técnica de relaxamento e visualização tem o objetivo de ajudar a pessoa a gerir e reduzir o seu estresse, ela ativa os sentidos de cada pessoa essa atividade poderá influenciar em seus aspectos psicológicos e emocionais, onde se une o relaxamento da mente e do corpo através da música e da respiração trazendo uma harmonia entre corpo e mente. O relaxamento foi aplicado em dois grupos de idosos os quais eram denominados como grupo amarelo e grupo verde, nos dois grupos foi possível alcançar o objetivo de ajudar os idosos a gerir e reduzir o seu estresse naquele dia, foi através do relaxamento que conseguimos ativar os sentidos de cada idoso, conseguimos observar a descontração dos músculos durante o relaxamento e a respiração mais tranquila.

Palavras chave: Relaxamento. Mente. Idosos. Corpo. CRAS.

**ABSTRACT:** The São João do Triunfo CRAS's Elderly Group is attended by women and men, the meetings aim to provide the elderly with quality of life through moments of harmonious interaction, with experiences exchanging and empowerment of these subjects. From the observations it can be noted that the group needs a better quality of life, where through the relaxation technique it can be improved, the relaxation and visualization technique aims to help the person to manage and reduce their stress, activating each person's senses this activity may influence their psychological and emotional aspects, where the relaxation of mind and body through music and breathing is brought together bringing harmony between body and mind. Relaxation was applied to two groups of the elderly, which were called the yellow group and the green group. In both groups it was possible to reach the goal of helping the elderly to manage and reduce their stress that day. senses of each elderly, we can observe the relaxation of the muscles during relaxation and quiet breathing.

Key-words: Relaxation. Mind. Elderly. Body. CRAS.

### 1 INTRODUÇÃO

Através de observações feitas nos Grupos de Idosos do CRAS de São João do Triunfo pode se notar que o grupo necessitava de uma melhor em sua qualidade de vida onde através da técnica de relaxamento pode se obter uma melhora, através disso foi desenvolvida a proposta de intervenção para o Estágio Básico III, escolhemos a técnica de relaxamento através de imagens da mente, onde se une o relaxamento da mente e do corpo através da música e da respiração trazendo uma harmonia entre corpo e mente.

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Iguaçu – Uniguauçu, União da Vitória/PR. [psilinepaula@uniguacu.edu.br](mailto:psilinepaula@uniguacu.edu.br)

<sup>2</sup> Psicóloga, Perita em Psicologia do Trânsito, Pós-graduada em Psicologia do Trânsito e Especialista em Neuropsicologia. Professora no Colegiado de Psicologia do Centro Universitário Vale do Iguaçu - UNIGUAÇU, União da Vitória/PR. [prof\\_natalie@uniguacu.edu.br](mailto:prof_natalie@uniguacu.edu.br)

O relaxamento e a visualização tem o objetivo ajudar a pessoa a gerir e reduzir o seu estresse, é através dela que o psicólogo ativa os sentidos de cada pessoa (visão, audição, olfato, paladar e tato) como comunicação com o próprio corpo, está comunicação proporciona a percepção, emoção e mudança corporal do indivíduo. A técnica de relaxamento foi aplicada em dois Grupos de Idosos do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) de São João do Trinfo, através dessa técnica busca se obter uma boa qualidade de vida, pois ela vai proporcionar ao idoso um envelhecimento mais saudável e feliz.

Através dela os idosos tiveram um momento de calma que os faça incentivar a sua imaginação, diminuir a ansiedade, assim obter um momento só deles onde podem esquecer dos problemas do cotidiano, trazendo um ambiente de reflexão e tranquilidade que as faça refletir sobre si mesmos, fazendo os pensar sobre suas vidas seus relacionamentos e o que os traz tranquilidade em suas vidas. Através da técnica pretendemos proporcionar um momento onde se haja uma redução de estresse, redução do estímulo do ambiente, aumento da concentração, redução muscular e um aumento da atenção e da flexibilidade cognitiva, pois é através do relaxamento que conseguimos unir o corpo e a mente.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

O relaxamento é considerado como uma técnica comportamental para a redução do estresse baseia-se na busca do organismo em retornar ao seu estado natural. É comum a todos nós que, durante a ocorrência de situações estressoras, sejam desenvolvidos pensamentos automáticos disfuncionais, do tipo catastrofização, pensamento do tudo ou nada, generalização, previsão do futuro, etc. Desta maneira, é possível que a aprendizagem e a utilização do relaxamento, em conjunto com a abordagem da TCC, possibilitem a promoção de reestruturação cognitiva e ampliação dos recursos para as situações estressoras, tanto no âmbito da intervenção, ou seja, para a diminuição das tensões, como nos aspectos de prevenção e promoção do bem-estar. (MARQUES; DELFINO, 2016)

A tensão e o relaxamento são estados do corpo que correspondem a duas partes do sistema nervoso autônomo. O treinamento em relaxamento supõe a

simples questão de que não é possível estar tenso e relaxado ao mesmo tempo, e, dependendo do tipo de ansiedade e estresse, é possível que somente determinados grupos de músculos se tensionem. Segundo Neves 2011 citado por Marques e Delfino, o relaxamento contribui para a redução do estímulo do ambiente, aumento da concentração, redução da frequência cardíaca e arterial, redução muscular, aumento da atenção e aumento da flexibilidade cognitiva. (RODRIGES; ANDRETTA; 2015)

Reich em seus estudos pode perceber que qualquer mudança no corpo era sentida também na mente tal consequência era ligada ao movimento plasmático do organismo, ou seja na energia do indivíduo. É como um ligamento que comunica o corpo para mente e a mente para o corpo sem deixar de lado a energia, as sensações e por consequência as emoções. Para Reich estamos sempre em uma ligação com a natureza e com tudo que a envolve, assim formamos nosso campo de energia, essa energia estará presente no corpo e no movimento afetivo do sujeito e em suas relações. (VOLPI;VOLPI, 2015, p.9,10)

É através dessa energia que podemos compreender a conexão energética que se dá a partir das sensações subjetivas, nossas sensações subjetivas estão ligadas com a realidade objetiva, ou seja quando estamos em contato com outras pessoas conseguimos sentir essa energia que pode interferir no nosso movimento energético, podemos compreender então que tanto como o EU pode interferir no OUTRO, o OUTRO também pode interferir no EU, é através da energia do EU e do OUTRO que se forma uma realidade objetiva. (VOLPI;VOLPI, 2015, p.10,11)

Através de Reich podemos dizer que nosso corpo é uma das nossas formas de comunicação e expressão de sentimentos, isso pode sobre carregar nosso corpo, mas como uma forma de aliviar esse sobrepeso e recarregar a nossa energia o relaxamento é uma técnica que obtém grande desempenho. É através dessa técnica que conseguimos integrar todas as funções do corpo e da mente pois são regidas por uma mesma energia, com ele podemos trabalhar o medo que acarreta a ansiedade, angustia, susto, pânico é por esses motivos que é considerado a base de todas as doenças emocionais (VOLPI;VOLPI,2015, p.21-23).

De acordo com Reich (VOLPI;VOLPI, 2015, p.24)

Se esse medo for constante e ou intenso, nosso organismo perde a capacidade de auto regulação e se contrai, registrando no corpo e na mente uma sensação desagradável, formando assim as couraças que podem ser psíquicas ou musculares.

A energia do medo se apresenta como um bloqueio energético provocando sensações desprazerosas que são expressadas pelo EU percebidas pelos OUTROS, isso pode ser amenizado com sessões de relaxamento em grupo, pois é através dele que os idosos vão conseguir se expressar com naturalidade suas emoções dentro do tempo de cada um, com uma intensidade calma que relaxa o corpo e a mente sem criar nenhum obstáculo de expressão. (VOLPI;VOLPI, 2015, p.25, 26)

### **3 MÉTODO**

#### **3.1 O ambiente físico**

O relaxamento foi aplicado em dois grupos de idosos que são denominados como Grupo Amarelo e Grupo Verde do CRAS de São João do Triunfo, o local onde as aplicações foram feitas foi o Barracão da Cidadania onde são feitas as reuniões do grupo de idosos, o barracão é um espaço bem arejado com boa claridade, onde possibilitou que os idosos se sentissem confortáveis e relaxados para a aplicação da técnica, no ambiente havia cadeiras confortáveis para cada um e mesa para o lanche após a atividade.

#### **3.2 Relaxamento através de imagens da mente**

Como uma forma de explicação da técnica antes de iniciar o relaxamento realizamos uma roda de conversa, através da mesma conseguimos obter informações a quais foram utilizadas para a execução do relaxamento, como o que o significava relaxamento para o grupo de idosos, o que os deixava relaxados e os trazia calma, a conversa foi descontraída onde esclarecemos dúvidas e pudemos conhecer melhor os grupos.

### 3.3 A voz

O tom de voz e sua intensidade devem mudar de acordo com que o procedimento vai se encaminhando, devidamente ajustada conforme for notado o andamento do relaxamento. De uma forma geral o tom de voz deve ser um pouco mais baixo e a fala mais pausada do que o habitual, ela deve se intercalar com o som da música tornado o ambiente calmo e tranquilo. Não devemos esquecer que esse tipo de entonação mais lenta e pausada pode produzir estados de relaxamento mais profundos nos participantes do grupo.

### 3.4 A música

Através da música conseguimos obter sensações boas tanto no corpo como na mente, ela nos promove um bem-estar com sigo mesmo e com o ambiente onde está, assim ela traz uma harmonização psíquica e ambiental. A música utilizada para aplicação do relaxamento foi de sons da natureza.

### 3.5 Instruções para iniciar o relaxamento

Começamos falando com calma de forma lenta pedindo para que o grupo se sentem de forma que se sentissem confortáveis, fechem os olhos, prestem atenção na sua respiração, assim comessem a respirar calmamente, comecem a contar devagar de dez até zero, enquanto mantem o foco na sua respiração, que vai ficando cada vez mais e mais calma e tranquila através da contagem.

### 3.6 Relaxamento via imagem mental

Se inicia agora com o desenvolvimento de uma imagem relaxante que foi criada através da conversa inicial, através dela criamos uma história e a vamos contando calmamente fazendo com que o grupo se submeta ao relaxamento. Procurando falar sempre calmamente e devagar, desse modo vamos fornecer tempo para que o grupo que está relaxando visualize as cenas descritas.

Na continuação vamos falando com calma frases como, agora todo o seu corpo está completamente relaxado, relaxado, relaxado, seus músculos do corpo estão descontraídos, descontraídos, descontraídos, respire calmamente, você se sente calmo e tranquilo, calmo e tranquilo. Chegando ao final do relaxamento vamos fazendo com que o grupo se espreguice de forma lenta, abrindo os olhos quando acharem que estão prontos fazendo os voltar calmamente com a voz calma e abaixando o som da música até todo mundo estar de olhos abertos e relaxados.

## **4 DISCUSSÃO DE RESULTADOS**

### **4.1 Grupo Amarelo**

No dia primeiro de novembro foi realizada a aplicação do Relaxamento Através de Imagens da Mente no Grupo Amarelo de Idosos do CRAS de São João do Triunfo, no dia da aplicação participaram 27 idosos entre eles mulheres e homens. Primeiramente foi realizada uma roda de conversa para tirar dúvidas e explicar como seria realizado o relaxamento, a grande maioria demonstrou muito interesse relatando que seria bom participar de um relaxamento que os ajudaria a diminuir o estresse e a ansiedade durante o seu dia, pois os mesmos iriam realizar uma reunião para discutir assuntos sobre o grupo, já alguns membros não demonstraram interesse relatando que relaxamento os daria sono.

Após a conclusão da conversa teve início o relaxamento onde foi colocado uma música relaxante com sons da natureza, após eles estarem com os olhos fechados foi solicitado que prestassem atenção apenas na voz que iria os guiar durante o relaxamento, durante o mesmo foi possível observar a descontração dos músculos a tranquilidade e a mudança na respiração que no início estava acelerada e durante foi ficando calma, algumas participantes demonstraram emoção ao pedir que o grupo pensasse em algo que os deixassem feliz como na família os filhos, em uma lembrança que os trazia muita felicidade.

No decorrer do relaxamento foi possível observar que o grupo soltou os braços e ombros, a cabeça encostou no peito demonstrando um nível mais alto de relaxamento onde o corpo e a mente se encontram, ao relaxar o

corpo tendo como ajuda a visibilidade de imagens através da mente. Como observado foi possível obter um momento de tranquilidade e relaxamento no grupo de idosos, após o término do relaxamento foi solicitado para que cada um fosse abrindo os olhos no seu tempo, a música foi desligada então se iniciou uma conversa para que os membros relatassem o que haviam sentido.

Durante a conversa o grupo relatou que se sentiu bem e que o relaxamento lhes trouxe uma tranquilidade, onde lembraram de seus entes queridos, momentos da infância onde parecia que estavam revivendo aquele momento o que os trouxe muitas emoções boas. Os que não haviam demonstrado interesse relataram que não imaginavam que iriam se sentir tão tranquilos após o relaxamento e que esse momento fez com que esquecessem de seus problemas do cotidiano.

#### 4.2 Grupo Verde

No dia oito de novembro foi realizada a segunda aplicação do Relaxamento Através de Imagens da Mente no Grupo verde de Idosos do CRAS de São João do Triunfo, no dia da aplicação participaram 26 idosos entre eles estavam mais presentes mulheres do que homens. Assim como no grupo amarelo foi realizado primeiramente uma roda de conversa para que pudessem tirar dúvidas e obter a explicação de como seria realizado o relaxamento, pode se notar que todos os participantes demonstraram muito interesse alguns relataram que já haviam participado de relaxamentos e que gostaram muito da experiência, o grupo se posicionou dizendo que seria bom participar de um relaxamento que os ajudaria a diminuir o estresse e a ansiedade durante o seu dia, pois os mesmos estavam alvoroçados para saber as notícias de sua viagem para a praia e também de como seria o baile que os mesmos iriam participar em uma cidade vizinha.

Após a conclusão da conversa teve início o relaxamento onde foi colocado uma música relaxante com sons da natureza, após foi solicitado que eles fechassem os olhos, após com a voz calma e suave foi pedido para que prestassem atenção apenas na voz que iria os guiar durante o relaxamento, assim como no grupo amarelo durante o mesmo foi possível observar a

descontração dos músculos a tranquilidade e a mudança na respiração que no início estava acelerada e durante foi ficando calma, no início foi possível notar que nem todos estavam com os olhos fechados mas depois de alguns minutos o relaxamento tomou conta de todos os participantes.

No decorrer do relaxamento foi possível observar que o grupo soltou os braços e ombros, a cabeça encostou no peito demonstrando um nível mais alto de relaxamento onde o corpo e a mente se encontram trazendo assim uma troca de energia entre o grupo. O corpo expressou esse grau de relaxamento ao ser solicitado que eles visualizassem uma imagens ou uma lembrança que os trouxesse paz e felicidade, como observado foi possível obter um momento de tranquilidade e relaxamento no grupo de idosos, após o término do relaxamento foi solicitado para que cada um fosse abrindo os olhos no seu tempo, a música foi desligada então se iniciou uma conversa para que os membros relatassem o que haviam sentido.

Durante a conversa o grupo relatou que se sentiu muito relaxado que o momento lhes trouxe uma tranquilidade enorme, onde lembraram de momentos na praia, no sitio de seus avós quando ainda eram crianças e em sua família, filhos e netos, relataram que foi como se estivessem revivendo aquele momento o que os trouxe muitas emoções boas. Os que não estavam com os olhos fechados no início relataram que após alguns minutos com a música e a voz calma eles conseguiram se entregar.

## 5 CONCLUSÃO

Diante do trabalho desenvolvido no CRAS com a técnica de relaxamento através de imagens da mente, o qual se une o relaxamento da mente e do corpo através da música e da respiração trazendo uma harmonia entre corpo e mente. Foi possível alcançar o objetivo de ajudar os idosos a gerir e reduzir o seu estresse naquele dia, foi através dele que conseguimos ativar os sentidos de cada idoso, como descrito na discussão dos resultados foi possível observar a descontração dos músculos durante o relaxamento e a respiração mais tranquila.

Reich já dizia que nosso corpo é uma das nossas formas de comunicação e expressão de sentimentos, por isso nosso corpo acaba ficando sobrecarregado durante o nosso dia a dia, mas como uma forma de aliviar esse sobrepeso e

recarregar a nossa energia o relaxamento é uma técnica que obteve grande desempenho nos dois grupos de idosos conseguindo dar a eles um momento de tranquilidade e relaxamento.

Através das discussões dos resultados podemos ver que a conversa antes da iniciação do relaxamento é de extrema importância para que se obtenha um bom resultado, pois foi através da mesma que conseguimos ter um contato maior com os grupos obtendo informações para ministrar a técnica de uma forma que os levassem a um nível elevado de relaxamento. Podemos ver que a técnica tem grandes vantagens na diminuição do estresse no dia a dia dos indivíduos, pois ela faz com que o indivíduo esqueça dos problemas diários e foque apenas no que o faz bem em lembranças que os traga emoções boas.

Podemos ver claramente que ela ativa a sensibilidade das pessoas assim como no Grupo Amarelo onde alguns participantes se emocionaram, isso só ocorreu por conta das imagens da mente que foram lembradas através do deslocamento do seu inconsciente para o consciente. Os grupos de idosos teriam uma melhora de vida muito maior se em cada reunião fosse utilizada a técnica de relaxamento após suas discussões sobre o grupo, através dela eles conseguiriam retornar para sua rotina de uma forma mais tranquila após terem trabalho seu estresse diário juntamente com o seu grupo.

## REFERÊNCIAS

Conceição F.; **Relaxamento e Visualização em Psicologia: Relação Corpo-Mente ou Mindfulness?**. Disponível em: <https://filomenaconceicao.wordpress.com/2018/12/09/relaxamento-e-visualizacao-em-psicologia-relacao-corpo-mente-ou-mindfulness/> Acesso em: 09/09/19

Marques E. L. L.; Delfino T. E.; **CONTRIBUIÇÕES DAS TÉCNICAS DE RESPIRAÇÃO, RELAXAMENTO E MINDFULNESS NO MANEJO DO ESTRESSE OCUPACIONAL**; Documento produzido em 20.03.2016; Disponível em <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0965.pdf>. Acesso em: 09/09/19.

Portella M.; **Exercícios de Relaxamento; ARTIGOS**, JANEIRO 28, 2016, Disponível em: <<http://psimais.com.br/artigos-postagens-dicas-psicologia-positiva/tecnicas-de-relaxamento/>> Acesso em: 07/09/19.

Rodrigues W. A.; Andretta I.; Steiger M.U.; **Importância das técnicas de relaxamento na terapia cognitiva para ansiedade; PDF**, Contextos Clínicos, 8(1):79-86, janeiro-junho 2015 Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cclin/v8n1/v8n1a09.pdf>> Acesso em: 16/09/19.

Volpi J. H.; Volpi S. M., **Livro: Dinâmicas da Psicologia Corporal Aplicadas a Grupos Vol. 2**, Curitiba: Centro Reichiano, 2015.

## QUALIDADE DE SEMENTES DE FEIJÃO PRODUZIDAS POR AGRICULTORES FAMILIARES NO ESTADO DO PARANÁ

Jhenifer Aparecida wonsovicz<sup>1</sup>  
Samara Alves Testoni<sup>2</sup>

**RESUMO:** O estado do Paraná é o maior produtor nacional da cultura do feijão (*Phaseolus vulgaris* L.). Dada a importância desta cultura, é válido considerar que cultivares produzidas por agricultores familiares agregam rentabilidade e sustentabilidade à economia rural, além disso, a qualidade sanitária das sementes é considerada fundamental no incremento da produtividade. O objetivo deste trabalho foi avaliar a qualidade de sementes de feijão, verificando a incidência de patógenos em 9 (nove) amostras, provenientes da agricultura familiar da Região Metropolitana de Curitiba. O experimento foi conduzido no laboratório de microbiologia do Centro Universitário do Vale do Iguaçu (UNIGUAÇU), localizado em União da Vitória, Paraná, durante o período de outubro de 2018 a março de 2019. O delineamento utilizado foi inteiramente casualizado, cujas médias foram submetidas ao teste de Tukey, significativo à um 1% de probabilidade. Os Resultados revelam que os principais patógenos associados as sementes foram fungos, dos gêneros *Aspergillus* sp., *Rhizopus* sp., *Penicillium* sp., *Sclerotinia sclerotiorun*, *Fusarium* sp., e bactérias. Dentre estes patógenos, há espécies causadores de doenças no campo, assim como aqueles que podem comprometer a qualidade das sementes durante o período de armazenamento. Neste sentido, o presente trabalho recomenda que medidas de tratamento devem ser adotadas durante o ciclo de desenvolvimento da cultura do feijão, desde seu cultivo até a semeadura da próxima safra, a fim de evitar a contaminação das sementes e possibilitar uma qualidade sanitária superior.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Phaseolus vulgaris* L.. Patógenos. Sanidade. Sementes crioulas. Armazenamento.

**ABSTRACT:** The state of Paraná is the largest national producer of bean crop (*Phaseolus vulgaris* L.). Given the importance of this crop, it is worth considering that cultivars produced by family farmers add profitability and sustainability to the rural economy, in addition, the sanitary quality of seeds is considered fundamental in increasing productivity. The objective of this work was to evaluate the quality of bean seeds, verifying the incidence of pathogens in 9 (nine) samples from family farming in the Metropolitan Region of Curitiba. The experiment was conducted in the microbiology laboratory of the Iguaçu Valley University Center (UNIGUAÇU), located in União da Vitória, Paraná, from October 2018 to March 2019. The design used was completely randomized, whose means were submitted to the Tukey test, significant at a 1% probability. The results reveal that the main pathogens associated with seeds were fungi, of the genera *Aspergillus* sp., *Rhizopus* sp., *Penicillium* sp., *Sclerotinia sclerotiorun*, *Fusarium* sp., and bacteria. Among these pathogens, there are disease-causing species in the field, as well as those that can compromise seed quality during the storage period. In this sense, the present work recommends that treatment measures should be adopted during the development cycle of the bean crop, from its cultivation to the sowing of the next harvest, in order to avoid contamination of the seeds and enable a superior sanitary quality.

**KEYWORDS:** *Phaseolus vulgaris* L.. Pathogens. Sanity. Creole seeds. Storage

### 1 INTRODUÇÃO

O feijão (*Phaseolus vulgaris* L.) é uma das culturas mais importantes do Brasil, cultivado por pequenos e grandes produtores, nos mais variados sistemas de produção (TALAMINI, 2010). No estado do Paraná, o cultivo de feijão é

realizado em grande parte por pequenos produtores, representando 55%, e 45% médios e grandes produtores (OLIVEIRA NETO; SANTOS, 2018).

Na safra de 2018/2019, a área semeada de feijão no Brasil foi de 3.041 mil hectares, com uma produtividade média de 1.011 kg/ha. No estado do Paraná foram semeados 376 mil hectares, com uma produtividade média de 1.662,23 kg/ha, representando 16,9% da produção total (CONAB, 2018).

Com a inovação das tecnologias e a influência do mercado, muitos produtores adotaram o uso de sementes melhoradas para o cultivo de feijão. Entretanto, nas propriedades familiares, verifica-se a produção própria da semente, a qual pode ser obtida separando-se uma parte da produção para a semeadura na próxima safra. Neste contexto de produção familiar, os agricultores desempenham todo o processo produtivo de sementes, sem a presença de uma certificação (SILVA, 2015).

Por ser um material propagativo, a semente pode apresentar consigo patógenos aderidos externamente. Nesse sentido, a obtenção de sementes sem padrão fitossanitário pode apresentar um risco para o agricultor, pois patógenos associados às sementes podem ser um veículo para ocorrência de epidemias em áreas livres de patógenos, ou ainda, podem constituir uma forma de elevar o potencial de inóculo inicial nas lavouras (ALTOÉ et al., 2018).

O desenvolvimento adequado de uma cultivar no campo envolve a interação de diversos componentes, tais como aspectos genéticos, físicos, fisiológicos e sanitários das sementes (TALAMINI, 2010). Adicionalmente, é requerido um manejo bem conduzido em todas as etapas do processo produtivo, as quais incluem as fases de condução à campo, colheita beneficiamento e armazenamento (CASSETARI NETO et al., 2015). Tanto as variáveis relacionadas ao desenvolvimento das cultivares quanto aquelas responsáveis pelo manejo do sistema produtivo são necessárias para garantir a qualidade das sementes, visto que quando presentes, os patógenos podem contribuir para o desenvolvimento progressivo de uma doença no campo, reduzindo o valor comercial da cultura (HENNING, 2004).

Os patógenos associados às sementes são classificados como patógenos de armazenamento e campo (TALAMINI, 2010). Os patógenos de armazenamento podem danificar a semente, produzindo alterações em sua

coloração, assim como ocasionando apodrecimento, surgimento de manchas necróticas, produção de toxinas, e enfraquecimento ou morte do embrião, reduzindo a germinação e emergência das sementes (SILVA et al., 2010). Os principais patógenos responsáveis pelo surgimento destes sintomas durante o período de armazenamento são os fungos, os quais pertencem aos gêneros *Aspergillus* sp., *Rhizopus* sp. e *Penicillium* sp., sendo comumente encontrados em sementes de feijão (SILVA, 2005).

Os patógenos de campo tanto podem estar associados às sementes de feijão, como podem atuar como agentes transmissores de doenças. As principais doenças causadas pelos patógenos de campo são a antracnose (*Colletotrichum lindemuthianum*), sarna (*Colletotrichum dematium* f. sp. *truncata*), crestamento-bacteriano-comum (*Xanthomonas phaseoli* pv. *phaseoli* e *Xanthomonas citri* pv. *fuscans*), murcha de *Curtobacterium* (*Curtobacterium flaccumfaciens* pv. *flaccumfaciens*), mela do feijoeiro (*Thanatephorus cucumeris*), podridão-radicular-seca (*Fusarium solani*), murcha de *Fusarium* (*Fusarium oxysporum* f. sp. *phaseoli*), mofo-branco (*Sclerotinia sclerotiorum*), podridão do colo (*Sclerotium rolfsii*), podridão-radicular de *Rhizoctonia solani*, podridão-cinzenta do caule (*Macrophomina phaseolina*), mancha de alternária (*Alternaria alternata* e *A. tenuis*) e mancha-angular (*Pseudocercospora griseola*) (WENDLAND; LOBO JUNIOR; FARIA, 2018).

É possível observar que a cultura do feijão é suscetível ao ataque de uma ampla gama de patógenos, os quais podem prejudicar diretamente as sementes. Os danos causados às sementes podem, por sua vez, comprometer a germinação e o desenvolvimento inicial de plântulas, refletindo em quedas na produtividade da cultura. Neste sentido, este trabalho objetivou avaliar a qualidade de sementes de feijão (*Phaseolus vulgaris* L.) produzidas por agricultores familiares no Paraná, quanto à suscetibilidade ao ataque de patógenos.

## 2 MATERIAL E MÉTODOS

Os experimentos foram conduzidos no laboratório de microbiologia do Centro Universitário do Vale do Iguaçu (UNIGUAÇU), localizado em União da

Vitória, estado do Paraná, durante o período de outubro de 2018 a março de 2019. Foram avaliadas 9 (nove) amostras de sementes de feijão comum provenientes de agricultores familiares da região Metropolitana de Curitiba, abrangendo os municípios de Lapa, Araucária, Mallet, Contenda e Balsa Nova. Na agricultura familiar praticada nestes municípios, os agricultores produzem suas próprias sementes, as quais foram destinadas ao cultivo na safra de 2019/2020 conforme dados apresentados na tabela 1. As sementes utilizadas no estudo foram retiradas de sacos de rafia de 60 kg, armazenados em galpões sob condições ambientais naturais

Tabela 1 - Cultivares de sementes de feijão (*Phaseolus vulgaris* L.) analisadas e municípios de procedência do material, no estado do Paraná.

Amostras	Município	Cultivar
1	BRS Esteio	Lapa
2	BRS Esteio	Lapa
3	BRS Esteio	Mallet
4	BRS FC402	Araucária
5	BRS FC402	Araucária
6	BRS Estilo	Balsa Nova
7	BRS Embaixador	Lapa
8	BRS Estilo	Lapa
9	BRS Esteio	Contenda

Fonte: Os autores (2019).

Para o teste de sanidade das sementes, utilizou-se o método de papel filtro ou “*Blotter test*”, na qual foram analisadas 400 sementes para cada amostras, distribuídas em quatro repetições de 100 sementes, onde foram acondicionadas 25 sementes em cada gerbox (11,0 x 11,0 x 3,5 cm).

Os gerbox foram esterilizados com formol, o qual continha sementes distanciadas entre 1 a 2 cm uma das outras, sob três folhas de papel Germitest umedecidas com água destilada.

Em câmaras BOD, os gerbox foram incubados sob luz fluorescente branca, por um período de 7 (sete) dias há uma temperatura de 23°C. Após esse

período de incubação, realizou-se a leitura dos testes para analisar a porcentagem média de espécies de patógenos presentes nas sementes. As análises desta etapa foram efetuadas individualmente com o auxílio de um microscópio estereoscópio, e quando necessário, com a confecção de lâminas, que ao serem observadas no microscópio ótico, permitem a visualização morfológica e estrutural dos patógenos.

A incidência de patógenos foi determinada conforme as regras de análise de sementes (BRASIL, 2009), utilizando-se o delineamento inteiramente casualizado (DIC), no qual as médias foram submetidas ao teste de Tukey, à uma probabilidade de 1%.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através do teste de sanidade, foi verificada a presença de *Aspergillus* sp., *Penicillium* sp., e *Rhizopus* sp. caracterizados como fungos de armazenamento. Além destes, observou-se a presença de patógenos de campo como *Fusarium* sp., *Sclerotinia sclerotiorum*, e bactérias com gênero não identificado (tabela 2).

Tabela 2 - Incidência média (%) de fungos detectados pelo método “Blotter-test” em 9 (nove) amostras de sementes de feijão (*Phaseolus vulgaris* L.).

Patógenos	Amostras								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<i>Penicillium</i> sp.	3	2	0	1	1	1	5	0	0
<i>Fusarium</i> sp.	9	6	1	2	1	0	3	0	2
<i>Rhizopus</i> sp.	1	2	1	0	7	0	0	0	4
<i>Aspergillus</i> sp.	6	1	0	3	0	0	1	0	0
Bactéria	2	0	0	0	4	0	0	1	0
Observados	1,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,5	0,8	0,5

<i>Sclerotinia sclerotiorum</i>	7,3	3,8	C	2	C	C	0	C	C
---------------------------------	-----	-----	---	---	---	---	---	---	---

Fonte: Os autores (2019).

O fungo *Aspergillus* sp. foi detectado em 5 (cinco) das amostras avaliadas, apresentando altas porcentagens de incidência nas amostras 1, 2 e 7, com 6; 11,3 e 15,3% de incidência deste fungo, respectivamente (Tabela 3). Resultados semelhantes foram observados por Altoé et al. (2018), em pesquisa realizada com sementes de feijão produzidas por agricultores familiares no Espírito Santo, onde também contatou incidências elevadas de patógenos nas sementes.

Os gêneros *Aspergillus* sp., *Rhizopus* sp. e *Penicillium* sp. encontrados nas amostras são considerados fungos de armazenamento (ITO et al., 2003) e sua presença é comumente favorecida pelo teor de água presente nas sementes, assim como fatores relacionados à umidade relativa e à temperatura do ar (SILVA et al., 2010).

Nas amostras 1, 2 e 4, verificou-se a presença do fungo *Sclerotinia sclerotiorum*, causador da doença do mofo branco do feijoeiro. Este patógeno tem sua ação favorecida sob condição temperaturas amenas (20-25 °C) e altas umidades, sendo responsável por danos significativos à cultura, podendo gerar grandes prejuízos aos produtores (ITO; STEIN, 2007). As sementes infectadas por patógenos desta natureza são inviabilizados durante a germinação e, no seu entorno, são desenvolvidos três a seis escleródios (estruturas de resistência) (WENDLAND; LOBO JUNIOR; FARIA, 2018).

O *Fusarium* sp., constitui um fungo, que além de interferir no vigor das sementes durante o armazenamento, é responsável pela doença de mesmo nome no feijoeiro, onde as estruturas do patógeno constituem o inóculo primário para o aumento de epidemias no campo (CARVALHO et al., 2011). A presença deste patógeno foi verificada em todas as amostras, com maior incidência nas amostras 1 (9,3%) e 2 (6,3%). OTALAKOSK et al. (2018) e OLIVEIRA (2019) relataram a incidência de *Fusarium* sp. nas sementes de feijão, que por sua vez, podem causar doenças como podridão-radicular-seca e murcha de *Fusarium*,

através de condições ambientais adequadas para o desenvolvimento do patógeno.

As principais doenças bacterianas da cultura do feijoeiro são o crestamento bacteriano comum e murcha de *Curtobacterium*, as quais são causadas pelas bactérias do gênero *Xanthomonas axonopodis* pv. *Phaseoli* e *Curtobacterium flaccumfaciens* pv. *flaccumfaciens* respectivamente, nas quais sobrevivem em sementes, restos culturais e podem ser hospedeiras de algumas espécies de plantas daninhas e de leguminosas (ITO et al., 2003). Patógenos desta natureza foram observados nas amostras 1, 3, 4, 5, 8 e 9, com incidência de 21,3; 0,3; 0,3; 4,3; 1,0 e 0,25% respectivamente, entretanto, não foi realizado teste de identificação para definir o gênero específico.

Diante dos resultados, observa-se que algumas sementes oriundas de agricultores familiares, podem constituir importantes fontes de introdução do inóculo primário a campo. Por isso medidas de tratamento eficazes devem ser realizadas desde a produção das sementes até a semeadura da próxima safra, particularmente por agricultores que não tem condições para realizar uma análise sanitária das sementes a serem cultivadas

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do presente trabalho, constatou que as sementes produzidas por agricultores familiares e armazenadas sem tecnologias, possuem, em sua maioria qualidade média. Destaca-se que, alternativas simples no manejo do feijoeiro, como armazenamento adequado e tratamento de sementes podem ser ferramentas eficazes para elevar a produção da cultura a ser implantada na próxima safra e evitar a incidência de patógenos indesejáveis.

#### 5 REFERÊNCIAS

ALTOÉ, Leticia Marim et al. Qualidade sanitária de sementes de feijão produzidas por agricultores familiares no Espírito Santo. **Cadernos de Agroecologia**, v. 13, n. 1, 2018.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Regras para análise de sementes**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Defesa Agropecuária. Brasília, DF: Mapa/ ACS, 2009. 399p.

CARVALHO, D. D. C. et al. Controle de *Fusarium oxysporum* f.sp. *phaseoli* in vitro e em sementes e promoção do crescimento inicial do feijoeiro comum por *Trichoderma harzianum*. **Tropical Plant Pathology**, v. 36, n. 1, p. 28-34, jan-fev, 2011. Disponível em: <<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/894906/1/tpp.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2019.

CASSETARI NETO, Daniel et al. Foco na qualidade. **Revista Cultivar**, v 16, n 195. p. 08-10, ago. 2015.

CONAB. **Grãos - Série Histórica**. Companhia Nacional de Abastecimento, 2018. Disponível em: <<https://portaldeinformacoes.conab.gov.br/index.php/safra-serie-historica-dashboard>>. Acesso em: 07 jun. 2019.

HENNING, Ademir Assis. **Patologia e tratamento de sementes**: noções gerais. Londrina: Embrapa Soja. 2004.

ITO, Margarida Fumiko; STEIN, César Pagotto. VI Seminário sobre pragas, doenças e plantas daninhas do feijoeiro. **Documentos IAC**, v. 79, 2007.

ITO, M. F. et al. Importância do uso de sementes sadias de feijão e tratamento químico. **O Agrônomo**, v. 55, n. 1, 2003.

OLIVEIRA, Felipe dos Santos de et al. Produção de sementes de feijão (*Phaseolus vulgaris* L.). **Revista Terra & Cultura: Cadernos de Ensino e Pesquisa**, v. 35, n. 68, p. 99-116, 2019.

OLIVEIRA NETO, Aroldo Antonio de (Org.); SANTOS, Candice Mello Romero (Org.). **A cultura do feijão**. Brasília: Conab, 2018.

OTALAKOSKI, Josiane et al. Análise de sementes crioulas de Dois Vizinhos, Paraná. **Cadernos de Agroecologia**, v. 13, n. 1, 2018.

SILVA, Fernando Henrique Alves da. **Qualidade física, fisiológica e sanitária de sementes de feijão-caupi (*Vigna unguiculata* L. Walp.) utilizadas no Rio**

**Grande do Norte.** 2015. 85 f. Monografia (Especialização) – Curso de fitotecnia, UFERSA, Mossoró, 2015. Disponível em: <<https://ppgfito.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/45/2015/02/Disserta%C3%A7%C3%A3o-2015-FERNANDO-HENRIQUE-ALVES-DA-SILVA.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2019.

SILVA, [Luís César](#). **Fungos e Micotoxinas em Grãos Armazenados.** 2005. Disponível em: <<http://www.agais.com/fungos.htm>>. Acesso em: 07 jun. 2019.

SILVA, Tuane Araldi et al. Efeitos ao armazenar. **Revista Cultivar**, v 12, n 138, p. 24-26, nov,2010.

TALAMINI, Viviane et al. **Qualidade fisiológica e sanitária de sementes de feijão (*Phaseolus vulgaris* L.) produzidas por agricultores familiares em Sergipe.** Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2010.

WENDLAND, A.; LOBO JUNIOR, M.; DE FARIA, J. C. **Manual de identificação das principais doenças do feijoeiro-comum.** Brasília: Embrapa, 2018.